UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED/UFS
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Maria Elze dos Santos Plácido

Lutas, Resistências e Conquistas: formação histórica do sindicalismo docente em Educação Básica da rede pública do Estado de Sergipe (1960 – 1980)

Linha de Pesquisa: História da Educação
Orientadora: Professora Dr[a] Silvana Bretas

São Cristóvão/SE
2024

Maria Elze dos Santos Plácido

Lutas, Resistências e Conquistas: formação histórica do sindicalismo docente em Educação Básica da rede pública do Estado de Sergipe (1960 – 1980)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED da Universidade Federal de Sergipe - UFS como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação
Orientadora: Profª. Drª. Silvana Bretas

São Cristóvão/SE
2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

P698l

Plácido, Maria Elze dos Santos
Lutas, resistências e conquistas : formação histórica do sindicalismo docente em Educação Básica da rede pública do Estado de Sergipe (1960-1980) / Maria Elze dos Santos Plácido ; orientadora Silvana Bretas. – São Cristóvão, SE, 2024.
172 f. : il.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Educação – História. 2. Educação básica - Sergipe. 3. Professores – Sindicatos - Sergipe. 4. Sindicalismo. 5. Sindicatos e educação - História. I. Bretas, Silvana, orient. II. Título.

CDU373.2/.5:331.105.44(813.7)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO JULGADORA DA TESE DE DOUTORADO APRESENTADA POR MARIA ELZE DOS SANTOS PLÁCIDO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM EDUCAÇÃO.

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e quatro, às quinze horas, na modalidade online, pelo Programa de Pós-graduação em Educação, reuniu-se a Comissão Julgadora da Tese em epígrafe, indicada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, com parecer favorável do Colegiado. A banca foi composta pelos professores doutores Silvana Aparecida Bretas (orientadora), Marilene Santos, Edinéia Tavares Lopes, Solange Lacks, da Universidade Federal de Sergipe, Adenilde de Souza Dantas, da SEED, e Andreia Nunes Militão, da UFGD, para examinar o trabalho de Maria Elze dos Santos Plácido, apresentado sob o título **"Lutas, Resistências e Conquistas: formação histórica do sindicalismo docente em Educação Básica da rede pública do Estado de Sergipe (1960 – 1980)"**. A orientadora, assumindo os trabalhos na qualidade de Presidente, passou a palavra à candidata para que ela expusesse sua Tese, informando que a mesma dispunha de vinte minutos para a apresentação; cada examinador dispunha de trinta minutos e a candidata de mais trinta minutos para respostas. Terminada a exposição da doutoranda, a Presidente passou a palavra aos membros da Comissão Julgadora, que iniciaram a arguição na seguinte ordem: Prof.ª Dr.ª Andreia Nunes Militão; Prof.ª Dr.ª Adenilde de Souza Dantas; Prof.ª Dr.ª Solange Lacks; Prof.ª Dr.ª Edinéia Tavares Lopes; Prof.ª Dr.ª Marilene Santos e a Prof.ª Dr.ª Silvana Aparecida Bretas. Terminada à arguição, foi dada a palavra à candidata para que ela, se desejasse, fizesse as observações finais. Os membros da Comissão Julgadora se retiraram da sala para a atribuição das notas. Voltando logo em seguida, a Presidente anunciou que a candidata foi considerada **APROVADA.** A Presidente proclamou a candidata **"Doutora em Educação"**, devendo este resultado ser homologado pela comissão da Coordenação de Pós-Graduação. Em seguida, agradeceu aos membros da Comissão Julgadora. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou esta sessão, cujos trabalhos são objetos desta ata, lavrada por mim, Guilherme Barbosa Biriba, secretário do Programa, da qual assino juntamente com os membros da Comissão Julgadora. Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", 23 de agosto de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br SILVANA APARECIDA BRETAS
Data: 25/08/2024 19:06:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Silvana Aparecida Bretas

Documento assinado digitalmente
gov.br MARILENE SANTOS
Data: 26/08/2024 15:48:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Marilene Santos

Documento assinado digitalmente
gov.br EDINEIA TAVARES LOPES
Data: 27/08/2024 08:32:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Edinéia Tavares Lopes

Documento assinado digitalmente
gov.br SOLANGE LACKS
Data: 27/08/2024 10:31:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Solange Lacks

Documento assinado digitalmente
gov.br ADENILDE DE SOUZA DANTAS
Data: 26/08/2024 13:46:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Secretário

Andreia Nunes Militão

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDREIA NUNES MILITAO
Data: 26/08/2024 12:49:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dedico esta pesquisa e esta conquista a minha mãe CASTOLINA UMBELINO PLÁCIDO *(in memória)* porque está sempre presente na minha vida. Que, apesar de não ser minha mãe biológica, sacrificou-se sem medir esforços para me proporcionar uma educação de qualidade, durante todo meu período escola. Sou e sempre serei eternamente grata por tudo que fizestes por mim.

Aos meus filhos, e meus netos pois eles são minha razão de viver, assim, dedico também a vocês o resultado do esforço realizado ao longo deste percurso.

[...] Quem espera na pura espera
vive um tempo de espera vã
Por isto não te esperarei na pura espera
Porque o meu tempo de espera
É um tempo de quefazer
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me
Em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir
É perigoso falar [...]
É perigoso esperar, na forma em que esperas,
Porque esses recusam a alegria da tua chegada
Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me,
com palavras fáceis, que já chegastes
Porque esses, ao anunciar-te ingenuamente,
antes te denunciam
Estarei preparando a tua chegada, como o
jardineiro prepara o jardim [...]

Paulo Freire.

Não basta interpretar o mundo é preciso transformá-lo.
Karl Marx

AGRADECIMENTOS

Parto do pressuposto de que nossas histórias individuais são marcadas pelas relações que temos com as pessoas que cruzam nosso caminho, tanto de maneira perene quanto de forma temporária. Na jornada trilhada para a construção deste trabalho, agradeço de forma explícita:

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades, pela confiança que superou o medo e pela esperança que iluminou a escuridão, mostrando-me, que nunca podemos desistir, independentemente das adversidades. Minha gratidão infinita.

Expresso meus sinceros agradecimentos à Universidade Federal de Sergipe - UFS, que desde a Graduação ao Doutorado, foi meu solo fértil onde pude plantar meus sonhos, e colher o fruto do conhecimento. Instituição que me acolheu, desafiou e transformou, não apenas em um profissional qualificado, mas em uma pessoa melhor e mais completa, mostrando-me que o aprendizado vai além das salas de aula.

Agradeço a todos os professores da UFS, da Graduação ao Doutorado, por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos. Em especial a minha orientadora, professora Dra. Silvana Bretas, que com muita admiração e enorme respeito venho mostrar toda minha gratidão pelo suporte, pelas suas correções e incentivos.

Expresso minha gratidão a todos os professores/as e profissionais por todo o apoio que me deram na pesquisa empírica, vocês foram fundamentais pois me forneceram todas as bases necessárias para a realização deste trabalho, agradeço com profunda admiração pelo profissionalismo de cada um.

Agradeço aos professores/as que fizeram parte da minha Banca de Defesa, por não apenas transmitiram conhecimento, mas também ensinaram o valor da ética, da persistência e da busca incessante pela excelência. Agradeço também, pela confiança,

pela atenção dedicada à minha pesquisa e pelas valiosas sugestões que tornaram este trabalho ainda mais consistente e relevante.

Gratidão a todos os membros da minha família, Genros, Nora, e em especial aos meus filhos: Lillianne Plácido, Antonio Carlos Gonçalves Filho; Laianne Plácido e aos meus netos/as: Ana Beatriz Plácido; Davi Plácido; Ana Sofia Plácido; Yasmin Plácido e Antonela Gonçalves, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente. A cada um de vocês que celebrou minhas vitórias como se fossem suas, meu sincero agradecimento por fazerem parte desta conquista, enriquecendo-a com amor e orgulho. Saiba que AMO MUITO, MUITO vocês.

Meu agradecimento vai para os meus guerreiros colegas de turma, que mesmo distantes, enfrentaram comigo as noites insones e os dias estressantes que o trabalho acadêmico, em especial a TESE nos reservou. Juntos, somos invencíveis.

Aos amigos mais próximos, (Danilo Conceição, Manuela Brasil, Maria Darc Alves, Elisangela Barreto, Maria Gorete, Josiane Cordeiro ...) por fornecerem o combustível (aquele cafezinho final da tarde, aquele churrasquinho em Nice, ou aquele vinhozinho.) que alimentou minha existência durante a elaboração da TESE. Sem vocês, eu seria apenas uma sonâmbula com uma bibliografia incompleta. Vocês me proporcionaram momentos de fuga com conversas que definitivamente não exigiam citações em ABNT. Nesse processo, vocês foram os coautores das pausas necessárias e dos momentos de descontração que me mantiveram sã durante este percurso.

As gatinhas (LUA e ESTRELA) de minha Neta BIA, por pular no meu teclado no exato momento em que eu estava prestes a ter uma ideia revolucionária, lembrando-me de que tudo na vida é passageiro, inclusive a inspiração.

E, finalmente, a todos que de alguma forma tocaram minha vida durante essa jornada, por me ensinarem a beleza da diversidade humana e a força que encontramos na conexão e no apoio mútuo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Panorama da Distribuição de sindicatos docentes por região no Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa do Estado de Sergipe.

Figura 02 - Bandeira do Estado de Sergipe**.**

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Panorama de alguns Movimentos Grevistas no Brasil de 1917 a 2017

Imagem 02 - Mobilizações dos professores e demais servidores estaduais pela garantia de seus direitos;

Imagem 03 - Insatisfação dos alunos frente a precarização das escolas estaduais do Estado de Sergipe.

Imagem 04 - Condições objetivas e subjetivas dos professores/as das Escolas públicas estaduais em Sergipe na década de 60 a 80.

Imagem 05 - Existência da ASPES

Imagem 06 - Movimento reivindicatório da categoria docente promovido pela APLB – Associação dos Professores do Brasil Secção Sergipe

Imagem 07 - Insatisfação dos/as professores/as frente a APMESE.

Imagem 08 – Importância das Greves.

Imagem 09 – Mobilizações Unificadas.

Imagem 10 – Possível Paralização dos professores/as.

Imagem 11 – Atitude do governo frente as paralizações.

Imagem 12 – Enterro simbólico do Governo do Estado.

LISTA DE SIGLAS

ADUNESP – Associação de Docentes da Universidade Estadual Paulista;

ANDE – Associação Nacional em Educação;

ANPED – Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação;

AOERJ – Associação dos Orientadores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro;

APERJ – Associação de Professores do Estado do Rio de Janeiro;

APMESE - Associação dos Professores do Magistério Estadual de Sergipe;

APESNOESP - Associação dos Professores do ensino secundário e Normal do Estado de São Paulo;

APLB - Associação dos Professores Licenciado do Brasil;

ASPES - Associação dos Servidores Públicos de Sergipe;

ASSERJ - Associação dos Supervisores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro;

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

CBE – Confederação Brasileira de Educação;

CEDEC – Centro de Estudo de Cultura Contemporânea;

CEPES – Centro de Aperfeiçoamento de Ensino de Sergipe;

CEP/RJ – Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro;

CEPE/RJ - Centro Estadual de Profissionais de Ensino;

CGTE – Comando Geral dos Trabalhadores em Sergipe;

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores;

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho;

CMOPE – Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino;

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia;

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação;

COB – Confederação Operária Brasileira;

CONDESE – Conselho do Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe;

CPB – Confederação do Professorado Brasileiro;

CPPB – Confederação dos Professores Primários do Brasil;

CPP – Centro do Professorado Paulista;

CUT – Central Única dos Trabalhadores;

EUA – Estados Unidos da América;

FENASE – Federação Nacional dos Orientadores Educacionais;

FENDE - Federação Nacional dos Supervisores Educacionais;

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

GPEMS – Grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais;

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;

JK – Jucelino Kubitscheck;

LDB – Lei de Diretrizes e Base da educação Nacional;

MIA – Movimento Intersindical Antiaarrocho;

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra;

OMS – Organização Mundial da Saúde;

PCB – Partido Comunista Brasileiro;

TECARMO -Terminal Marítimo de Carmópolis;

PPGED – Programa de Pós Graduação em Educação;

PT – Partido dos Trabalhadores;

SEP – Sociedade Estadual de Professores do Rio de Janeiro;

SEPE/RJ – Sindicato estadual de Profissionais de Educação do Rio de Janeiro;

SINPEEM – Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal;

SINTEPP – Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal;

SINTESE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe;

SNI – Serviço Nacional de Informação;

UEPES – União dos Empregados Públicos de Sergipe;

UFS – Universidade Federal de Sergipe;

UNATE – União Nacional dos Trabalhadores em Educação;

UPEG – União dos Professores do Estado da Guanabara

UPGN – Unidade de Produção de Gás Natural;

UPPESP – União dos Professores Primários do Estado de São Paulo;

UPRJ – – União dos Professores do Estado do Rio de Janeiro;

UPP/DF – – União dos Professores Primários do Distrito Federal;

RESUMO

A presente Tese sob o título Lutas, Resistências e Conquistas: formação histórica do sindicalismo docente em Educação Básica da rede pública do Estado de Sergipe (1960 – 1980) esta articulado ao Grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais – GPEMS/UFS, o qual tem como eixo matricial análise sócio histórica das estratégias educativas na formação dos movimentos sociais do campo e da cidade. Esta pesquisa caracteriza-se por um lado, a conclusão do curso do Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação – PPGED da Universidade Federal de Sergipe – UFS, mas por outro, não representa a conclusão do processo investigativo sob a formação histórica do sindicalismo docente no estado de Sergipe. O objeto desse estudo, é investigar a origem e o desenvolvimento do sindicalismo docente da educação básica da rede pública do Estado de Sergipe, no sentido de compreender seu papel, os embates políticos e sua atuação, no período de 1960 a 1980. O objetivo geral é pesquisar como historicamente se deu a formação do sindicalismo docente em Educação Básica da rede pública do Estado de Sergipe no período de 1960 – 1980. A problemática central está configurada em perceber que os professores/as públicos da rede estadual de Sergipe, sofreram abalos na condição financeira e profissional, nesse sentido, levanta-se a hipótese de que, essa conjuntura pode ter contribuído para que fossem implementadas lutas populares pela educação e se organizassem, ainda mais, enquanto categoria trabalhadora, na busca da garantia dos seus direitos. Para caracterizar esta investigação adota-se o tipo de pesquisa qualitativa, tendo como enfogue metodológico o materialismo histórico dialético. O campo empírico da pesquisa é o sindicalismo docente do estado de Sergipe. O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi a entrevista semi estruturada. O material coletado por meio da entrevista semi estruturada, foi analisado a luz das seguintes categorias: Condições objetivas e subjetivas dos docentes da educação básica/pública do Estado de Sergipe; Lutas, Resistências e Conquistas enfrentadas pelo movimento dos trabalhadores e trabalhadoras em educação no período de 1960 a 1980; Pautas das reivindicações feitas pelos docentes; Imprensa local e o movimento/organização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. O resultado da pesquisa aponta que na década de 60 os docentes e demais trabalhadores públicos estaduais, começaram a se mobilizar através de associações para defender os interesses da categoria. Não era associações especificas de trabalhadores/as em educação. A primeira organização específica para a categoria docente surge na década de 70, denominada de Associação dos Profissionais do Magistério Estadual - APMESE. Porém foi criada por agentes do governo, estando alinhada as diretrizes governamentais. No final da década de 70 e início dos anos 80, surge um agrupamento de professores e criam o Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe - CEPES, essa organização faz oposição a APMESE. Com a constituição de 1988 a APMESE é transformada no Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe - SINTESE, com presença marcante no cenário sindical e politico sergipano, que representa os interesses dos profissionais da educação Básica em Sergipe.

Palavras Chave: Sindicalismo; Sindicalismo Docente; Educação Básica; Estado de Sergipe.

ABSTRACT

The thesis titled Struggles, Resistances, and Achievements: Historical Formation of Teacher Unionism in Basic Education in the Public Network of the State of Sergipe (1960 – 1980) is associated with the Research Group on Education and Social Movements – GPEMS/UFS, which focuses on the socio-historical analysis of educational strategies in the formation of social movements in rural and urban areas. This research represents both the conclusion of the doctoral course in the Postgraduate Program in Education – PPGED at the Federal University of Sergipe – UFS, and does not signify the end of the investigative process regarding the historical formation of teacher unionism in Sergipe.The objective of this study is to investigate the origins and development of teacher unionism in basic education within the public network of the State of Sergipe, aiming to understand its role, political conflicts, and activities between 1960 and 1980. The central issue is to recognize that public school teachers in Sergipe experienced financial and professional challenges, leading to the hypothesis that these conditions may have contributed to the rise of popular struggles for education and the organization of teachers as a working class seeking their rights.This investigation employs a qualitative research approach, using historical materialism as its methodological focus. The empirical field of the research is teacher unionism in Sergipe. Data collection was conducted using semi-structured interviews. The material collected through these interviews was analyzed according to the following categories: Objective and subjective conditions of basic/public education teachers in Sergipe; Struggles, Resistances, and Achievements faced by the education workers' movement from 1960 to 1980; Claims made by teachers; Local press and the organization of education workers.The research findings indicate that in the 1960s, teachers and other state public workers began to mobilize through associations to defend their interests, although these were not specific to education workers. The first specific organization for the teaching category emerged in the 1970s, called the Association of State Teaching Professionals - APMESE, which was created by government agents and aligned with government guidelines. In the late 1970s and early 1980s, a group of teachers established the Center of Teaching Professionals of Sergipe - CESPES, which opposed APMESE. With the 1988 Constitution, APMESE was transformed into the Union of Workers in Basic Education of the State of Sergipe - SINTESE, which has a prominent presence in the union and political scene in Sergipe, representing the interests of basic education professionals in the state.

Keywords: Unionism; Teacher Unionism; Basic Education; State of Sergipe

SUMÁRIO

RESUMO

1. INTRODUÇÃO.....17

2. FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO SINDICALISMO NA AMERICA LATINA E NO BRASIL: POLITICA, IDEOLOGIA E SOCIEDADE.....51

2.1. Sindicalismo na América Latina e no Brasil.....56
2.2. O Sindicalismo na Sociedade Capitalista.....81

3. DESENVOLVIMENTO DO SINDICALISMO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: DO ASSOCIATIVISMO AO SINDICALISMO.....86

3.1. Trabalhadores em Educação e o Mundo do Trabalho.....87

4. FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SINDICALISMO DOCENTE EM EDUCAÇÃO BÁSICA, DA REDE PÚBLICA, DO ESTADO DE SERGIPE (1960 – 1980).....111

4.1. Situando Sergipe de 60 a 80: breve destaque para a conjuntura sócio, política, econômica e educacional.....112

4.2. Análise e Resultados da Pesquisa.....117

4.2.1. Condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores/as em educação básica da rede pública do estado de Sergipe.....121
4.2.2. Lutas, Resistências e Conquistas na formação histórica do sindicalismo docente da educação básica da rede pública de Sergipe.....129
4.2.3. Pautas das reivindicações e suas conquistas.....146
4.2.4. As lentes da imprensa local e o movimento /organização dos trabalhadores/as da educação básica da rede pública do estado de Sergipe.....150

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....154

6. REFERÊNCIAS.....162

7. ANEXOS.....171

01 - Roteiro das Entrevistas.....172

INTRODUÇÃO:

> [...] Desconfiai do mais trivial, na aparência singela. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural. Nada deve parecer impossível. Nada é impossível de mudar, (BRECHT, Bertold 2012).

A presente pesquisa sob o título Lutas, Resistências e Conquistas: formação histórica do sindicalismo docente em Educação Básica da rede pública do Estado de Sergipe (1960 – 1980) caracteriza-se, por um lado, a conclusão do curso de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação - PPGED - da Universidade Federal de Sergipe - UFS, mas, por outro, não representa a conclusão do processo investigativo sob a formação histórica do sindicalismo docente no estado de Sergipe. Este processo investigativo está articulado ao Grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais – GPEMS/UFS, o qual tem como eixo matricial análise sócio histórica das estratégias educativas na formação dos movimentos sociais do campo e da cidade.

Para iniciar as reflexões que elaboramos para esta tese, seria importante, antes de tudo, destacar que as iniciamos inseridas em um processo pandêmico, COVID – 19[1]. Eu e todas/os colegas, professoras/es, técnicas/os administrativas/os e trabalhadoras/es terceirizadas/os que compõem o Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe- PPGED/UFS (toda a comunidade acadêmica) fomos surpreendidas/os com o eminente risco do alto contágio do vírus Sars-Cov- 19, sendo assim, se faz necessário trazer algumas reflexões anteriores. Inicialmente entendemos que a pandemia é a expressão resultante do sistema capitalista em degeneração. Nesse sentido, para captar o movimento das causalidades deste fenômeno, denominado coronavírus, precisamos responder a seguinte questão: Qual é a base material, deste fenômeno?

Quando lançamos mão da história, enquanto matriz científica, para entender, conhecer a evolução das pandemias, percebemos que o coronavírus faz parte de uma grande família viral conhecida desde meados de 1960. Em 2002, a síndrome respiratória

[1] (Covid-19:"Co" significa corona, "vi" vem de vírus, e "d" representa "doença". O número 19 indica o ano de sua aparição, 2019).

aguda grave, Sars-Cov causou 774 mortos. Em 2012, a Mers-Cov (Síndrome Respiratória do Oriente Médio) deixou 858 mortos. Agora, em 2021, a Sars-Cov2 já chegou a mais de 500 mil mortos, no Brasil, estima-se 3,95 milhões no mundo. As autoridades de saúde, lideranças mundiais que estão no centro do poder capitalista, sabiam das possibilidades de uma nova mutação desse COV. E o que foi feito a esse respeito? Onde estão as políticas públicas de saúde? Quais têm sido as ações da comunidade científica em meio à pandemia da Covid-19? São questões incontornáveis que não podemos deixar de fazer ao centro do poder do sistema capitalista que, sem surpresa, defende as taxas de juros, antes e acima de tudo e de todos, do que a vida dos seres humanos, dos seres vivos e até mesmo do próprio planeta.

O desenvolvimento da ciência – que é uma força produtiva - está entravado pelas atuais relações de produção capitalistas, pois hoje a ciência se desenvolve mais para "fins militares" (força destrutiva), para fins mercantis, deixando de lado, em sua maioria das vezes, a vida humana. Lembremos que a ciência está inserida nas relações de classe, não paira acima da sociedade capitalista e suas relações respectivas.

Sabemos que com o advento de um novo ciclo de crise do sistema capitalista em 2007-2008, ainda não resolvido, implicou, em todo mundo, a implementação de uma agenda político-econômica que requereu e ainda requer, pois está em curso, a redução do investimento nos serviços públicos que levou a cortes no gasto com a pesquisa científica, assim como no sistema público de saúde, alterando em cheio o sistema de atendimento básico e hospitalar.

Então, quando veio o choque trágico desta pandemia, maior do que as anteriores, percebe-se que o atual estágio do capitalismo rentista não disponibilizou seus recursos para proteger a vida da humanidade. Isto significa dizer que a crise sanitária é produto da crise econômica, e ambas foram e são gerados da própria crise do modo de produção capitalista.

Dentro dessa realidade concreta, fomos obrigados a recuar, nos isolar. Universidades, escolas, teatros, cinemas, bares, restaurantes, parques e as ruas das grandes metrópoles ficaram praticamente vazias, desertas, enquanto, infelizmente, os leitos de hospitais cada vez mais cheios. Pessoas sofrendo pela perda de empregos, pela morte de entes queridos, quando não, por terem elas mesmas, contraído a doença. A covid-19 trouxe impacto nas vidas dos indivíduos em nível global, chamando a atenção pelo alcance que teve e pela velocidade com a qual se disseminou. Os números

relacionados à pandemia de covid-19 são, ainda em 2024, cada vez mais, alarmantes, com dimensões globais.

Não podemos deixar de elucidar que a pandemia da Covid-19 também afetou as ações sindicais, tanto suas ações quanto as formas de organização e mobilização, trazendo inúmeros desafios para os sindicatos ao redor do mundo. As limitações impostas pela crise sanitária alteraram a dinâmica das lutas sindicais, forçando adaptações e novas estratégias.

Dentre esses desafios, podemos citar alguns como por exemplo, restrição à mobilização presencial e greves, visto que, as medidas de distanciamento social, lockdowns e restrições de circulação impediram a realização de assembleias, greves e protestos presenciais, que são ferramentas tradicionais de pressão sindical.

Com a impossibilidade de organizar grandes mobilizações de rua e manifestações físicas, os sindicatos tiveram que buscar alternativas para manter a pressão sobre empregadores e governos, como campanhas virtuais, uso de redes sociais e reuniões por videoconferência. Dentro da lógica dos lockdowns os sindicatos tiveram que adotar medidas como a ampliação do trabalho remoto ou home office, situação que afetou diretamente a capacidade dos sindicatos de organizar e representar esses trabalhadores.

Para Campos (2020), a dispersão geográfica dos trabalhadores tornou mais difícil a mobilização e a articulação coletiva e em muitos casos, os sindicatos tiveram que lutar por regulamentação adequada do trabalho remoto, buscando garantir que os trabalhadores tivessem seus direitos protegidos, como a compensação de despesas com internet e energia, além de evitar sobrecarga de trabalho.

A impossibilidade de realizar ações presenciais forçou os sindicatos a adotarem ferramentas digitais para manter a comunicação com os trabalhadores. Plataformas como Zoom, Google Meet e redes sociais tornaram-se essenciais para assembleias virtuais, campanhas e negociações. Pode-se dizer que o uso das redes sociais e de campanhas online se tornou uma das principais estratégias de mobilização, levando muitos sindicatos a adaptarem suas estruturas e investirem em comunicação digital.

Acredita-se que a crise econômica gerada pela pandemia também afetou os próprios sindicatos. A queda nas receitas, devido ao fechamento de postos de trabalho e à suspensão de atividades econômicas, resultou em redução da arrecadação das contribuições sindicais, impactando diretamente a capacidade de atuação e mobilização. Alguns sindicatos enfrentaram dificuldades financeiras para manter suas atividades, o que

enfraqueceu sua atuação em um momento de alta demanda por defesa de direitos. (CAMARGO e BERSANI, 2023).

A crise econômica gerada pela pandemia tornou a luta sindical mais desafiadora, uma vez que a capacidade de negociação dos sindicatos ficou limitada diante de um cenário de vulnerabilidade trabalhista.

Nota-se que a pandemia de COVID-19 trouxe desafios significativos para as ações sindicais, mas também impulsionou inovações na forma de organização e mobilização dos trabalhadores. O movimento sindical teve que se adaptar rapidamente a um cenário de incertezas, restrições e mudanças nas relações de trabalho, mantendo-se relevante e atuante na defesa dos direitos dos trabalhadores em um dos períodos mais críticos da história recente.

A Organização Mundial da Saúde – OMS (2021), avalia que provavelmente os números oficiais de mortes atribuídas direta ou indiretamente à Covid-19no mundo estão significativamente subestimados. A entidade calcula que entre 6 e 8 milhões de pessoas podem ter morrido desde fins de 2019 até 2021. No Brasil são mais de 502 mil mortes de março de 2020 a junho de 2021.

Outra questão fundamental a considerar é a ausência de um comando central do governo no combate à pandemia, a lentidão e a desorganização no processo de vacinação, como também, a falta de vacinas. O presidente Jair Bolsonaro em 2020 e 2021 nega a gravidade da pandemia, nega a vacina assumindo uma visão completamente anticientífica, autoritária e negacionista. Suas informações sempre carregadas com sensível teor ideológico.

Como diz Carlos Drummond de Andrade (1967), “nosso tempo é um tempo partido, de balanço, laços cortados, projetos estilhaçados, identidades dilaceradas, encruzilhadas, incertezas. Mas pode ser tempo de transição, travessia, pontes, mediações e, porque não, de revoluções.

Foi nesse cenário de excesso de narrativas tristes, de uma mudança radical em nosso modo de viver, e pela observação daqueles que mostram dificuldade em reconhecer o que está acontecendo de verdade, enquanto outros enfrentam momentos de grande aflição e incertezas que, professoras (es) /pesquisadoras (es) foram convocados a refletir sobre tudo isso considerando um cenário que vá além da superfície, que este trabalho sob o título “Lutas, Resistências e Conquistas: formação histórica do sindicalismo docente

em Educação Básica da rede pública do Estado de Sergipe: (1960 – 1980)" foi gerado e forjado no desafio de novas formas de enfrentamento das condições da realidade posta.

Nossa tese nasce com a pretensão de contribuir com a produção de um conhecimento que possa trazer à tona as ações, as lutas, os questionamentos dos sindicalistas aos modelos educacionais vigentes, e à condição de trabalho docente na rede pública de Sergipe. Nosso propósito é ampliar as reflexões em torno de um tema silenciado e invisibilizado na História da Educação de Sergipe até então.

Ou seja, colaborar, numa perspectiva histórica, com a elaboração do passado que implica a elaboração da memória da organização das professoras e professores da Educação Básica para formar um coletivo de trabalhadoras/es da educação de Sergipe, bem como constituir a luta de classes e, assim, seguir a trilha histórica da atuação de uma das entidades sindicais que, do mesmo modo que aconteceu no estado paulista, nasce como associação e, mais tarde, torna-se Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Básica do Estado de Sergipe, definido pela sigla SINTESE. Vale registrar que, ao longo dos anos, se constitui em espaço de luta da classe trabalhadora e dos embates contra a exploração do capital.

Trata-se de trazer para o campo da pesquisa, na área educacional, estudos que se preocupem com as experiências e formas de organização política e sindical das/os educadoras/es, procurando entendê-las/os também no momento em que expressam suas concepções de mundo e crítica social, num terreno arduamente construído de tensão social.

Partimos da lógica de que as relações sócias de produção existentes na sociedade capitalista não irão se restringir apenas ao ambiente fabril, mas em todas as esferas socioeconômicas e, portanto, o professor, ou trabalhador docente, irá se inserir neste contexto, como mais um elemento na reprodução do capital, compreendendo que o setor da educação e a escola e instituições não escolares são partes importantes da superestrutura[2] que, a partir do século XIX ocupa relevância na produção e reprodução

[2] Segundo Karl Marx, a sociedade pode ser entendida através dos conceitos de infraestrutura e superestrutura:1**. **Infraestrutura** (Base Econômica): Refere-se ao conjunto das relações de produção e forças produtivas de uma sociedade. Inclui os meios de produção (fábricas, terras, recursos) e as relações sociais de produção (trabalho assalariado, propriedade privada). É a base material da sociedade que determina sua estrutura econômica. 2. ****Superestrutura**: Compreende as instituições políticas, jurídicas, ideológicas, culturais e outras formas de consciência social. A superestrutura é construída sobre a infraestrutura e reflete os interesses da classe dominante, legitimando e perpetuando a ordem econômica estabelecida. Marx argumenta que a infraestrutura determina a superestrutura, ou seja, as condições materiais e econômicas de uma sociedade influenciam suas ideias, valores e instituições. Em contrapartida,

material da existência das sociedades contemporâneas. A este profissional foi permitido a existência de elementos que possibilitou sua identificação enquanto membro da classe trabalhadora, adotando os instrumentos de luta dos mesmos.

Pois, no contexto do desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países periféricos, como é o caso do Brasil, a educação é instrumentalizada de diferentes formas: como elemento de distinção, na medida em que possibilita graus elevados da escolaridade; como elemento de discriminação, na medida em que cria barreiras que impossibilitam o avanço nos níveis escolares e, por fim, como elemento de dominação ideológica na medida em que a constituição curricular priorizam concepções de mundo da classe social dominante. (LEITE, 1997).

O professor, como não poderia deixar de ser, será o maior reflexo destas transformações. Seu papel dentro da escola será regido pelas transformações econômicas que ocorrem na sociedade como um todo.

Significa destacar que o saber deixa de se concentrar no professor e passa a se concentrar no capital. Sob o comando de altos empresários monopolizando a educação. Está em causa o fortalecimento de um mercado educativo que busca novas fronteiras de investimento e enriquecimento. (EVANGELISTA, 2020). O capital se arroja nas dimensões mais propriamente humanas para abarcar totalmente as formas de organização do pensamento, da subjetividade e das vontades coletivas. Revela-se, então, aqui uma pequena fração desse movimento: a de que o educador precisa ser educado (MARX, 2011) e o capital toma a tarefa com maestria.

Dentro deste cenário, da perda do controle do processo de trabalho docente gera insatisfação e os docentes precisam lutar política e coletivamente. A primeira associação de professores públicos no Brasil que se tem notícia é a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (ABPPSP), fundada em 27 de janeiro de 1901. (CATANI, 1989).

Essa associação se propunha a reunir professores do ensino público para proporcionar benefícios aos seus membros, como prestação de serviços de saúde, assistência financeira em caso de moléstia, invalidez ou necessidade momentânea,

---

a superestrutura pode também exercer influência sobre a infraestrutura, mas essa influência é secundária. Disponível em: http//: linkdapostagemaqui. Acesso em: 10 de julho de 2024.

assistência jurídica e manter o aprimoramento moral e intelectual[3] do professorado paulista. (Idem, Idem1989).

Antes deste período e tipo de organização, existiram intenções de fundar uma agremiação que congregasse os professores e as professoras de São Paulo. Porém, o desejo de organizar o campo educacional com a participação dos professores não prosperou antes de 1901 (RÊSES, 2008).

Importante ressaltar que os sindicatos foram precedidos por outras formas de organizações defensiva. São as chamadas associações ou uniões que, dependendo das regiões em que surgem, combinam papéis agregadores da categoria docente em torno de questões pedagógicas e científicas, proteção mútua, atividades sociais e culturais, defesa dos interesses dos associados e debate sobre políticas e práticas educacionais. Esse tipo de organização pré-sindical deita raízes no século XIX adentro, no Brasil. (RÊSES, 2015 apud CRUZ, 2008).

Logo, no caso da organização das/os trabalhadoras/es da educação, as associações foram a antessala do sindicato que, devido ao caráter que vai assumindo na relação capital e trabalho, passa a ter como sua principal função política a de organização de trabalhadores assalariados. Nesse sentido, o sindicalismo docente emerge de dois segmentos de trabalhadores assalariados: do magistério público e do magistério privado. (SADI, RONO, CRUZ E RÊSES, 2011).

Como a legislação sindical que surge praticamente com a redemocratização do País, pois a constituição de 1988 trouxe maior liberdade sindical, inclusive garantindo o direito à livre associação sindical sem a interferência do Estado, vedou sistematicamente a organização através de sindicatos para os funcionários públicos, a primeira organização de docentes que se organizou segundo as regras ditadas pelo Governo de Getúlio Vargas

---

[3] Os sindicatos e associações no Brasil entre 1960 e 1980 também ofereciam serviços voltados ao aprimoramento moral e intelectual de seus membros, com o objetivo de fortalecer a consciência de classe, a cidadania e o desenvolvimento pessoal. Alguns desses serviços incluem:

1. Formação política e sindical: Os sindicatos promoviam cursos, seminários e palestras para formar seus membros em temas como direitos trabalhistas, organização sindical, e conscientização política. Esses eventos eram essenciais para o desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade e dos sistemas de poder.

2.Educação e alfabetização: Em muitos casos, sindicatos e associações ofereciam programas de alfabetização e cursos de educação básica para trabalhadores que não tiveram acesso adequado à educação formal. Isso contribuía diretamente para o crescimento intelectual dos associados.

3. Debates e palestras culturais: Eram realizados debates e palestras sobre temas culturais, sociais e políticos, como democracia, direitos humanos, economia e a história do movimento operário. Essas atividades buscavam elevar o nível de consciência social e política dos trabalhadores.

4. Apoio à leitura e publicações: Muitas entidades sindicais criavam bibliotecas comunitárias, organizavam grupos de leitura e publicavam jornais ou boletins que discutiam temas de interesse social e político, fomentando o hábito da leitura. (CATANI, 1989).

e se mantém pujante até os dias de hoje é o Simpro - Rio, que iniciou congregando assalariados do setor privado — especialmente do Ensino Médio — em 1931, na cidade do Rio de Janeiro (RÊSES, 2008).

Em que pese essa breve descrição histórica da origem dos sindicatos docentes no Território Nacional, permite justificar a escolha do tema sobre a história do sindicato dos professores das redes públicas do Estado de Sergipe, cujo objeto de estudo é a elaboração histórica da origem do que hoje conhecemos por SINTESE.

Sabe-se que a escolha de um objeto de estudo é resultado de fatores objetivos, colocados pelas necessidades, interesses e demandas acadêmicas e profissionais, mas, sobretudo, pelas motivações subjetivas, construídas a partir das experiências vividas e das tomadas de posições ético-políticas diante da realidade que nos cerca. Afinal, somos sujeitos históricos, e sabemos que a construção de nossa consciência é resultado de processos sócio-políticos e interações ético-culturais. Produzimos e somos produzidos historicamente.

A motivação por esse estudo, situado no Campo da História da Educação, surge por relacionar-se em parte com minha trajetória na educação, e se deu a partir do interesse em conhecer que fatores explicam a formação do sindicalismo docente da educação básica no Estado de Sergipe.

Está articulado à minha realidade concreta. Sou Mestra em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação - PPGED/UFS. Sou graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Possuo Graduação em Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Universidade Tiradentes - UNIT; sou professora efetiva da rede pública municipal de Estância, há mais de 35 anos. Nessa trajetória sempre participo dos debates, cursos, congresso promovidos pelo sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras em Educação aqui no Estado de Sergipe – SINTESE, além de ser filiada ao mesmo. Destaco também que minha aproximação com o materialismo histórico dialético (Marxismo) se deu no mestrado, enquanto aluna especial, cursando a disciplina Educação e Trabalho.

A partir do tema/objeto, traçamos como objetivo de estudo, pesquisar a origem e o desenvolvimento do sindicalismo docente da educação básica da rede pública do Estado de Sergipe, no sentido de compreender seu papel, os embates políticos e sua atuação junto aos educadores, no período de 1960 a 1980.

O recorte temporal escolhido (1960 – 1980) foi devido à sua importância no campo educacional e político brasileiro, marcado pelas políticas governamentais, num contexto em que são dados os primeiros sinais de recomposição do capital para combater a queda tendencial da taxa de lucro, o que implica o rebaixamento do custo do trabalho.

Neste período nota-se também o combate à ditadura militar e ao autoritarismo e de eclosão dos movimentos sociais em prol de melhores condições de vida, lutando por direitos trabalhistas, econômicos, sociais, políticos e educacionais em praticamente todas as regiões brasileiras.

Enxerga-se, enormes e rápidas transformações, evidencia que as mudanças no ensino, também foram estruturadas em função do mundo empresarial (da mercadoria e do lucro), sobretudo, durante os anos 1960, período marcado pelo empenho estatal em sistematizar a educação, por meio de medidas como as promulgações da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024/61 e de suas sucessoras (5540/68-Ensino Superior e 5692/71-Ensino Básico). (SOUZA E RIBEIRO, 2008).

É sabido que cada cenário apresenta particularidades que influenciam o desenvolvimento da luta e muitas vezes o simples fato de mudar de cenário já é uma indicação importante de uma mudança no processo. A capacidade de definir os cenários onde as lutas vão se dar acredita -se que seja um fator importante.

No que se refere a história de formação dos sindicatos no Brasil, percebe-se que foi influenciada pela migração de trabalhadores vindos da Europa para trabalhar no país. Porque no final do século XIX, a economia brasileira sofre uma grande transformação, marcada pela abolição da escravatura e a Proclamação da República.

Neste momento, a economia brasileira deixa de se concentrar na produção de café e cede espaço para as atividades manufatureiras, surgidas nos centros urbanos e no litoral brasileiro. A abolição da escravidão, substituída pelo trabalho assalariado, atrai um grande número de imigrantes vindos da Europa, que ao chegar se depararam com uma sociedade que oferecia pouquíssimos direitos aos trabalhadores, ainda marcada pelo sistema escravocrata (INÁCIO, 2007).

Estes novos trabalhadores possuíam experiência de trabalho assalariado e relativos direitos trabalhistas já conquistados em seu antigo país. Assim, rapidamente começaram a formar suas organizações de conquistas e preservação de direitos.

As primeiras formas de organização foram as sociedades de auxílio-mútuo e de socorro, que objetivavam auxiliar materialmente os operários em períodos mais difíceis.

Em seguida, são criadas as Uniões Operárias, que com o advento da indústria passam a se organizar de acordo com seus diferentes ramos de atividade. Surgia assim o movimento sindical no Brasil. (Idem, Idem, 2007).

Esse autor afirma que a história do movimento sindical aqui no Brasil, pode ser dividida em seis períodos: o da Primeira República (1889 a 1930), o período Vargas (1930 a 1945), o período democrático (1946 a 1964), a ditadura militar (1964 a 1985), o da redemocratização (1985 a 1988), e após a Constituição de 1988.

Pode-se dizer que por certo tempo, o sindicalismo no Brasil era ditado por iniciativas dos trabalhadores ou de grupos com perfil político-ideológico mais definido, como os partidos políticos. De forma geral, essas iniciativas eram tomadas pelos trabalhadores em sua heterogeneidade, concebido por uma inspiração autônoma.

Essa dinâmica muda com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, quando o presidente passa a submeter os sindicatos ao controle do Estado. É com esse intuito que Vargas cria o Ministério do Trabalho em 1930, em conjunto com uma série de normas, como o decreto 19.770 de 1931, que estabelecia:

> [...] o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos, inclusive proibindo a utilização destes recursos em períodos de greve; a participação do Ministério nas assembleias sindicais; que atividades políticas e ideológicas não poderiam existir por parte dos sindicatos; veto à filiação de trabalhadores a organizações sindicais internacionais; proibição da sindicalização dos funcionários públicos; definição do sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado; participação limitada dos operários estrangeiros nos sindicatos. Este era um ponto bastante problemático, já que boa parte das lideranças sindicais ainda era de origem estrangeira; garantia de sindicato único por categoria, a chamada unicidade sindical. (INÁCIO, 2007 p. 22)

O estudo de Inácio (2007) deixa evidente que Getúlio Vargas em seu governo, foi responsável por uma série de outras medidas relacionadas à vida dos trabalhadores. Vamos lembrar que foi no regime varguista a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e dos institutos de Previdência Social.

Ainda assim, o período do getulismo foi marcado por intensas greves de trabalhadores e pela crescente luta sindical. Nos anos 1940, o movimento volta a ganhar forças, mesmo em meio a restritivas leis impostas por Vargas, que continuaram vigentes mesmo após o fim do Estado Novo, em 1945.

Inácio (2007) informa que o período do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), foi marcado por forte contradição: de um lado o modelo autoritário priva o cidadão da liberdade de expressão, de pensamento, de escolha, o que se reflete depois em âmbito social; de outro lado, dissemina a ideia de proteção, de segurança, de estabilidade, de retidão, com a criação de leis trabalhistas e a valorização do nacionalismo.

Se por um lado o governo promovia o desenvolvimento do país, com leis que favorecessem os trabalhadores, por outro lado tinha meios de controle dos mesmos, já que a proteção do trabalhador vinha imbuída de forte ditadura, suprimindo o direito de greve e da livre associação sindical.

Em relação a criação da Consolidação das leis do trabalho - CLT, não se pode dizer que foi conquista dos trabalhadores, pois não eclodiu de movimentos de massa e luta de classes, não refletiu os movimentos populares, mas foi resultado de um modelo de governo autoritário, criada para satisfazer os anseios do povo, estratégia política utilizada para ganhar força e apoio popular. Portanto, a CLT não veio de um movimento ascendente, de baixo para cima, mas de um movimento descendente, de cima para baixo.

Bauer e Oliveira (2016), corroborando com o que foi apresentado, nos diz que o surgimento do sindicalismo aqui no Brasil, está ligado ao contexto da industrialização e consolidação do capitalismo na Europa a partir do século XVIII, quando ocorreu a Revolução Industrial**.** A época foi marcada pelas péssimas condições de vida e trabalho às quais estava submetida boa parte da população europeia. As relações sociais atingiram uma enorme polarização, com a sociedade dividida em duas grandes classes: a burguesia e o proletariado. É nesse momento que fica evidente o antagonismo de interesses entre elas.

Neste sentido, pode-se inferir que a gênese dos movimentos sindicais registrados na história social do Brasil está associada às influências das experiências europeias que foram trazidas pelos trabalhadores estrangeiros que para cá afluíram.

A história revela que a luta das trabalhadoras/es brasileiras/os, na busca pelos direitos do trabalho, teve início nas primeiras décadas da República Velha. Diversos congressos operários e manifestações grevistas ocorreram em torno das reivindicações trabalhistas, como: melhoria salarial, redução da jornada de trabalho, estabilidade, dentre outras (INÁCIO, 2007).

Seguindo a lógica de pensamento de Bauer e Oliveira (2016) percebe-se que foi durante os anos 1960 que a luta sindical atinge seu ápice, com imensas

manifestações grevistas e a realização do III Congresso Sindical Nacional, quando foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). No campo, as lutas também se intensificaram com a criação das ligas camponesas, onde aos poucos cresciam os sindicatos rurais.

Mas o crescimento do movimento sindical é interrompido com o golpe militar em 1964, quando o movimento dos trabalhadores passa a ser perseguido e a existir sob total controle do Estado. Após isso, o sindicalismo volta a ganhar forças somente no fim dos anos 1970, quando retomam as greves em diversas fábricas no Estado de São Paulo.

Para Inácio (2007) a fase do desmantelamento das estruturas sindicais, corresponde ao período 1964-65 do governo Castelo Branco, que, além do arsenal repressivo da Constituição de 1946 e todo o aparato legal da CLT, permitindo a intervenção sindical, contou com os Atos Institucionais nº. 1, de abril de 1964, e nº. 2, de outubro do mesmo ano, bem como o SNI – Serviço Nacional de Informação, criado como mais um instrumento na perseguição implacável aos dirigentes sindicais combativos, tidos como inimigos do novo regime. Entre 1966-68, correspondente ao final do governo Castelo e início do governo Costa e Silva, são eliminados direitos históricos, como a participação dos segurados na gestão da previdência e a estabilidade no emprego.

Evidencia-se que a jornada de luta nos anos 1970 inseriu o movimento operário no cenário político, econômico e social brasileiro, levando a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), que passaram a organizar diversas greves gerais nos anos 1980 e desempenharam importante papel em movimentos políticos como as Diretas Já[4].

Pode-se perceber que a ditadura militar cível e empresarial no Brasil, implantada em 1964 se prolongou ate 1985. O governo militar desmoronou por problemas econômicos e políticos e findou derrubado pelas lutas de classes. Sua queda começou principalmente pelas ações do movimento operário a partir das lutas iniciadas em 1978, nas fabricas do ABC paulista.

[3] O movimento Diretas Já foi uma campanha popular no Brasil, durante os anos de 1983 e 1984, que exigia o retorno das eleições diretas para presidente da República. Este movimento foi uma resposta ao regime militar instaurado em 1964, que estabeleceu eleições indiretas para o cargo de presidente. Principais Aspectos: Restabelecer eleições diretas para a presidência, permitindo que o povo escolhesse diretamente seu líder; A campanha mobilizou milhões de brasileiros, contando com o apoio de políticos, artistas, e a sociedade civil; Grandes comícios e manifestações ocorreram em diversas cidades, sendo o mais famoso o comício realizado em São Paulo, no Vale do Anhangabaú, que reuniu cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Nesse raciocínio Galetti (2022) traz a afirmativa de que

> [...] Ao movimento operário passaram a se somar grandes manifestações das classes média urbanas, principalmente do movimento estudantil. Formou-se uma união muito forte contra o flagelo ditatorial e do capital: trabalhadores metalúrgicos das grandes fabricas de automóveis, operários borracheiros, químicos, motoristas do setor de transporte, bancários, jornalistas, vigilantes, **professores**, estudantes, intelectuais, artistas, movimentos de mulheres, trabalhadores rurais, portuários e aeroviários, indígenas, religiosos, negros, amplos grupos da juventude, sindicalistas, dirigentes políticos de várias tendências, vários grupos de oprimidos. (GALETTI, 2022 p. 66)

Essa explosão dos movimentos reivindicatórios, presentes nos mais variados segmentos da sociedade, se ampliaram, abrangendo, além de conquistas imediatas, como a reposição de perdas salarias acumuladas, ao longo dos anos 70, trazendo um conjunto de demandas: direito a greve, liberdade sindical.

A Constituição Federal de 1988, criada no período da redemocratização, trouxe mais liberdade ao movimento sindical, retirando regras como a necessidade de autorização do Ministério do Trabalho para funcionamento de um sindicato e possibilitando a sindicalização dos servidores públicos. Criada no período da redemocratização, trouxe mais liberdade ao movimento sindical, retirando regras como a necessidade de autorização do Ministério do Trabalho para funcionamento de um sindicato e possibilitando a sindicalização dos servidores públicos. Contudo, muitas das heranças do período varguista continuaram a aparecer, como o imposto obrigatório e a unicidade sindical.

No entendimento de Queiroz (2007)

> [...] O sindicalismo, desde que surgiu no mundo, é um fenômeno multifacetado, com dimensões sociais, econômicas, políticas e jurídicas. Sociais porque possui caráter associativo, que pressupõe sociabilidade, solidariedade e organização de uma classe. Econômico porque possui relações estreitas, permanentes e dinâmicas com a economia, tanto na esfera macro (inflação, produtividade, etc.), quanto no plano micro, dentro da empresa (salário, condições de trabalho, greve, acordos coletivos, etc.). Político, uma vez que inclui disputa, luta por poder, o controle estatal e, sobretudo, pelo caráter coletivo que dá legitimidade e possibilidade de influenciar o destino da história. Finalmente, jurídico, porque faz parte do ordenamento legal (com reconhecimento na Constituição, nas leis, nos acordos e tratados

> internacionais), e pela relativa autotutela das relações de trabalho, tendo força de lei os acordos, convenções ou contratos coletivos celebrados. Assim é o movimento sindical. Ele surge de fato no Brasil (com atraso de quase cem anos em relação ao sindicalismo europeu). (QUEIROZ, 2007 p. 17)

Essa situação demonstra que o sindicalismo no Brasil foi tardio, tal fato pode ter ocorrido por conta de situações como: processo de industrialização tardia quando comparada com países como Inglaterra, França ou Alemanha; além da repressão e controle do Estado.

Quando nos reportamos ao sindicalismo no Estado de Sergipe, evidencia-se a existência de entidades associativas de servidores públicos e privados que entra em cena logo nas primeiras décadas do século passado, com a criação da Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos (1919). No entanto, aquela associação não tinha ambições reivindicatórias e sim assistencialistas. Já na década de 1940, surgiu a Associação dos Servidores Públicos de Sergipe (ASPES) e a União dos Empregados Públicos do Estado de Sergipe (UEPES), que foram as primeiras associações com fins reivindicatórios do Estado, entretanto, não se pode perder de vista que o assistencialismo, naquela época, ainda era muito forte. (SILVA, 1997)

Percebe-se que no período apresentado, o Estado de Sergipe não dispunha de uma associação específica que representasse somente a categoria de professoras/es.

Sendo que esta organização específica das/es docentes em Sergipe somente começou a funcionar em meados dos anos 1960 com a Associação de Professores, dirigida por Agnoaldo Pacheco, ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que também foi Presidente da ASPE e membro da seção estadual do Comando Geral dos Trabalhadores em Sergipe (CGT-SE). Nos anos de 1964, essa Associação teve toda a sua documentação destruída pela ditadura militar e, posteriormente, foi fechada. Depois do término das atividades da associação, as reinvindicações dos/as docentes passaram a ser feita por grupos que se organizavam isoladamente, formados tanto por professoras/es concursadas/os como por professoras/es contratadas/os. (DANTAS, 2017).

O retorno do movimento associado dos docentes acontece na década de 1970, precisamente, em 08 de setembro de 1977 com a criação da Associação dos Profissionais do Magistério do Estado de Sergipe – APMESE[5], pelo governador José Rollemberg Leite.

[5] Hoje, SINTESE

Iniciativa que se atribui, segundo Dantas (2017), ao receio de que o grupo de professores militantes, protagonistas de reivindicações em favor dos direitos docentes criasse uma associação ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A entidade tinha um caráter assistencialista com práticas clientelistas, nos moldes do regime militar.

Apesar do caráter assistencialista e mutualista dessas primeiras entidades atadas pelo sentimento de solidariedade e cooperação como alternativa às tensões e determinações históricas a que foram submetidas no período, a sua organização contribuiu para o início do processo de formação da identidade coletiva da classe.

Conforme foi destacado até o momento, nota-se que as décadas de 1960 e 1970 no Brasil e não diferentemente no estado de Sergipe, os professores/as e demais trabalhadores do setor públicos foram afetados com baixos e recorrentes atrasos salarias. A categoria docente, em especial, além das questões salarias, enfrentaram: precarização nas estruturas físicas das instituições de ensino, falta de recursos pedagógicos nas escolas; professores/as em sua maioria com carga horária excessiva; existia falta e/ou carência na formação continuada; disparidade entre as condições de trabalho em áreas urbanas e rurais.

No período de 1960 e 1970, o professorado, conviveu com a ausência de representação sindical que lutasse por melhores condições de trabalho, esse período também foi marcado por restrições à liberdade de organização e expressão, ou seja foi um período de forte repressão política. Embora na década de 70 houvesse algumas tentativas de modernização, essas por sua vez não trouxeram mudanças significativas para os professores/as. Pois, nesse período o governo militar centralizou a gestão educacional, impondo politicais que na maioria das vezes não consideravam as necessidades locais.

.A partir da problemática acima descrita, enxerga-se que os professores/as públicos sofreram abalos na condição financeira e profissional, nesse sentido, levanta-se a hipótese de que, os fatos que foram acima elucidados, podem ter contribuído para que fossem implementadas lutas populares pela educação e se organizassem, ainda mais, enquanto categoria trabalhadora, na busca da garantia dos seus direitos.

E assim, esses trabalhadores e trabalhadoras, construíram espaços políticos no enfrentamento com os governos, expondo publicamente as condições, (objetivas e subjetivas). Ou seja, as mobilizações do funcionalismo público de Sergipe e em especial da categoria docente, surge pela inconformidade das condições objetivas e subjetivas que os docentes e demais trabalhadores/as da rede pública estadual se encontravam.

Cabe dizer que o sindicalismo praticado pelos professores, embora traga as marcas do sindicalismo em geral, ou seja, guarde algumas similitudes com aqueles que são próprios do movimento operário, obviamente tem suas características próprias.

Pois, se firma nos embates pelo fim da ditadura civil-militar de 1964 e, ao longo da década de 1980, nos embates pela redemocratização, num contexto em que são dados os primeiros sinais de vingança do capital contra o trabalho, por um lado, pelo colapso do socialismo real e, por outro, pela afirmação da doutrina e políticas neoliberais (QUEIROZ, 2007).

OBJETIVOS E RELEVÂNCIA DA PESQUISA:

Este estudo tem como objetivo geral, pesquisar como historicamente se deu a formação do sindicalismo docente em Educação Básica da rede pública do Estado de Sergipe no período de 1960 – 1980.

Tomando como referência o objetivo geral, destaca-se que os objetivos específicos que norteiam o desenvolvimento das ideias aqui encontradas são:

- Analisar a formação sócio histórica do sindicalismo na América Latina e no Brasil na década de 60 a 80;
- Investigar como se deu a passagem e o desenvolvimento do associativismo docente ao sindicalismo docente da educação básica na América Latina e no Brasil;
- Analisar as condições objetivas e subjetivas que se encontravam os docentes da Educação Básica da rede pública do Estado de Sergipe, durante o período de 1960 a 1980;
- Pesquisar quais eram as pautas das reivindicações feitas pelos docentes no período estudado;
- Identificar as lutas, resistências e conquistas enfrentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da Educação Básica da rede pública do Estado de Sergipe durante o período de 1960 a 1980;

- Compreender como a imprensa local tratava o movimento/organização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação básica da rede pública do Estado de Sergipe no período em estudo.

A relevância desta pesquisa justifica-se primeiro por sua contribuição à compreensão e aprofundamento da história da educação sergipana e brasileira e seus condicionantes sociais, políticos e econômicos. Segundo, pela contribuição que poderá trazer para a reflexão de educadores no que se refere à formação do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras da educação básica na busca pela garantia dos seus direitos trabalhistas. Nesse sentido, esta pesquisa procura somar esforços para a luta emancipatória da classe trabalhadora. Visto que, busca apresentar os desafios do sindicalismo no campo educacional em Sergipe e no Brasil.

Tem a pretensão de contribuir com o conjunto das pesquisas realizadas no âmbito acadêmico. Até porque se entende que para a dialética marxista, o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada. Visto que, o movimento da realidade é dinâmico e contraditório.

Nessa lógica, chama-se atenção para o entendimento de que, ciência e produção do conhecimento não existem isoladas das relações sociais e são parte do desenvolvimento das forças produtivas, neste caso, no âmbito do capitalismo. Isso quer dizer que não são neutras e seus efeitos estão relacionados com os efeitos do capitalismo na vida humana, bem como das relações sociais engendradas na ordem burguesa, baseadas na forma-mercadoria e que alienam o humano de sua própria produção.

Ou seja, ciência e produção do conhecimento têm sido veículos da ideologia dominante que, não raras vezes, oculta a relação de dominação entre as classes no capitalismo. Os problemas e objetos de pesquisa, as descobertas e os objetivos estão relacionados com o modo de produção capitalista.

E neste contexto, os interesses econômicos em que as pesquisas precisam de financiamentos, as escolhas que parecem neutras ou livres de influências externas são demasiadamente influenciadas pelos interesses dos representantes da classe burguesa que hoje no Brasil ocupam as instâncias de poder nas diferentes esferas do estado, incluindo, as agências de fomento de pesquisa como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior - CAPES. Ou seja, o capital utiliza-se da ciência e da produção científica para assegurar sua reprodução.

Tanto que a ciência teve um grande crescimento no modo de produção capitalista, com investimentos para sua expansão. A ciência pode servir a essa expansão, pois foi demasiadamente relevante para o desenvolvimento de potencialidades positivas e das destrutivas do referido modo de produção.

> Porém, se temos uma ciência burguesa devemos, portanto, ter uma ciência com posicionamento de classe, ou seja, também temos possibilidade de outras formas para o fazer científico, que não seja privilegiando uma classe em detrimento da outra. Ciência e Tecnologia, muito embora pareçam entes autônomos, não existem no "vazio". Logo, não se pode fazer ciência fora do contexto histórico, econômico, social e político. Visto que, um estudo acadêmico, deve contribuir para transformar concretamente as condições de vida das trabalhadoras e trabalhadores – que com sua força de trabalho produz as riquezas e valores que permitem, entre outras coisas, a existência de uma universidade pública.

Pelo levantamento que fiz, no banco de dados da Universidade Federal de Sergipe - UFS, no Programa de Pós Graduação em Educação – PPGED, através das palavras chave: educação, sindicalismo, sindicalismo docente, SINTESE, sindicato dos professores, foram encontradas duas dissertações e uma tese. Apesar de possuírem o mesmo campo empírico, os estudos têm objetos e objetivos diferentes dos apresentados na presente pesquisa.

A Dissertação de Mestrado intitulada **Prática sindical docente e seus nexos com a formação política dos professores,** realizada por SANTOS (2012), tem como referência o materialismo histórico dialético, com o objetivo geral de analisar os nexos/relações entre a prática sindical docente e a formação política dos professores.

A Dissertação denominada **Lentes de Gênero sobre o sindicato dos trabalhadores em educação Básica da rede oficial do Estado de Sergipe (SINTESE**), DANTAS (2017) objetiva analisar e dar visibilidade às relações de gênero, à construção das identidades das/os sindicalizadas/os do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE), com destaque para os avanços na democratização das relações sociais.

A tese intitulada **A comunicação sindical na rede digital facebook como espaço para a formação política dos professores em Sergipe: o SINTESE como**

estudo de caso, defendida por LINHARES (2019) trata de estudar a contribuição da comunicação sindical e, em especial, a realizada pelos meios digitais, especificamente, o facebook, para a formação política dos professores representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE. O objeto da pesquisa foi construído a partir da indagação se as redes digitais utilizadas pelo referido sindicato realizam processos de comunicação que contribuem para a formação política dos professores.

Continuando o levantamento, na UFS, encontramos a Dissertação de SILVA (1997) , denominada: **Sindicalismo no setor público em Sergipe: o caso da educação** defendida, em 1997, junto ao Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS, da Universidade Federal de Sergipe; esse trabalho, de cunho exploratório, pode-se dizer que é pioneiro no que tange ao registro histórico e à análise do movimento sindical docente em Sergipe. Os objetivos da pesquisa referem-se ao processo de afirmação da categoria profissional docente em Sergipe, bem como aos resultados dessa afirmação para organização político sindical, destacando os avanços e recuos de suas mobilizações.

Foi encontrada também uma monografia intitulada: **O movimento sindical dos professores: memória e história da luta dos trabalhadores em educação de Lagarto (1982 a 2009).** Esse trabalho foi desenvolvido por ANDRÈ (2011) na área de licenciatura em História da Faculdade José Augusto Vieira (FJV). A pesquisa resgata a história do sindicalismo docente na cidade de Lagarto (SE) e analisa as lutas travadas pelos trabalhadores em educação.

Seguindo com nossa pesquisa, escolhemos, o catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, optamos em selecionar aos trabalhos já inseridos na Plataforma Sucupira. Utilizando das mesmas palavras chave, foram encontrados, alguns trabalhos voltados para a temática, e em nenhum deles observou-se os mesmos aspectos que serão trabalhados no presente objeto de pesquisa.

Temos como exemplo de aproximação os seguintes trabalhos: 1) LUZ (2017). **Sindicalismo e Educação no Estado do Pará**: **as repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente.** Doutorado em Educação na Universidade Federal do Pará. Esta pesquisa trata sobre o papel do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) como espaço de organização e luta dos professores e a repercussão de suas ações sobre o processo de valorização do trabalho docente na

educação básica pública no Estado do Pará, no período de 2003 a 2016. 2) ALVES, (1998). Tese em Ciências Sociais na Universidade Estadual De Campinas, com o tema: **Reestruturação Produtiva e Sindicalismo no Brasil**. Analisa os efeitos políticos e ideológicos da reestruturação produtiva do capital sobre o novo sindicalismo brasileiro, apontando o que considera ser alguns dos desafios para uma prática sindical de esquerda no atual contexto da mundialização do capital. 3) MATOS (2010) Mestrado em Educação na Universidade Nove de Julho **Trajetória do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (SINPEEM): 1986-2004.**, estuda a trajetória do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (SINPEEM), entre 1988-2004. Busca compreender o papel desse sindicato em uma perspectiva histórico-social e assim poder constatar e analisar alguns dos aspectos importantes de sua atuação junto à categoria docente do município de São Paulo. O objetivo foi trazer para o campo da pesquisa, na área educacional, estudos que se preocupem com as experiências e formas de organização política e sindical dos professores, 4) SOUZA (2017). Mestrado em Educação, Universidade de Brasília, tema: **Estratégia democrática e popular e luta sindical docente no Distrito Federal**. Esta pesquisa buscou conhecer como as professoras e os professores da rede pública de ensino do Distrito Federal enfrentam o Estado para assegurar os seus direitos. Inseridos em precárias condições de trabalho e atravessando, no cotidiano escolar, diversas situações de conflito e desgaste, esses trabalhadores da educação se organizam para transformações sociais que vão além das melhorias corporativas da sua categoria. 5) OLIVEIRA (2018) Mestrado em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Marília/SP). Tema: **História e Memória da Práxis Sindicalista da ADUNESP Política, Ideologia e Sociedade (1976-1985)**. Esta dissertação tem como objetivo apresentar e analisar a História e Memória da ADUNESP, primeira associação docente criada após o golpe de 1964. Fundada em junho de 1976, seis meses após a unificação dos Institutos Isolados de Ensino Superior (IIES) transformados em universidade, a ADUNESP configurou-se como um movimento de resistência às medidas autoritárias tomadas na gestão universitária da UNESP, assim como contra o regime ditatorial brasileiro. 6) MOLINA (2012) Tese, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. **Sindicato: movimento com sinais trocados: entre a sua subversão e a adaptação ao novo sócio - metabolismo do modo de produção capitalista.** Tem por finalidade refletir sobre a contradição e o conflito que

vive o movimento sindical brasileiro diante de um processo de adaptação ao sócio - metabolismo do capital e sua lógica.

Pode-se perceber que no PPGED, quando se trata da temática relacionada ao sindicalismo, possuí uma pouca produção acadêmica sobre o assunto.

Essa realidade, fomenta, sobremaneira, a importância desta investigação, podendo assim, contribuir no aprofundamento de estudos, dentro dessa temática aqui no Estado de Sergipe.

ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DA PESQUISA:

O objeto de pesquisa será visto e analisado dentro de uma abordagem qualitativa, tendo como enfoque metodológico o materialismo histórico dialético. Entendendo-o como sendo essencialmente um método que procura compreender a história materialística e dialeticamente como ciência – explica as articulações, as passagens, a transformação de umas formações em outras, etc., mas não oferece o mesmo elenco de categorias para explicar todas a um só tempo. O essencial é a diferença essencial. Teoria elaborada por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), autores que analisaram problemas sociais, estruturais e conjunturais, relacionados ao sistema capitalista pós-revolução industrial. Segundo Hobsbawm (1998) não é possível nenhuma discussão séria da história que não se reporte a Marx ou, mais precisamente, que não parta de onde ele partiu.

É importante salientar que no método fundado por Marx não há regras e procedimentos pré estabelecidos. Na perspectiva materialista, os métodos, tanto de investigação quanto de exposição, não se fundamentam em um procedimento de passos técnicos como guias pré determinados, nem reduz a pesquisa a um programa ou receitas. (SILVA e HERMIDA, 2021).

Ou seja, o materialismo histórico-dialético é um enfoque teórico, metodológico e analítico para compreender a dinâmica e as grandes transformações da história e das sociedades humanas. Assim, o materialismo histórico-dialético se dá a partir de três movimentos simultâneos: de crítica, de construção do novo conhecimento e de ação com vistas à transformação. Para Frigotto (2010), a dialética materialista, é um método de investigação, e uma práxis, ou seja, um movimento de superação e transformação.

Nesse sentido, para ser materialista, histórica e dialética, a investigação deve considerar a concretude, a totalidade e a dinâmica dos fenômenos sociais, que não são definidos à priori, mas construídos historicamente. ou seja, a partir de dados empíricos, o real é observado pelo sujeito diretamente em sua aparência e indiretamente em sua essência, de modo a possibilitar o entendimento e o desvelamento dos processos presentes nos fenômenos estudados, distinguindo assim aquilo que é aparente daquilo que é essencial apreender no processo de investigação (CARVALHO, 2008, p.164).

Nessa perspectiva, os atributos de um método (o materialismo histórico e dialético) cujas categorias centrais, a dialética, a contradição, a totalidade, a luta de classes, o movimento, a mudança social e a emancipação humana, se colocam a favor da classe trabalhadora e de outras classes subalternas que compõem as sociedades classistas. (SILVA e HERMIDA, 2021).

Nesse contexto, primeiro precisa-se entender que Marx não considera o indivíduo humano apenas no seu caráter objetivo, determinado, mas em seu processo de autodeterminação. E é nesse processo de autoconstrução que se criam novas formas de objetivação, que possibilitam, por sua vez, novas formas de subjetivação. (CHAGAS, 2013). Ou seja, a subjetividade não é nem uma instância própria, autônoma, independente, abstrata, nem posta naturalmente, dada imediatamente ao indivíduo, mas construída socialmente, produzida numa dada formação social, num determinado tempo histórico.

Cabe ressaltar que Marx (2004) da importância central a subjetividade no processo de transformação, pois ele reconhece a influência que a cultura, os “movimentos culturais”, as tradições das gerações “mortas”, passadas, exerce sobre as gerações vivas, do presente.

Também discute a condição trágica da subjetividade no mundo, pois, no processo produtivo de mercadorias, cria-se uma objetividade que anula os próprios sujeitos. Ou seja, Marx destaca a presença de uma objetividade sem subjetividade, ou de uma subjetividade mutilada, esvaziada, para qual a realidade aparece como um mundo exterior; quer dizer, o sujeito desconhece o mundo, a sua própria atividade, as condições pelas quais se produzem a sua própria existência, percebendo o mundo, a existência real, como fora dele, externa e alheia a ele, e não como um produto de seu próprio trabalho, de sua própria subjetividade. (CHAGAS, 2013).

Assim, levando em consideração o processo de subjetivação e objetivação defendido por Marx, será possível compreender, por meio das contradições, surgidas

nos processos históricos, a formação do sindicalismo docente no Estado de Sergipe (1960 a 1980).

Pois entende-se que historicizar o objeto nos permite articular pensamento e ação. É compreender a história como processo e como método. Segundo Marx,

> [...] Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como bem entendem; não a fazem sob circunstâncias que escolhem por si mesmos, mas sob circunstâncias já existentes, dadas e transmitidas desde o passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa como um pesadelo sobre os cérebros dos vivos. E, tão logo se acham ocupados revolucionando-se a si mesmos e às coisas, criando algo que não existia antes, precisamente nessas épocas de crises revolucionárias eles conjuram ansiosamente osespíritos do passado para pô-los a seu serviço, deles obtendo nomes, gritos de guerra e roupagens a fim de apresentar essa nova cena na história do mundo num disfarce de coisa abalizada pelo tempo e numa linguagem emprestada. (MARX, 1998, p.17).

Cabe dizer que a teoria materialista histórica sustenta que o conhecimento efetivamente se dá na e pela práxis, vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. Importante reconhecer a educação enquanto prática social, enxergando-a como resultante das determinações econômicas, sociais e políticas, atuando na reprodução da ideologia dominante, como também reproduzindo as contradições que dinamizam as mudanças e possibilitam novas formações sociais.

Assim, segundo Carvalho (2008), o materialismo histórico-dialético se dá a partir de três movimentos simultâneos: de crítica, de construção do novo conhecimento e de ação com vistas à transformação. Para ser materialista, histórica e dialética, a investigação deve considerar a concretude, a totalidade e a dinâmica dos fenômenos sociais, que não são definidos à priori, mas construídos historicamente.

Ou seja, o conhecimento é uma mediação que nos remete à práxis, isto é, à açãoconcreta na realidade, que para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa de reflexão, do autoquestionamento, da teoria que nos remete à ação, que enfrenta seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática,

Parafraseando Galeano (2005), pode-se dizer que somos produzidos e produzimos o que somos através da práxis. Somos o que fazemos, e, sobretudo aquilo que fazemos para mudar o que somos. Nossa identidade reside na ação e na luta. Por

isso, a revelação do que somos implica dialeticamente na denúncia daquilo que nos impede de ser o que podemos ser.

Seguindo essa lógica de pensamento, Hobsbawm (1998), faz a leitura de que

> [...] os procedimentos epistemológicos de Marx se fundam na seguinte série de princípios: Toda a forma é uma relação que se produz e reproduz dentro de certos limites, que está, por conseguinte, em movimento e é, portanto, uma forma de movimento. Toda a relação pode ser captada em sua estrutura aparente ou em sua estrutura interna. HOBSBAWM (1998, p. 76)

Não podemos pedir ao passado respostas diretas para quaisquer perguntas que já não lhe tenham sido feitas, embora possamos usar nossa inventividade como historiadores para ler respostas indiretas naquilo que ele deixou para trás. Reciprocamente, como sabe todo pesquisador de opinião, podemos fazer ao presente qualquer pergunta passível de resposta, embora, no momento em que ela seja respondida e registrada, também pertença, estritamente falando, ao passado, ainda que ao passado recente. Não obstante, passado, presente e futuro constituem um continuum.

Desse modo, o materialismo histórico dialético não analisa a sociedade com base nas ideias ou representações, e sim, constroem suas análises levando em conta o modo de produção da vida material. Por entender que o papel do pensamento crítico e militante é combater o recuo ideológico, seja tático e estratégico, quando parece ser norma a concessão à ideologia burguesa, há que se erguerem vozes indômitas, para retomar as bases da luta anticapitalista, denunciando o adesismo, resistindo ao colaboracionismo, e também ao pretenso evolucionismo defendido pelo pensamento e prática esquerdista, movidas pelo fetichismo das concepções dogmáticas ou mágicas, de que a humanidade caminha numa marcha inelutável do capitalismo para o socialismo. Pois, entende-se que o objeto da dialética materialista é o mundo objetivo e sua interrelação entre o pensamento e o ser. (CARVALHO, 2008).

Marx (1998) apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática, porque históricas. Nesse processo de apreensão, o autor considera fundamental dar visibilidade às contradições inclusivas que o permeiam e às transformações ocorridas no percurso, transformações estas que resultam de múltiplas

determinações, cuja análise interconectada amplia a possibilidade de atribuir-se sentidos e explicações à realidade. A expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionados. (PRATES, 2012).

Nesse sentido, é necessário reconhecermos que todos estes aspectos precisam ser interconectados para que a explicação contemple o fenômeno como unidade dialética e tenha, portanto, coerência com o próprio método.

Molina (2012) entende que uma pesquisa, estudo e tese, que tem como enfoque teórico metodológico, o materialismo histórico dialético, que analisa concretamente a realidade, deve ir além da formalidade, princípios e métodos interpretativos. Ou seja, a partir de dados empíricos, o real é observado pelo sujeito diretamente em sua aparência e indiretamente em sua essência, de modo a possibilitar o entendimento e o desvelamento dos processos presentes nos fenômenos estudados.

Identifica-se a metodologia desta pesquisa sustentada nos marcos de uma abordagem qualitativa. Nessa lógica destaca-se que a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a realidade estudada, enfatizando mais o processo do que o produto e se preocupa e retratar a pesquisa participante.

O método dialético, entre outras coisas, nos objetiva interpretar a realidade com enfoque na totalidade dos processos que a regem e no reconhecimento da existência do princípio de contradição desses fenômenos reconhecidamente povoado de tensões e contradições na realidade histórica

Thompson (1981) elucida bem a questão situando o método marxista na historiografia:

> [...] O materialismo histórico propõe-se a estudar o processo social em sua totalidade; isto é, propõe-se a fazê-lo quando este surge não como mais uma história ‘setorial’ – como história econômica, política ou intelectual, como história do trabalho, ou como ‘história social’ definida também como mais um setor – mas como uma história total da sociedade, na qual todas as outras histórias setoriais estão reunidas. Propõe-se a mostrar de que modos determinados cada atividade se relacionou com a outra, qual a lógica desse processo e a racionalidade da causação. (THOMPSON, 1981, p.82)

Sendo assim, pensar a formação histórica do sindicalismo docente no Estado de Sergipe no período de 1960 a 1980, dentro da categoria da totalidade, é buscar

compreendê-lo em seu contexto, localizando-o no tempo e no espaço, compreendendo suas relações de maneira dialética, o que também evita incorrer em anacronismos e generalizações equivocadas.

Nesta pesquisa, busca-se alcançar o conhecimento da realidade, do concreto, além da aparência e no seu movimento, negando a interpretação superficial, procurando na materialidade, ou seja, na realidade concreta, as contradições e as mediações do que estamos investigando com a totalidade, levando em consideração as relações sociais, com seus vínculos econômicos, políticos, culturais e educacionais.

Sobre a categoria**,** Marx (1998), aponta que, categorias são elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais e dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes em sentido, tanto extensivo como intensivo. Podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a explicar um fenômeno, uma relação e/ou um movimento da realidade e, ao mesmo tempo, podem orientar processos interventivos. Convém reiterar, no entanto, que sua interconexão com os demais elementos que conformam o fenômeno, na perspectiva dialético-crítica, é fundamental para que possamos explicá-lo como unidade dialética, sem reduzir-lhe o sentido (PRATES, 2003).

No que se refere a categoria da totalidade, Lowy (1998) entende como a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto.

Luckacs entende que

> [...] a concepção dialético-materialista da totalidade significa, primeiro, a unidade concreta de contradições que interagem (...) segundo, a relatividade sistemática de toda a totalidade tanto no sentido ascendente quanto no descendente (o que significa que a totalidade é feita de totalidades a elas subordinadas, e também que a totalidade em questão é, ao mesmo tempo sobre determinada por totalidades de complexidade superior...) e, terceiro, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja , que o caráter de totalidade de toda totalidade é mutável, desintegrável e limitado a um período histórico concreto e determinado.(Luckacs, 1948 p. 12, Apud. Bottomore1998 p. 38)

Para Franco (1990), mesmo concebendo as totalidades relativas, cada uma delas é constituída por partes interrelacionadas. No materialismo histórico, as partes não são elementos simples, isolados, são processos sociais complexos, mediações históricas.

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes Sujeitos, realidades e fenômenos são constituídos por elementos temporais, por exemplo, cuja identificação e reconhecimento são essenciais para que possamos explicar as suas transformações em diferentes estágios, que manifestam qualidades distintas. (KOSIK, 1989).

Este processo de articulação das múltiplas dimensões do fenômeno com a totalidade mais ampla, exige uma ordenação lógica e coerente do que se captou da realidade estudada de modo que não se negligencie o caráter histórico do objeto de conhecimento e as cinco categorias fundamentais da perspectiva dialética: contradição, totalidade, mediação, reprodução e hegemonia.

Segundo Cury (1986) a categoria de contradição

> [...] rebate a concepção de linearidade, pois parte do entendimento de que nada existe em permanência e, portanto, toda realidade é passível de superação. A categoria de totalidade busca a conexão dos aspectos particulares com o contexto social mais amplo que produz as contradições. A categoria de mediação parte do pressuposto que o homem é mediador das relações sociais e, portanto, agente para intervenção no real. A categoria de reprodução aponta para o fato de que o modo de produção capitalista para se manter, tende a se reproduzir, mesmo que com pequenas mudanças que não chegam a ser estruturais, mas apenas adaptativas a este modo de produção. A categoria de hegemonia entende que a ideologia da classe dominante e sua concepção de sociedade, de valores e de relações sociais devem ser reproduzidas a ponto de que estes ideais de sociedade sejam um consenso entre os cidadãos. (CURY, 1986, p. 23-26).

Cabe aqui destacar que o “fazer história” é distinto de “escrever sobre a história”. “O primeiro é a história propriamente dita, o desenrolar dos fatos. O segundo é a historiografia, ou seja, o ato de se escrever a história” (COSTA, 2010, p. 195). É do conhecimento de todos que o presente de hoje é o passado de amanhã e, que a memória procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Por isso, atualmente, o ato de escrever sobre a história traz consigo a questão das fontes. No entanto, concordando com Nosella e Buffa (2009), a leitura das fontes não é uma atividade fácil. Depende da ótica teórica e ética e da política do pesquisador.

Levando em consideração a lógica de pensamento acima destacada, iremos, numa relação dialética, trabalhar as categorias**: totalidade e contradição, objetividade e subjetividade, realidade e possibilidade os seguintes conteúdos**:

- Sindicalismo na América Latina e no Brasil;
- Sindicalismo Docente na América Latina e no Brasil;
- Sindicalismo Docente em Sergipe.

Em se tratando das **categorias de Análise** iremos trabalhar a partir da totalidade e contradição; objetividade e subjetividade; lutas e resistências os seguintes aspectos:

- Condições objetivas e subjetivas dos docentes da educação básica/pública do Estado de Sergipe;
- Lutas, Resistências e Conquistas enfrentadas pelo movimento dos trabalhadores e trabalhadoras em educação no período de 1960 a 1980;
- Pautas das reivindicações feitas pelos docentes;
- Imprensa local e o movimento/organização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação.

FONTES DA PESQUISA:

Segundo Minoru Uchigasaki (2019), a história oral como procedimento metodológico, pode registrar e, portanto, perpetuar impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade (experiências) e, dessa forma, permitir um conhecimento muito mais amplo, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos.

Assim, a história oral pode ser entendida como

> [...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

De nossa parte, julgamos pertinente historicizar a formação do sindicalismo docente no Estado de Sergipe (1960 – 1980) através das vozes dos seus personagens coletivos, dos seus intelectuais orgânicos, ou seja, professores e professoras que construíram o núcleo da associação docente em Sergipe.

Para a seleção das fontes orais elegemos como critério, professores (as) que tiveram participação direta na construção do sindicalismo docente no Estado de Sergipe; como também, professores (as) lideranças e (as) da base. A amostra foi composta por 12 (doze) professores. Delimitamos nesse quantitativo por observar uma saturação teórica (redundância/repetição) nas informações dos entrevistados.

Os procedimentos adotados, para a coleta das informações foram: relatos de história oral, através de entrevistas semi estruturadas[6] além de algumas entrevistas publicadas no livro **Sindicato, Crise e Revolução:** os sindicatos de trabalhadores da educação básica em Sergipe e a fragmentação sindical no Brasil contemporâneo. Cujo autor é Luiz Carlos Galetti. A utilização das entrevistas publicadas no livro acima citado, se justifica por perceber que atende/dialoga com o objeto de estudo desta pesquisa.

As entrevistas formam a base do trabalho e foram realizadas por meio de questionários semiestruturados, que apesar de contar com um direcionamento prévio, estava aberto para questões ou informações que surgissem no decorrer da entrevista.

Pode-se dizer que os depoimentos permitem ao pesquisador ter acesso a sentimentos, a angústias e a expectativas que o sujeito constrói conforme vivencia uma série de problemas e de mudanças particulares e comuns a outros trabalhadores.

Nesse sentido, entende-se que os depoimentos são de fundamental importância poisnos auxiliam na compreensão dos fatos citados aqui nesta pesquisa. São histórias de vida que orientam e dão sentido aos momentos referidos.

Sendo assim, os depoimentos aqui utilizados são parte da vida destes professores, ainda que sejam sobre uma prática coletiva, fazem parte da vida privada também de cada um que se dispôs a resistir e lutar contra o autoritarismo.

---

[6] Ressalta-se que as entrevistas ocorreram tanto no formato presencial quanto no formato online, através das Redes Sociais Virtuais – RSV. Pois entende-se que as RSV deixaram de ser apenas um meio de conhecer pessoas com interesses semelhantes, de comercialização de marcas, produtos e serviços, para propagação de publicidades (virais) e memes de descontração, e tornaram-se, também, canais para estudos científicos e empíricos, servindo como meio para coleta de dados, para divulgação de resultados e até como termômetro de receptividade de temas, uma vez que é possível coletar dado divulgados na rede, observar comportamentos sociais, estabelecer diálogo com os membros da amostra e até mesmo estabelecer contatos individuais com entrevistados (CASTELLS, 2015, p.109).

As análises nas fontes documentais também assumem relevância na pesquisa. Como fontes da pesquisa, utilizou-se fundamentalmente o Jornal Gazeta de Sergipe, que se encontra digitalizado em um site (http//:jornaisdesergipe.ufs.br) de jornais e estudo de Sergipe promovido pela Universidade Federal de Sergipe. A escolha pelo referido jornal, foi por perceber que este possuía sua representatividade para com os trabalhadores na sociedade sergipana. Fica notório que o jornal Gazeta de Sergipe foi, na época, um veículo informativo que defendia de forma direta e indiretamente a maioria das lutas e reinvindicações dos trabalhadores e sindicatos demostrando assim seu posicionamento político favorável junto aos trabalhadores. A pesquisa foi feita em 1.865 exemplares que vão de janeiro a dezembro dos anos de 1960 a 1980.

Numa breve análise sobre as matérias do jornal, Gazeta de Sergipe, fica evidenciado que seu intuito era fazer com que o leitor ficasse atento ao andamento das questões trabalhistas não só do seu estado, mas também do seu país. Pode-se dizer que foi bastante atuante como porta voz de várias categorias de trabalhadores e sindicatos, defendendo causas como a melhoria e valorização dos salários, o custo de vida enfrentado pelos trabalhadores e direitos trabalhistas como férias e greves. Várias colunas sindicais semanais com temas, propostas e críticas que de forma direta ou indireta abordavam os trabalhadores.

No que tange a importância dos jornais como fonte de pesquisa Gonçalves Neto (20002) afirma que:

> [...] É principalmente através da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. E por uma razão muito simples: diferentemente da tradição oral, a palavra escrita pode ser resgatada no futuro e utilizada como documento na construção de interpretações históricas. Não nos esqueçamos de que a imprensa desse período é majoritariamente dependente do texto impresso, estando outras formas de comunicação, como o telefone e o cinema, ainda em seus primórdios.

A partir das fontes, já elencadas, iremos constituir uma triangulação. O objetivo da triangulação de fontes não foi conferir a "veracidade" dos relatos, mas ampliar a compreensão do entendimento dos objetos de estudo e sua inserção no contexto nacional e sergipano, almejando ainda identificar elementos comuns e distintos ocorridos durante o período do surgimento do sindicalismo docente, e a reflexão e percepção desses professores/as a esse respeito.

Na visão de Yin (2005) a triangulação consiste em confrontar a informação obtida por uma fonte com outras, com vistas a corroborar os resultados da pesquisa. A triangulação está na essência dos estudos de caso. Yin (2005) define este tipo de pesquisa como uma investigação que "baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo". Quando numa pesquisa são obtidas informações de três diferentes fontes e pelo menos duas delas mostram convergência, o pesquisador percebe que os resultados podem ser corroborados. (YIN, 2005).

Conforme Triviños (1987), a técnica da triangulação objetiva abarcar a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo, exatamente porque reconhece a interconexão entre os fatos e a impossibilidade de apreendê-los de modo consistente quando isolados. Reconhece que os fenômenos sociais são multicausais e não podem ser explicados sem o desvendamento de suas "raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social" (TRIVIÑOS, 1987, p. 138).

O importante a salientar aqui é a necessidade, sempre, de que o historiador da educação ter um arcabouço teórico, um método científico que lhe permite ler a realidade para além de sua aparência.

Cabe destacar que as informações coletas no Arquivo Público do Estado de Sergipe foram de suma importância. Buscou também, informações através de visitas à sede do SINTESE, onde, durante algumas conversas informais com dirigentes da diretoria, extraiu-se informações relevantes para a pesquisa. Com relação a questão documental, os atuais dirigentes do SINTESE informaram que, para o período demarcado, nesta pesquisa, não consta nenhum material impresso e/ou digitalizado. Visto que, muitos desses materiais (principalmente os relacionados ao marco temporal desta pesquisa) foram perdidos em mudanças e em enchentes.

Adotaremos os pressupostos da História Oral, pois é sabido que a proposta do materialismo histórico-dialético contempla esta apropriação crítica e interveniente do processo histórico para a compreensão do fenômeno no presente no intuito de possibilitar um conhecimento cíclico, em processo de evolução, que rebata os trabalhos meramente confirmatórios, politicamente inofensivos e ideologicamente difusos (TAMBARA, 2000 p. 44). Por entender que a História Oral, possibilita o registro de testemunhos e o acesso a histórias dentro da história, ampliando as possibilidades de interpretação de acontecimentos, fatos e conjunturas do passado por meio de entrevistas gravadas.

Assumindo o Materialismo Histórico-Dialético como método científico de análise, acredita-se que o trato com as fontes em história da educação, é possível caminhar rumo ao entendimento do movimento do real. O que implica em explicitar as relações entre o empírico, o abstrato e o concreto.

Quanto à opção pelo materialismo dialético histórico como recurso para entender e explicar os fenômenos sociais, ela se deu por compreender que "parte da produção social da vida humana em sociedade e contextualizada historicamente" (Marx, 1979 como citado em Ciavatta, 2015, p. 23), favorece a leitura de complexas relações entre as partes e a totalidade e suas implicações na causalidade e expressões dos acontecimentos sociais.

Na perspectiva da história da educação, o pesquisador, para tirar o máximo de proveito das fontes, deve se preocupar com a totalidade dos fatos que envolvem tais fontes. "Quanto mais claro estiver o contexto social, político, cultural, econômico, etc., mais proveitoso será o diálogo com os autores sociais da época que 'falam' por intermédio de nossas fontes" (COSTA, 2010, p. 196).

Nesse sentido, para a história da educação, as fontes são construídas num determinado período histórico, ou seja, são produções humanas. Segundo Lombardi (2004, p 155), as fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza a condições de existência e de vida.

Olhando para esse viés, evidencia-se o caráter de totalidade e as múltiplas determinações que abrangem uma fonte histórica na investigação de um determinado objeto e para a construção da historiografia.

Destarte, o historiador precisa ter a clareza de que as fontes não "falam" por si só. Sendo necessário ler "as linhas e entrelinhas" e não confiar cegamente nos documentos e fontes consultados. Elas só são passíveis de interpretação ao serem contextualizadas.

Para Lopes & Galvão (2001), o trabalho com as fontes exige, antes de tudo, paciência. Para estes autores, o cruzamento e confronto das fontes poderá também ajudar no controle da subjetividade do pesquisador.

Saviani (2004), nos chama atenção para não considerarmos as fontes como origem do fenômeno histórico. As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do

conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história.

Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2004, p. 05- 06).

De acordo com o foi aqui exposto, cabe entender que pesquisas em fontes - neste caso pesquisas em história da educação - partindo do Materialismo Histórico-Dialético, o fundamental é relacionar as mediações entre o particular/singular (os aspectos relacionados com o dado empírico) com o geral/universal (totalidade social), evidenciando as contradições.

ESTRUTURA DA PESQUISA:

A estrutura da pesquisa está sistematizada com quatro seções e as considerações finais. A primeira seção introduz o/a leitor/a as motivações que levaram à pesquisa, a problemática da pesquisa apresentando as questões norteadoras, os objetivos gerais e específicos, a tese formulada e os procedimentos metodológicos.

A segunda seção traz a fundamentação teórica. Intitula-se: **Formação Sócio Histórica do Sindicalismo na América Latina e no Brasil: política, ideologia e sociedade.** Procura-se fazer uma análise da formação histórica do sindicalismo na América Latina e no Brasil apresentando os elementos sócio históricos de sua composição e dos embates das lutas que se concentram no coração do sistema capitalista que é o conflito de classes, a qual o sindicalismo, aqui ou em qualquer outro país, representa uma instituição central. Na terceira seção (em construção) trazemos como fundamentação: **O Desenvolvimento do sindicalismo docente na América Latina e no Brasil: do associativismo ao sindicalismo**. Busca-se fazer uma breve análise do sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina e no Brasil. A quarta seção temos como proposta estudar a **Formação histórica do sindicalismo docente em Educação Básica da rede pública do Estado de Sergipe (1960 – 1980).** Procura-se trazer a origem e o desenvolvimento do sindicalismo docente no Estado de Sergipe, apresentando as condições objetivas e subjetivas que se encontrava os trabalhadores e trabalhadoras em educação frente ao mundo do trabalho e seus respectivos direitos trabalhistas.

Abordaremos também as pautas das reivindicações feitas por esses trabalhadores e trabalhadoras, apresentando suas lutas, resistências e conquistas por eles enfrentadas. Conclui-se a pesquisa com as **Considerações Finais,** quando retomaremos nossa tese, nossos objetivos e verificaremos sua pertinência e seu cumprimento ou não pela autora.

2. FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO SINDICALISMO NA AMERICA LATINA E NO BRASIL: POLITICA, IDEOLOGIA E SOCIEDADE

> [...] O espectro do capitalismo ronda o mundo, o espectro da miséria social e moral, da degradação da natureza e recursos essenciais à continuidade da vida no planeta:
> [...] Um fantasma ronda o mundo – o fantasma do capitalismo. Para persegui-lo se unem os trabalhadores e seus sindicatos, os cidadãos e o Estado de direito, os artistas e intelectuais com sua independência de criação e de crítica, os estudantes e os jovens que buscam emprego, os idosos, os negros, as mulheres, os índios, os homossexuais, os deficientes físicos, as nacionalidades oprimidas, os países espoliados e endividados. (SADER, 2002 p.159)

Cabe destacar que a historiografia abordada neste capitulo, permitirá uma maior compreensão do desenvolvimento dos demais capítulos, de modo que no capítulo seguinte, desenvolve-se a temática específica sobe o sindicalismo docente na educação básica.

Nosso intento é fazer uma análise da formação histórica do sindicalismo na América Latina e no Brasil, apresentando os elementos sócio-históricos de sua composição e os embates das lutas que se concentrara no coração do sistema capitalista, que é o conflito de classes, procurando demonstrar que o sindicalismo, aqui ou em qualquer outro país, representa uma instituição central. Inicia-se trazendo uma discussão sobre movimentos sociais e sindicalismo. Para a abordagem deste tema achamos conveniente fazer uma incursão pela filosofia marxista no sentido de possibilitar um melhor entendimento da expressão movimento social.

Para Friedrich Engels (ENGELS, 2008, apud ARRUDA, 2004, p. 83)

> [...] o movimento é o modo de existência da matéria. Nunca e em parte alguma houve nem poderá haver matéria sem movimento [...]. Matéria sem movimento é impensável do mesmo modo que movimento sem matéria (...) Mas, se pergunta, depois disso, o que são o pensamento e a consciência, e donde provêm, conclui-se que são produtos do cérebro humano e que o próprio homem é um produto da natureza, o qual se desenvolveu no seu ambiente e com ele; daí se compreende por si só que os produtos do cérebro humano que, em última análise, são igualmente produtos da natureza, não estão em contradição, mas sim em correspondência com a restante conexão da natureza.

A partir da citação acima e considerando, um sentido amplo, movimento social seria qualquer tipo de movimento ocorrido na sociedade no plano do fazer, do pensar, do agir ou do sentir. Significa ações organizadas pela sociedade civil em busca de conquistar objetivos específicos que podem ser de categorias, de grupos ou mesmo de classe. Geralmente se colocam contra uma determinada situação.

Importante dizer que os movimentos sociais são significativos, pois eles revelam as gritantes contradições que nossa sociedade vive. Eles demonstram muita variedade e mutabilidade, mas têm em comum a mobilização individual e coletiva baseada num sentimento de moralidade e (in)justiça e num poder social baseado na mobilização social contra as privações (exclusões) e pela sobrevivência e identidade.

Na visão de Frank; Fuentes (1989) os movimentos sociais têm um importante papel a ser exercido principalmente por ser marcado pela participação popular. Além disso, os movimentos sociais ampliam, aprofundam e redefinem a Democracia tradicional do Estado político e a democracia econômica para uma democracia civil numa sociedade civil.

No âmbito da América Latina podemos destacar que:

> [...] importantes movimentos, alguns deles políticos, como o sandinismo na Nicarágua, que envolveu as diferentes classes sociais e diversas correntes ideológicas; ou as lutas populares no Peru; os comitês de defesa dos Direitos Humanos e as Associações de familiares de Presos Políticos e Desaparecidos, sobretudo na Argentina; as experiências de 'greves cívicas nacionais', com a participação de sindicatos, partidos políticos e organizações populares, na Colômbia, no Peru, no Equador e mesmo no Brasil, como veremos a seguir. (MOURÃO, 2013, p. 112)

No caso específico do Brasil, os movimentos sociais datam do início processo colonizador por Portugal que, passado o primeiro momento de contato entre os povos originários e o lusitano, após a conhecida sanha de exploração, expropriação e domesticação dos últimos, várias etnias indígenas passam a impor importantes derrotas aos colonizadores. A partir da segunda metade do século XVI, a conquista portuguesa foi fruto de longas guerras contra as nações indígenas como Tamoio, Yanomami, Tupi, Guaikuru que, em certas ocasiões e regiões, impuseram obstáculos concretos aos colonizadores. Conforme Ribeiro (2015, p. 28), "os índios jamais estabeleceram uma paz

estável com o invasor, exigindo dele um esforço continuado, ao longo de décadas para dominar cada região".

Não menos significativo para a história dos movimentos sociais no Brasil fora a revolta da Cabanagem, luta empreendida pelos cabanos (moradores de cabanas) no Grão-Pará em 1835, contra os desmandos dos senhores de escravos, identificados com o branco colonizador (Ricci, 2020, p. 17). No mesmo ano, o Levante dos Malês, que ocorreu na cidade de Salvador, considerada como uma das mais significativas revoltas de escravos nas Américas. (REIS, 2020, p. 37).

O movimento conhecido por Balaiada, em 1838, uma das mais importantes revoltas na História brasileira, por sua complexidade e contingente, eclode no Maranhão e se alastra pelo Piauí, Ceará, Bahia e Goiás. Dela participaram homens livres pobres e mestiços e três mil negros escravizados (GODOY, 2020, p. 285).

Em 1897 a famosa Guerra dos Canudos finalizada com o massacre do povo baiano sertanejo que, impelidos pela fome e sede devido à seca que grassava a região, se une em torno de um movimento messiânico cujo líder era Antônio Conselheiro. A intensidade da repressão sofrida e a repercussão nacional dos fatos marcaram esse episódio como símbolo da barbárie e de resistência popular (SILVA, 2020, p. 233).

A Revolta da Chibata, em 1910 na cidade do Rio de Janeiro, é considerada a mais significativa insurreição popular da Marinha brasileira pela luta da cidadania plena, encampada, marcadamente, por ex escravos e seus descendentes (BEHAR, 2020, p. 275). Por fim, não menos importante, registra-se a Greve Geral do dia 12 de julho de 1910, quando mais de cem mil trabalhadores aderiram ao movimento paredista. Fruto da organização dos trabalhadores através da Federação das Associações de Classe (posteriormente, Federação Operária do Rio de Janeiro), da Federação Operária de São Paulo e de outras congêneres que foram surgindo em outros estados da federação. Os operários exigiam melhoria de vida e de trabalho de modo inédito no país que marca de forma profunda a luta de classes entre o capital e o trabalho (PETTA, 2020, p. 167)

São apenas alguns exemplos que não temos intenção de discutir suas causas e natureza, mas se faz necessário citá-los para que não esqueçamos que a história de resistência dos oprimidos contra os desmandos e injustiças sociais da elite nacional, é tão antiga quanto a própria história do Brasil a partir da invasão portuguesa e perene ao longo de outras etapas históricas.

Na perspectiva do materialismo histórico dialético, entendemos que os movimentos sociais recentes são herdeiros de lutas passadas por guardam em si a postura de reivindicar a justiça e transformação social, não importa o quão tempo levar-se-á para isto e, que às vezes nela sucumbam gerações, mas tem raiz na remota coragem dos povos originários, dos africanos escravizados e da população mais pobres que, sem a mobilização, não só estariam esmagados como resignados em sua dor e morte.

Em nossos estudos faremos um recorte a partir da década de 1970 quando os movimentos sociais urbanos e organizados como sociedade civil, passaram a intensificar-se, como ~~fortes~~ movimentos de oposição ao regime militar que então se encontrava em vigência, mantendo uma luta social e uma forte resistência. Como afirma Scherer-Warren (2008) o movimento social mais significativo pós-golpe militar de 1964 foi o de resistência à ditadura e ao autoritarismo estatal. Surgido a partir de várias iniciativas, que congregavam em torno desse objetivo comum de resistência segmentos das camadas populares, intelectuais e artistas.

O Brasil se manteve forte para com a ditadura instalada no país e, entre aquelas/es que procuravam resistir à força ditatorial, a organização dos movimentos estudantis[7] e da classe operária em seus sindicatos (CARVALHO, 2004), comunidades eclesiais de base (CEBs) e pastorais, que ganhou força com a participação dos demais setores da sociedade que sofriam as consequências desta forma de governo.

A resposta do, então, Presidente Costa e Silva, foi ainda mais contundente e violenta quando, em 13 de dezembro de 1968, decretou o Ato Institucional nº 5, que vigorou de 1968 a 1979, proibindo as manifestações públicas, endurecendo as repressões, prisões, torturas e perseguições contra aquelas/es que fosse identificado pelo aparelho repressor do Estado como subversivo. Tanto que esse período ficou conhecido como os "anos de chumbo".

Mesmo com as oposições políticas, armadas ou não, brutalmente desmanteladas e o anuncio do "milagre econômico" propalado pelo Ministro Mário Henrique Simosen[8], o quadro econômico e social fervilhava devido o "arrocho salarial" e a inflação galopante,

[7] Segundo José Murilo de Carvalho, desde o início da ditadura de 1964, o movimento estudantil foi um dos mais ativos, organizado nas principais cidades brasileiras, culminando em 1968 com a mobilização dos estudantes, no Rio de Janeiro, com a trágica morte de um estudante e a subsequente "Manifestação dos 100 mil" em repúdio à repressão estatal. Além destas, reiniciaram-se as manifestações operárias, com duas grandes greves. (CARVALHO, 2004).

[8] Presidente Ernesto Geisel (1974 – 1979)

especialmente, para os assalariados. Assim, o movimento dos trabalhadores rearticulava-se, apesar das intervenções e da repressão nos sindicatos, através de várias formas de resistência como "operação tartaruga", "gato selvagem" e "operação soluço". A vanguarda operária, na região do ABC paulista, em 1975, elege a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos liderada por Luíz Inácio da Silva, o Lula (MUNAKATA, 2020, p. 127) e uma onda grevista toma conta das/os operárias/os das principais multinacionais automotiva. A greve de 1978 teve diversos desdobramentos e interpretações, mas, não há como negar que esse movimento colocou as/os trabalhadoras/es como sujeitos da transição política que se avizinhava[9].

Já em de 1983 pode-se dizer que as duas mobilizações que marcaram a recente história nacional, foram o Movimento das Diretas Já (1983 – 1984) e a mobilização da sociedade civil organizada entidades acadêmicas e sindicais, associações e movimentos), que no período de 1987 a 1988 encaminharam propostas para a inclusão de novos direitos da Constituição brasileira, a qual veio a ser denominada de "Constituição Cidadã" (WARREN, 2008).

Acrescenta-se que os movimentos sociais geram e exercem o poder social por meio de suas mobilizações sociais e de seus participantes. Este poder social é gerado pelo movimento social como tal e, ao mesmo tempo, derivado deste, e não por alguma instituição, seja esta política ou não. Além disso, a institucionalização debilita os movimentos sociais e o poder político do Estado os nega. Os movimentos sociais requerem uma organização flexível, adaptativa e não autoritária que dirija o poder social na busca de metas sociais, as quais não podem ser alcançadas por meio da espontaneidade fortuita.

Em termos de Brasil, a história nos revela que o sindicato exerce papel fundamental na organização da classe trabalhadora para a luta por uma sociedade justa e democrática. Nesse sentido, os sindicatos tornam-se espaços de luta da classe trabalhadora nos embates contra a exploração do capital.

Nesta ótica, Engels (2008) diz que os sindicatos são indispensáveis à classe operária para lutar contra o capital, entretanto, a luta dos sindicatos não se limita à lei do salário, pelo contrário, cumpre-se graças a ela. O sindicato possui um potencial que deve extrapolar este embate e ampliar suas atividades para a luta política na busca da verdadeira emancipação da classe operária. Como aglutinador da força numérica de

[9] Ibdem, idem , p. 130.

trabalhadores, ele se constituiu em um importante veículo pelo qual a classe menos favorecida, na sociedade capitalista, consegue se expressar.

Percebe-se que, os sindicatos são indispensáveis à classe operária para lutar contra o capital, entretanto, a luta dos sindicatos não se limita à lei do salário, pelo contrário, cumpre-se graças a ela. O sindicato possui um potencial que deve extrapolar este embate e ampliar suas atividades para a luta política na busca da verdadeira emancipação da classe operária. Como aglutinador da força numérica de trabalhadores, ele se constituiu em um importante veículo pelo qual a classe menos favorecida, na sociedade capitalista, consegue se expressar.

2.1. Sindicalismo na América Latina e no Brasil

No estudo sobre a formação sócio histórica do sindicalismo na América Latina e no Brasil, se faz necessário uma breve incursão na história do sindicalismo na Europa e nos Estados Unidos. Visto que, o surgimento do sindicalismo está ligado ao contexto da industrialização e consolidação do capitalismo na Europa a partir do século XVIII, quando ocorreu a Revolução Industrial.

Os estudos de Godio (1983) corroboram nesta afirmativa quando diz que as primeiras organizações sindicais surgiram na Europa ocidental e nos Estados Unidos entre o final do século XVIII e começo do século XIX como reação ante o desenvolvimento do sistema fabril, que redundavam na prática em um regime de exploração da força laboral.

O que se revela na história dos sindicatos é que sua atuação foi conflituosa em muitos períodos e em diferentes sociedades. (BAUER, PAULISTA E DINIZ, 2013). O que não é nenhuma novidade, visto que se situa no epicentro do conflito de classe, ora representando a classe trabalhadora, ora representando o patronato.

Ocorria que, em meados dos anos 1700 houve um grande crescimento e diversificação do número de máquinas que substituíram a produção artesanal e manufatureira, dando início ao desenvolvimento da indústria e de uma amplitude nunca vista do trabalho assalariado. Ao mesmo tempo, os artesãos e vários outros setores de trabalhadores foram lançados à desocupação. Logo, com o enorme contingente de

desempregados, os industriais impuseram condições desumanas aos que disputavam uma vaga em suas propriedades.

Neste momento, segundo Antunes (1979, p.56)

> [...] a divisão da sociedade atingiu sua plenitude: constituíram-se as duas classes fundamentais e antagônicas que compõem a sociedade capitalista. De um lado, os capitalistas, que são proprietários dos meios de produção, como as máquinas, matérias-primas e que vivem da exploração da grande massa da população, e, de outro, os proletários, que se encontram privados de toda a propriedade dos meios de produção e que só dispõem de sua força de trabalho, isto é, da sua capacidade de produzir.

E, assim, as contradições se acentuaram ao tempo em que as condições de trabalho se deterioravam, a quantidade de assalariados se ampliava, abarcando novos setores da economia, criando novas necessidades, ampliando o capitalismo que desconhece fronteiras. Enquanto os capitalistas se uniam, mesmo concorrendo entre si, na defesa de obter cada vez mais ganhos utilizando as novas tecnologias, o rebaixamento dos salários e a precarização das condições de trabalho, os trabalhadores iam sentindo a necessidade de também se unirem para enfrentar a realidade adversa.

O reflexo dessa divisão do trabalho foi a possibilidade de acumulação de capital pelo burguês, decorrente da exploração da mais-valia produzida pelo trabalhador, que consistia no pagamento de um valor pelo tempo de trabalho menor do que ele produziu durante toda sua jornada.

E como consequência, os trabalhadores, apoiados nas ideologias contrárias ao sistema vigente à época, passaram a se reunir para equilibrar suas forças contra seus implacáveis tomadores de serviços.

No início essas reuniões eram combatidas pelo Estado com força bruta, em uma tentativa clara de desmobilização social. Entretanto, os trabalhadores, já no extremo de suas energias, perceberam que unidos conseguiriam, fazer frente ao sistema opressor até então dominante.

Assim, com o passar do tempo, reuniões de classes operárias com seus empregadores se tornaram cada vez mais corriqueiras e as condições de trabalho de determinadas categorias passaram a servir de exemplo a outros grupos de trabalhadores.

Paulatinamente, a cobrança de certas categorias começou a fazer efeito no próprio Estado, que, pressionado pelas massas, se viu obrigado a legislar sobre o assunto. Surgiam

então os sindicatos. Ou seja, surgem para propiciar a passagem da dispersão e impotência dos assalariados diante dos patrões para o início da união dos trabalhadores em torno de seus interesses.

Importante salientar que á época do surgimento dos sindicatos, a jornada de trabalho diária atingia até 16 horas; crianças e mulheres ganhavam menos do que os homens, pela mesma jornada e função; as condições e locais de trabalho e habitação eram insalubres. As entidades sindicais buscavam unir os trabalhadores em defesa de salários e de condições de vida mais dignas. Possibilitaram também aos proletários o aprendizado das formas de luta mais e menos eficazes e apontaram para o entendimento de que, para enfrentar um mundo baseado na exploração da força de trabalho, não bastavam as lutas econômicas, eram necessárias também a luta política e a ideológica.

Cabe destacar que na Franca, durante a Revolução Francesa, as ideias liberais não apoiavam a atividade sindical e como exemplo aprovou a Lei Chapelier que em seus fundamentos,

> [...] reflete a doutrina do liberalismo económico que só reconhece o indivíduo e a empresa, surgindo dentro do espírito da Lei de Allarde que, em 2 de Março de 1791, tinha proibido as corporações livres de ofícios que vinham da Idade Média. Com a Lei de Le Chapelier, e com a repressão que se seguiu, a vitória da burguesia sobre as classes trabalhadoras veio a revelar-se total e por várias décadas. Para a burguesia (nobiliárquica ou não), o que está no horizonte é a aquisição dos bens nacionalizados da Igreja, a colocar em breve em hasta pública. (JAUME, 2005).

A referida lei foi aprovada em 14 de junho de 1791, - escrita e defendida por Issac René Guy le Chapelier, proibindo os sindicatos, as greves e as manifestações dos trabalhadores. Alegando a defesa da "livre empresa" e da iniciativa privada, as penas a aplicar aos sindicalistas podiam ir desde avultadas quantias em dinheiro e privação de direitos de cidadania até à pena de morte. Nesse mesmo dia, e nos dias seguintes, segundo Marat, 400 pessoas teriam sido mortas em Paris, incluindo mulheres e crianças, sob as ordens do marechal Jean-Sylvain Bailly e do general Lafayette. (JAUME, 2005).

Em 20 de Julho, as interdições sindicais serão estendidas aos camponeses, fazendo eclodir nos campos algumas *jacqueries,* (revolta camponesa que ocorreu na Inglaterra). Nota-se que a classe trabalhadora revoltavam-se agora contra as liberdades perdidas, mas pouco podiam contra a força armada de uma Assembleia Nacional obediente à

aristocracia endinheirada e à mais poderosa burguesia dos negócios. Esta lei só veio a ser revogada em 25 de Maio de 1864 (2º Império) no governo de Émile Ollivier, quando se reentrou na via do direito à livre associação sindical e do direito à greve dos tempos do ancien régime. (Idem, Idem, 2005).

No entanto, a partir de meados do século XIX, os sindicatos adquiriram expressão e puderam ter reconhecida sua legalidade.

Ou seja, os sindicatos, enquanto movimento organizado pela classe operária, surgem como uma instituição sociopolítica que representa os interesses dos trabalhadores nas empresas, na sociedade e na política. (QUEIROZ, 2007).

Embora contando com dificuldades em sua organização e participação, o papel dos sindicatos foi analisado por Marx (2008, p. 63). Segundo ele,

> [...] o valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos têm por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor. Os operários se unem para se colocar em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de compra e venda de seu trabalho.

Complementando, ZUBILLAGA (1989) diz que,

> [...] El sindicato ejerce, asimismo, la representación de los interesses colctivos y constituye una garantía de eficácia de los derechos y normas laborales. Por su sola presencia, el sindicato ya supone un cierto desincentivo a la violación de normas y derechos del trabajador; y claro está, su acción efectiva puede constituir un incentivo mayor al cumplimento y prevenir violaciones.

Assim, tanto Marx (2008) quanto Zubillaga (1989), enxergam a luta econômica como sendo a principal característica da organização sindical, mas, inevitavelmente, entrelaçou-se também com a luta política e com a luta de ideias: socialistas, anarquistas, comunistas e demais concepções passaram a ser debatidas, buscando a melhor alternativa à sociedade baseada na exploração do trabalho e apropriação da riqueza pelos proprietários dos meios de produção.

Esse debate de ideias e de projetos políticos, adicionado com novas abordagens e perspectivas, permeia o movimento sindical até hoje. Esteve por trás dos posicionamentos

de entidades nos vários países em relação às guerras mundiais e revoluções ocorridas no século XX. Está presente nas diferentes perspectivas para enfrentar os movimentos atuais e as chamadas revoluções industriais.

Percebe-se também que a primeira metade do século XIX, na antiga Europa onde concentra os países centrais do capitalismo, foi um período de grandes transformações sociais e históricas, no qual o enfraquecimento ou mesmo a derrocada de alguns impérios que se consolidaram a partir do ciclo das conquistas colonialistas europeias, cede espaço para a emergência de outro ciclo imperialista, mediante intensas disputas, que, paulatinamente, foi constituindo os Estados Unidos da América como agente hegemônico do sistema capitalista, alcançando uma feição mais consolidada na primeira metade do século XX.

Simultaneamente a isso, a região que conhecemos hoje como América Latina também enfrentou, durante o século XIX, intensas disputas no que tange ao processo de independências e a formação dos Estados-nação. Ou seja, neste período, frente aos desdobramentos do mundo moderno, consolidando-se como uma nova etapa de estruturação do sistema capitalista, calcado pela lógica da colonialidade do poder, ocorreu circulação das ideias revolucionárias, que foram bastante oportunas para organização de trabalhadores no campo e na cidade. (QUIJANO, 2000).

Quando nos reportamos para o século XX, Bauer, Pontes e Mathias (2013) diz que os últimos decênios deste referido século registraram intensas modificações econômicas, políticas e sociais na maioria dos países latino-americanos, com destaque para o processo de redemocratização experimentado por diferentes nações dessa região. Nesse cenário, muitas vezes, marcado por conflitos e mobilizações sociais, também se verificou a disposição das elites políticas em promover o que se convencionou chamar de reforma do Estado[10], muito embora esse intento não possa ser caracterizado como regra, com características homogêneas em cada país, alguns dos seus aspectos mais relevantes são os mesmos e os atingiu indistintamente.

Mas é bom que se diga que as condições estruturais de cada país influenciaram na dinâmica de aceitação, repulsa ou condicionamento do alcance dessas reformas. Este

[10] A Reforma do Estado no Brasil, foi um conjunto de medidas implementadas com o objetivo de modernizar a administração pública, reduzir o tamanho do Estado, aumentar a eficiência dos serviços públicos e melhorar a gestão dos recursos públicos. Esse processo esteve intimamente ligado ao contexto de globalização e à necessidade de adaptar o país às novas exigências econômicas e sociais. (SANTOS, 2009).

conjunto de propostas de reestruturação da economia, do setor público e desdobramentos no setor privado trouxeram uma série de mudanças que implicaram de forma significativa nas relações culturais, de trabalho e de poder entre as distintas classes sociais e suas representações políticas e dirigentes de ações coletivas.

Logo enxerga-se que, de um lado, os Estados Unidos da América - EUA busca ocupar um novo ciclo imperialista, em que a América Latina deveria ocupar lugar de subserviência aos interesses da nova hegemonia em processo de consolidação. De outro temos as jovens nações, já politicamente independentes, que buscavam constituir uma identidade, mediante a disputa de alguns projetos de sociedade (CUEVAS, 1990).

Nestas disputas, as lutas populares organizadas passaram a ser agentes importantes de contestação e de busca de um horizonte emancipador, já atuando como crítica ao projeto imperialista que se desenvolvia a partir do norte americano e, nesse sentido, atuando como lutas contra hegemônicas.

Os sindicatos começaram a se formar no último terço do século XIX, primeiro na Argentina e no Uruguai e, mais tarde, no Chile e em outros países, sob a forma de cooperativas ou mutualismo e com a organização de sindicatos de artesãos e trabalhadores de pequenas atividades industriais (tipógrafos, padeiros, alfaiates, sapateiros)

A maior parte dos governos e dos empregadores resistiu e reprimiu as primeiras formas de organização operária por medo de seus efeitos no mercado de trabalho e por significarem uma potencial ameaça à propriedade privada e à ordem política oligárquica.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, produziu-se o auge dos sindicatos anarquistas[11] em toda a região, que se expressou em massivas greves gerais – brutalmente reprimidas – exigindo oito horas de trabalho, melhoria dos salários e das condições de trabalho e de vida (GARZA TOLEDO, 2000).

Na década de 1920, o sindicalismo anarquista perdeu posições diante da ascensão dos sindicatos comunistas, organizados em torno da Terceira Internacional. Com a Grande Depressão, os governos latino-americanos começaram a implementar medidas protecionistas que facilitaram a industrialização doméstica.

[11] O Anarquismo tem seu surgimento no contexto europeu, crivado pelo debate da primeira metade do século XIX, como uma das correntes do "socialismo pré-marxista". Podendo ser entendido também como conjunto de ideias e filosofia social. As ideias anarquistas vão se capitalizando por toda América Latina e foram constituindo relevantes referências para a construção das lutas sociais em toda a região. O anarquismo se desenvolveu na América Latina com diversos matizes, que vão desde às ações individuais, numa perspectiva mais radical do anarquismo expropriador, até ações mais coletivas que colocam o grupo como elemento fundante, como é o caso do anarcossindicalismo. (CAPPELLETTI, 1990).

Em um contexto caracterizado pela crise da dominação oligárquica, economias mais fechadas e intervenção estatal, a possibilidade de uso de estratégias políticas por parte dos sindicatos fortaleceu-se.

Nas décadas de 1930 e 1940 formaram-se dois tipos de sindicatos na América Latina: o classista e o corporativista. O sindicalismo classista, influenciado ideologicamente pelo marxismo-leninismo e o trotskismo, predominou no Uruguai, no Chile, na Bolívia e, em menor medida, na Colômbia, no Peru e no Equador.

O sindicalismo corporativista dominou em geral no México, na Venezuela, no Brasil (antes da CUT), na Argentina e no Paraguai. Associado com os regimes populistas e com os projetos desenvolvimentistas, o sindicalismo corporativista fez parte do processo de institucionalização do conflito interclassista, que implicou uma forte subordinação dos sindicatos ao Estado.

Durante os anos de 1945 a 1975 houve larga expansão, as grandes organizações sindicais de trabalhadores do Estado (administração pública, saúde, educação) e das grandes empresas do setor público e privado (petróleo e mineração, metalurgia, metal-mecânica, transportes, bancos, telecomunicações) adquiriram uma forte influência política.

Ao mesmo tempo em que se conformavam os sistemas de segurança social e se impunham dispositivos de monopolização da representação sindical, os trabalhadores urbanos sindicalizados obtiveram importantes benefícios e melhoras salariais (CUEVAS, 1990). No entanto, nos países com economias menos diversificadas, as relações entre sindicatos e Estado mantiveram, em muitos aspectos, um caráter tradicional e patrimonial.

Os processos de democratização e as políticas neoliberais da década de 1990 modificaram profundamente o marco de ação dos sindicatos latino-americanos. Com o final da etapa de expansão iniciada no pós-guerra e a crise fiscal, a maior parte dos países da região começou a abrir suas economias e a reduzir seus aparelhos estatais através da privatização, da desregulamentação e da descentralização do fornecimento de serviços sociais. As transições duais em direção a sistemas políticos e economias mais abertas geraram condições que tornaram menos efetivas as tradicionais estratégias políticas dos sindicatos. (MURILLO, 2001)

O peso do sindicalismo na política eleitoral e seu controle sobre as políticas públicas diminuíram. Os sindicatos classistas, disciplinados pela hiperinflação, assimilaram as reformas neoliberais (Chile, Bolívia) ou resistiram e foram derrotados e

deslegitimados (Uruguai, Brasil). Os sindicatos corporativos tentaram se adaptar às novas condições e conservar a aliança com o novo estado neoliberal, como no México, na Venezuela ou na Argentina (GARZA TOLEDO, 2000).

No começo do século XX, os trabalhadores latino-americanos encontram maior liberdade para se organizar nas novas democracias, mas enfrentam os desafios criados pela maior mobilidade do capital, a liberalização econômica e as mudanças nos mercados de trabalho.

A globalização econômica aprofundou ainda mais as diferenças entre trabalhadores, especialmente entre aqueles de setores comercializáveis e não comercializáveis e os de empresas com diferentes capacidades competitivas. Esse forte incremento da heterogeneidade dos mercados laborais dificulta a organização dos trabalhadores.

Visando melhores salários e condições de trabalho para seus membros, os sindicatos da região se veem diante da necessidade de modificar suas estratégias para lidar com novos problemas em contextos mais complexos e competitivos. (GARZA TOLEDO, 2000). No entanto, a consolidação da democracia política, uma nova etapa de crescimento econômico e o estabelecimento de diversas alianças com outros movimentos e setores sociais – em diversos cenários locais, nacionais e internacionais – têm permitido aos sindicatos latino-americanos reconstruir sua posição como atores sociais e políticos relevantes.

Para Zubillaga (1989) do ponto de vista mais teórico, as organizações sindicais latino-americanas são frequentemente criticadas por sua baixa representatividade, devido ao baixo número de trabalhadores sindicalizados. Muitas vezes, essas críticas não contemplam o peso da informalidade em nosso continente, os tipos de contratos de trabalho ou as leis que permitem a filiação sindical em cada país.

O critério utilizado para medir a representatividade sindical tende a comparar o número de trabalhadores sindicalizados com o total de assalariados. Embora em algumas nações do nosso continente as taxas oscilem em torno de 10% – ou seja ainda mais baixas, existem realidades muito diferentes relacionadas à história e às características de cada país. Argentina e Uruguai, por exemplo, têm as taxas de afiliação mais altas da América do Sul, com números que se assemelham a países de primeiro mundo (28% e 30% respectivamente). (Idem, Idem, 1989).

Nas palavras de Cuevas (1990) esses altos índices se fazem presentes no Uruguai por conta de uma tradição muito antiga de organização da classe trabalhadora, que data de 1875, quando se formou a primeira organização operária do país. Numa situação intermediária estão o Chile (20%) e o Brasil (19%), que também estão acima de países como os EUA (10%).

Enquanto isso, seguindo a lógica de pensamento do autor, países andinos como Peru (6%) ou Colômbia (10%) são caracterizados por uma menor sindicalização, que é mais semelhante ao resto da América Latina. A taxa de sindicalização da Colômbia é realmente a mais baixa da América Latina, mal chega a 4,6% dos trabalhadores com carteira assinada. Temos um índice de sindicalização ainda menor do que há 65 anos, que segundo González e Casanova (1985),

> [...] se deve a várias coisas. A primeira é que, como muitos países latino-americanos, a Colômbia vem se desindustrializando rapidamente, principalmente desde a implantação do modelo neoliberal há 30 anos. O segundo motivo tem a ver com as reformas que foram impostas a partir do modelo neoliberal e que geraram enorme flexibilidade laboral. E um terceiro motivo tem a ver com a guerra suja em nosso país que não parou, e que nos últimos 30 anos resultou cerca de 5 mil sindicalistas assassinados, diz Huber. Soma-se a isso uma política antissindical patrocinada pelo Estado, um Ministério do Trabalho que é uma entidade onde mandam os patrões. A perseguição que praticam deixa os trabalhadores expostos a uma suspensão do contrato caso consigam se sindicalizar.

Observa-se que alguns determinantes sociais e históricos contribuíram para o que foi exposto. Ou seja, em consequência das escolhas das políticas públicas gestadas pelo modelo econômico neoliberal e influenciadas pela globalização, tornam-se inevitáveis as repercussões econômicas e sociais como: redução do desenvolvimento econômico nas distintas realidades, elevação dos níveis de desemprego, desvalorização do trabalho, com a consequente precarização do mesmo, acentuação da concentração de renda e das distâncias econômico-financeiras entre as pessoas, segmentos sociais e países.

Quando nos reportamos ao **Brasil,** observa-se que o proletariado brasileiro, conforme nos mostra os estudos de Inácio (2007) segue os passos do proletariado internacional, ou seja, inicia sua organização no final do século XIX através das caixas de socorro e de ajuda mútua[12].

[12] Tipos de Associações Beneficentes criadas no Brasil do século XIX. (INÁCIO, 2007).

Os estudos de Matos (2009) revelam que a gênese do sindicalismo, aqui no Brasil, surge em 1876 ainda na época da escravidão. Ele retrata essa afirmativa da seguinte forma:

> [...] Começo este livro resumindo uma história. Uma história de desventuras e aventuras de trabalhadores em padarias, entre 1876 e 1912, contada por um líder da categoria, João de Mattos, num manuscrito localizado entre os papéis apreendidos pela polícia carioca nos anos de 1930. No manuscrito, João registra suas memórias sobre as lutas dos empregados em padarias desde a época da escravidão até o momento das mobilizações sindicais. Sua história começa em Santos, em 1876, quando trabalhava em padarias da cidade e organizou um "levante", que ele explica ser como "as mesmas greves de hoje". O levante organizado por João de Mattos foi uma paralisação das padarias da cidade, em meio à qual se deu a fuga dos trabalhadores escravizados daqueles estabelecimentos. Esta foi preparada com a falsificação de cartas de alforria (documentos que diziam que seu portador havia sido libertado), que permitiram aos fugitivos encontrar trabalho como trabalhadores livres no interior do Estado.

Para Matos (2009), a lição de luta de João de Mattos deixou fortes marcas, pois conseguiram filiar mais de 4 mil trabalhadores e realizaram, em 1912, a primeira greve geral dos trabalhadores em padarias na cidade do Rio de Janeiro.

Diante dessa passagem cabe enfatizar que, numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classes, e os valores e referências, que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas.

Por isso, a história de João de Mattos é tão significativa. Nela se revelam os elos entre os períodos anterior e posterior a 1888, no processo de formação da classe trabalhadora. Afinal, até meados dos anos de 1850, o trabalho escravizado dominava não apenas o cenário dos grandes latifúndios monocultores, voltados para a agricultura de exportação, mas também as principais cidades do país, em que os trabalhadores escravizados moviam portos, transportes terrestres, comércio urbano e até mesmo das primeiras fábricas (MATOS, 2009).

Sem se esquecer, o trabalho doméstico cujo *lócus* do espaço privado da casa, reserva a esta atividade como um "não-trabalho", algo que é da natureza da mulher, especialmente e quase exclusivamente, das trabalhadoras negras que, não por acaso, dispensa qualificação, regramento das condições de trabalho e fora de qualquer perspectiva de direitos trabalhista. Condição presente nos dias hodiernos.

Na incursão pela história do sindicalismo no Brasil, evidencia-se que a maioria dos estudos que aborda esse tema, aponta que aqui no Brasil a origem dos sindicatos é marcada pelo período de transformações resultante do processo de industrialização da economia nacional no final do século XIX, um momento socialmente circunscrito pela proibição da escravidão no Brasil em 1888, o que, de certa forma, contribuiu para a industrialização, pois muitos fazendeiros que mantinham o comércio de escravos começaram a aplicar o seu dinheiro na compra de máquinas, dando origem às indústrias de tecidos e alimentos.

No entanto, a partir da perspectiva marxista, entende-se que não é a proibição do comércio de negros escravizados como se fosse a elevação da moral humana que tomou consciência da desumanização que contribui à industrialização, mas, ao contrário, foi o processo avançado da industrialização concentrado nos países de economia potentes e mais avançadas que impuseram os novos arranjos da forma de expansão do capital para os países periféricos, cujos capitalistas dos países subalternizados não sobreviveriam sem que incorporassem em suas atividades econômicas, a nova etapa da exploração e expropriação da riqueza produzida pela classe trabalhadora, em novas formas sociabilidade típica de organização do trabalho pelo capital.

Por rigorosidade de análise histórica, é preciso registrar que no Brasil este processo tem singularidades devidamente marcantes como a regionalização da riqueza (concentração da industrialização sul e sudeste), fortes movimentos migratórios entre regiões devido às essas diferenças, exôdo rural, imigração de mão de obra europeia em detrimento da força trabalhadora brasileira, especialmente, as e os trabalhadoras/es negras/os.

Assim, aliado ao surgimento da indústria esteve a formação dos centros urbanos e o surgimento da classe operária formada pela pequena parte da população negra que conseguiram se incorporar à força de trabalho regulamentado[13], camponeses, imigrantes

[13] Florestan (2008) tenta reconstruir o drama que o negro vivera na difícil adaptabilidade aos moldes da sociedade de trabalho livre (nos anos que sucederam à Abolição), fruto de um passado rústico e degradante

europeus e japoneses. E estes imigrantes, em sua maioria, vindos da Itália e Espanha, fugiam do desemprego em seus países e eram atraídos pela política de imigração promovida pelo governo brasileiro que "[...] recém-saído do sistema escravocrata e tendo por base uma política de 'branqueamento' da sua população" trouxe milhares de estrangeiros para o país (BERTOLIN, DIAS e OZÓRIO, 2008, p. 02).

Pode-se dizer que estes imigrantes foram fundamentais no enfrentamento aos patrões e criação dos sindicatos no Brasil, visto que muitos deles trouxeram consigo os ideais anarquistas, socialistas e comunistas (ROSSI e GERAB, 2009).

Sobre essa existência de diferentes correntes políticas no movimento dos trabalhadores, Rossi e Gerab (2009, p. 24) afirmam que "[...] apesar de suas divergências, tinham em comum a luta pela primazia do trabalho sobre o capital, ou seja, a primazia do ser humano sobre o lucro". Havia um ponto de convergência entre os trabalhadores, o qual colocava em evidencia a luta de classe existente em nossa sociedade.

Logo, vivendo sob o colonialismo inglês e dando os primeiros passos em sua industrialização, o Brasil assistiu aos primeiros movimentos operários em categorias, como o dos gráficos, dos ferroviários, dos portuários, dos têxteis e dos padeiros. Os tipógrafos fundaram sua Associação em 1853 e já em 1858 realizavam sua primeira greve.

Nesse entendimento, Jesus (2007) esclarece que no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, toda vez que um grupo de pessoas, incluindo as comunidades negras, desejasse fundar uma associação – científica, religiosa, cultural, recreativa, desportiva, profissional, de classe, ou beneficente – para organizar, explicitar ou defender seus interesses materiais, ideológicos, políticos ou civis era obrigatório que pedissem autorização na delegacia mais próxima do local em que pretendessem se reunir.

O chefe de polícia, o delegado e o subdelegado encarregados tomariam as providências para que o encontro ocorresse dentro da ordem estabelecida. Em seguida, os interessados promoveriam quantas reuniões fossem necessárias para elaborar os estatutos e fundar as associações, grêmios, clubes ou irmandades conforme o caso. O material produzido nas sessões fundadoras, especialmente as atas e estatutos originais, deveria ser enviado à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, que procederia à análise das propostas de fundação de associações, via de regra sugerindo alterações de natureza legal. (Idem, Idem, 2007).

---

social, cultural e moralmente. Sobre este tema Cf. FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de Classe. 5ª edição. São Paulo. Editora globo, 2008.

Seguindo a ´mesma linha de raciocínio, do autor acima elucidado, nota-se que depois de aprovado, o estatuto oficial poderia ser impresso pela Tipografia Nacional na forma de um pequeno livro. Algumas entidades ainda pagavam para que os estatutos fossem publicados nos principais jornais da cidade, como meio de incentivar a adesão à nova agremiação. Indiscriminadamente, trabalhadores, escravos libertos, cientistas, imigrantes, literatos, comerciantes, empresários, religiosos, artistas, industriais, etc. deveriam submeter-se ao procedimento, caso pretendessem organizar-se coletivamente de acordo com as disposições normativas do decreto 2.711 e da lei 1.083, ambos de 1860. Tal processo orientava a criação e o funcionamento das chamadas "sociedades", inclusive aquelas que foram criadas anteriormente à vigência da lei. (JESUS, 2007).

Até o final do século XIX estas associações foram fundadas abrangendo um variado número de categorias profissionais. Com o início do século XX inaugura-se a fundação dos sindicatos, principalmente no eixo Rio-São Paulo.

O surgimento das organizações sindicais apontou de imediato para a criação de uma entidade de caráter nacional. Foi aí que, em 1906, reuniu-se o primeiro Congresso Operário Brasileiro, com a participação de 43 delegados do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia. A principal decisão deste congresso foi a criação da COB – Confederação Operária Brasileira**,** que comandou lutas importantes, tanto reivindicativas como de solidariedade. (CRUZ,2008)

Como resultado da organização sindical, começou a surgir, em quantidade cada vez maior, as greves em várias categorias. Carroceiros, portuários, ferroviários, pedreiros, gráficos e metalúrgicos arrancaram vitórias em suas paralisações. Durante a I Grande Guerra Mundial a COB comandou várias manifestações, inclusive, o Congresso pela Paz. (INÁCIO, 2007).

Destaca-se que o anarquismo[14] influenciou esses movimentos durante o transcorrer do século XIX até o quartel do século XX, tendo como pressupostos a crítica da propriedade privada e do Estado burguês.

[14] Pode-se dizer que suas propostas de supressão do Estado e de todas as formas de repressão encontraram receptividade entre os trabalhadores naqueles tempos em que o jogo político era exclusividade das oligarquias e praticamente inexistia qualquer proteção ao trabalho. Governo e patrões eram vistos pelos anarquistas como inimigos a serem combatidos a todo custo. Suas ideias eram difundidas por meio de congressos e por uma imprensa própria. Essa posição hegemônica no movimento operário brasileiro permeou as reivindicações trabalhistas desta época. Entretanto, eles não admitiam a existência de partidos políticos, não exigiam do Estado uma legislação trabalhista e não aceitavam alianças com os setores subalternos da sociedade, sendo as suas reivindicações exclusivamente econômicas. (BAUER, PAULISTA e DINIZ, 2013)

Respaldando-se na concepção de um sindicalismo libertário com a destruição do Estado e a construção de uma sociedade auto gestionária, sua ideologia política nega qualquer forma de opressão, suas reinvindicações eram feitas por meio da conscientização e mobilização. Sua maior arma era a greve.

> [...] E o primeiro grande movimento grevista da história sindical brasileira, marcado pelos ideias anarquistas, devido a grande presença de imigrantes, sobretudo os italianos, teve início na cidade de São Paulo nas fábricas têxteis. No geral exigiam melhores salários e condições de trabalho.
> Este movimento foi iniciado no mês de junho nos bairros da Mooca e Ipiranga, a greve estourou nas fábricas têxteis do Cotonifício Rodolfo Crespi. Rapidamente a adesão foi aumentando passando pelos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, pelos servidores públicos e diversos órgãos que congregavam os trabalhadores. Por toda a República Velha os governos oligárquicos lidavam com as questões sociais como casos de polícia, tomando medidas arbitrárias que envolviam prisões, torturas e expulsão dos estrangeiros do Brasil. Foi o que aconteceu. Em meio a uma manifestação no dia 9 de julho a repressão da polícia acabou causando a morte de um jovem anarquista espanhol chamado José Martinez. A indignação de sua morte fez com que o velório do jovem assassinado fosse acompanhado por uma multidão e ampliasse o movimento dos trabalhadores. Os trabalhadores entraram em greve, mais de 70 mil pessoas aderiram ao movimento transformando São Paulo em um campo de batalha, com armazéns saqueados, veículos e bondes incendiados e até barricadas nas ruas. Foi organizado o Comitê de Defesa Proletária para defender a greve, tendo Edgard Leuenroth como um de sues principais líderes. O Comitê juntamente com ligas e corporações operárias apresentou no dia 11 de julho suas reivindicações: liberdade aos presos em decorrência da greve; direito de associações para os trabalhadores; que os trabalhadores não fossem demitidos por envolvimento com a greve; abolição do trabalho para menores de 14 anos; sem trabalho noturno para os menores de 18 anos; abolição do trabalho noturno feminino; aumento entre 25% e 35% nos salários; pagamento dos salários a cada 15 dias; garantia de trabalho permanente; jornada de oito horas e semana inglesa e aumento de 50% em todo trabalho extraordinário. Os patrões concederam o aumento imediato aos seus funcionários e se comprometeram a estudar as demais exigências, o que consagrou a grande vitória do movimento grevista. Mesmo assim, alguns movimentos permaneceram espalhados pelo Brasil até 1919. (BAUER, PAULISTA e DINIZ, 2013)

É claro que o movimento organizado dos trabalhadores ao contrapor-se a exploração imposta pelo sistema do capital, o fez sob a alta repressão do guardião dos interesses da burguesia, que é o Estado. E dessa maneira, à medida que os sindicatos se

fortaleciam, o Estado se via obrigado a buscar estratégias para manter o controle sobre os mesmos.

Dentro do cenário político os estudos de Reses (2008) nos apontam que por volta da década de 1930, sob forte pressão dos trabalhadores, o Estado criou uma legislação trabalhista buscando controlar essa pressão e escamotear a luta de classes e "[...] garantir um sindicalismo dócil, manso, incapaz de atrapalhar a acumulação de capital no Brasil" (GIANNOTTI, 1988, p. 09).

O governo da época, de Getúlio Vargas, no primeiro momento tenta trazer para dentro do Estado os sindicatos, iniciando assim um controle sobre essas entidades. Para tal, cria o Ministério do Trabalho; promulga a Lei Sindical, em 1931 e com isso lança orientações para o sindicalismo no país. Concebe os sindicatos como colaboradores do Estado, como se não existisse luta de classes, e impõe restrições ao movimento sindical (CRUZ, 2008, p. 23).

Apesar da legislação apresentar algumas conquistas para o trabalhador ela representou, e continua representando, também uma estratégia de cooptação/atrelamento do sindicato ao Estado, inclusive sob influência do facismo italiano, pois a partir de então os sindicatos precisaram ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, e a criação do imposto sindical é uma das expressões da intervenção estatal nas organizações sindicais (FORTES, 2007; ROSSI e GERAB, 2009).

Mas é nítido que esse movimento de cooptação não atinge todos os trabalhadores, pois muitos continuaram a construir um sindicalismo combativo, de resistência, inclusive na luta contra a verticalização sindical e o caráter essencialmente assistencialista que muitos sindicatos tinham assumido (FRANÇA, 2013).

É importante saber que **o início dos anos de 1960**, marca o país com a confusa sucessão de Juscelino Kubitscheck - JK, visto que, para sucedê-lo havia sido eleito Jânio Quadros, mantendo a Vice-Presidência com João Goulart. (RESES, 2008).

No ano de 1961, transcorrido sete meses de governo, Jânio renuncia. Setores à direita não aceitaram a posse de seu vice, João Goulart, que era conhecido como um partidário da "República Sindicalista", e movimentaram-se no sentido de impedir a sua investidura no cargo. Essa ação ficou conhecida como Movimento da Legalidade[15]

[15] O Movimento da Legalidade foi uma mobilização civil e militar ocorrida no Brasil em 1961, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Esse movimento teve como principal objetivo garantir a posse de João Goulart (Jango) como presidente da República após a renúncia de Jânio Quadros.

Porém, não obtiveram êxito na tentativa e contentaram-se com o acordo que suprimia os poderes do Presidente, ou seja, o país adotava o parlamentarismo e Tancredo Neves foi escolhido como Primeiro-Ministro.

Em meio a esta conturbada situação política, o movimento sindical desempenhou um papel de importante aliado de Jango, promovendo manifestações em seu apoio. Fato este que foi decisivo pelo menos em dois momentos: quando forças à direita manobravam para evitar a sua posse e quando da realização do referendo aludido, defendendo o regresso da via presidencialista para fortalecer o governo de Goulart.

À frente dessas ações estava o Comando Geral dos Trabalhadores, que foi de

> [...] extrema importância política as greves durante a crise entre a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a ascensão do Vice João Goulart.Os sindicatos decretaram greves em solidariedade a Goulart, atingindo principalmente as atividades industriais e de transportes no Rio de Janeiro. (ANTUNES, 1979).

Nota-se, portanto que a mobilização sindical alcançava o ápice e a sua pauta de reivindicações incluía, por exemplo, aumento salarial, controle do aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, reforma agrária e a fiscalização ou limitação da remessa de lucros pelas grandes corporações para o estrangeiro.

Ainda **em 1963** os trabalhadores, após uma greve que reuniu cerca de 700.000 trabalhadores, conseguiram um aumento de 80% para todos os trabalhadores. Mas no ano seguinte com o advento do golpe militar, os movimentos sociais sofreram duros ataques

---

Em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou inesperadamente ao cargo. Na linha de sucessão, o vice-presidente João Goulart, que estava em uma missão diplomática na China, deveria assumir a presidência. No entanto, setores das Forças Armadas, especialmente o Exército, eram contrários à posse de Goulart, temendo suas ligações com movimentos trabalhistas e socialistas. Diante da resistência militar, o governador Leonel Brizola, cunhado de Goulart e membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), iniciou uma campanha para defender a legalidade e a ordem constitucional. Brizola mobilizou a população e as forças policiais do Rio Grande do Sul, além de criar a "Rede da Legalidade", uma cadeia de rádio improvisada que transmitia mensagens para todo o país, convocando o povo a defender a Constituição e a posse de Goulart. O movimento ganhou força e apoio popular, especialmente no sul do Brasil. Com o aumento da pressão popular e o risco de uma guerra civil, foi negociada uma solução de compromisso: a instalação do regime parlamentarista no Brasil, que limitava os poderes de Goulart como presidente. João Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961, mas com poderes reduzidos devido à implementação do parlamentarismo, que durou até 1963, quando um plebiscito restabeleceu o presidencialismo. O Movimento da Legalidade foi um marco na história política do Brasil, demonstrando a capacidade de mobilização popular em defesa da democracia e da legalidade constitucional. Leonel Brizola emergiu como uma figura de destaque nacional e se consolidou como um dos principais líderes políticos do país nas décadas seguintes. (JAKOBY, 2013).

e com o sindicalismo não foi diferente, pois várias lideranças sindicais que ousaram resistir ao regime foram presas ou mortas (CRUZ, 2008).

No entanto, apesar da violenta repressão, incluindo o fechamento de sindicatos, os trabalhadores não tinham outra saída a não ser resistir, e na busca por estratégias de resistência, muitos sobreviveram atuando na clandestinidade. E não se pode deixar de mencionar que no período da ditadura, muitos dos "sindicalistas" que estavam à frente das organizações sindicais, foram treinados por instituições, a exemplo: a Central Intelligence Agency (CIA) no Brasil. E nesse cenário, vários ativistas sindicais combativos eram entregues aos patrões ou à polícia, por aqueles que se vestiam sob "pele de cordeiro" (ROSSI e GERAB, 2009).

No início de **março de 1964**, alguns sindicatos organizaram numa grande manifestação, com cerca de 200.000 participantes, no Rio de Janeiro, em defesa das "reformas de base". Em São Paulo, os apoiadores do governo realizaram protestos com as "Marchas da Família, com Deus pela Liberdade", que denunciavam a instauração da "República Sindicalista" no país. Em 31 de março do mesmo ano, um Golpe Civil-Militar depôs o Presidente João Goulart, e o Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGT e demais organizações populares foram impedidos de qualquer possibilidade de atuação, com a imediata prisão de seus líderes (IANNI, 1994).

Nesse dia, houve inclusive a presença de tanques de guerra nas ruas das principais cidades do país, pelotões do exército marchando de um lado para o outro no intuito de controlar os principais centro do poder; militares do alto comando das forças armadas se apoderam das instituições centrais do poder do estado. E assim, começa uma nova ditadura no país. (GALETTI, 2022).

Neste período, caracterizado como de mobilização sindical sob o impulso populista, pois, se por um lado os sindicatos protagonizaram mobilizações, por outro lado, eles terminaram por manter os horizontes da sua atuação circunscritos ao âmbito do projeto político governamental adotado, principalmente a partir de 1950, com o regresso de Getúlio Vargas. Era um projeto iniciado por Vargas em 1930, conhecido como sindicalismo de estado[16], e intensificado por ele mesmo na segunda Presidência e

[16] O sindicalismo de Estado é um modelo de organização sindical caracterizado por uma forte intervenção e controle do governo sobre os sindicatos. Nesse modelo, os sindicatos são integrados ao aparato estatal e têm sua atuação e estrutura regulamentadas pelo Estado, que, em muitos casos, define regras rígidas para sua organização, funcionamento e financiamento. Esse tipo de sindicalismo é comumente associado a regimes autoritários ou corporativistas, nos quais o Estado busca controlar ou cooptar os movimentos sindicais para evitar conflitos trabalhistas e manter a estabilidade social. O sindicalismo de Estado aqui no

aprofundado por João Goulart, o que ficou categorizado academicamente como populista (WEFFORT, 1978; IANNI, 1994), com feição nacional-desenvolvimentista.

Não se pode deixar de destacar o importante papel das Ligas Camponesas[17], entendendo-a como um movimento de luta pela reforma agrária no Brasil iniciado na década de 1950, que teve como principal figura incentivadora o advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) Francisco Julião (1915-1999). As Ligas Camponesas organizaram milhares de trabalhadores rurais que viviam como parceiros ou arrendatários, principalmente no Nordeste brasileiro, utilizando o lema "Reforma Agrária na lei ou na marra" contra a secular estrutura latifundiária no Brasil. (PEREIRA, 2008). Pode-se dizer que suas lutas juntavam-se às dos trabalhadores urbanos, cujo pilar da política para o campo era justamente a reforma agrária.

A ação das Ligas Camponesas pela reforma agrária constituiu-se como mais um dos motivos encontrados pelos militares, apoiados pelas forças conservadoras do país, para executarem o golpe de Estado em 1964.

Após o golpe, no qual foi deposto João Goulart, o general Humberto Castelo Branco assume a Presidência da República e, além de exigir o fiel cumprimento dos dispositivos constitucionais da Era Vargas, encarregou-se de definir novas diretrizes para o movimento sindical.

Brasil, foi instituído durante o governo de Getúlio Vargas, especialmente com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930 e a implementação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. O modelo brasileiro de sindicalismo estatal estabeleceu o monopólio sindical por categoria, o imposto sindical obrigatório, e uma forte intervenção do Estado na regulação das atividades sindicais. Esse modelo teve um papel central no controle das relações trabalhistas no Brasil por várias décadas. A partir dos anos 1980, com o processo de redemocratização e as reformas econômicas nas décadas seguintes, houve uma crescente pressão por maior autonomia sindical e pela flexibilização das regras impostas pelo sindicalismo de Estado, culminando na Reforma Trabalhista de 2017, que extinguiu o imposto sindical obrigatório e alterou diversas regras de funcionamento dos sindicatos. (BOITO, 1991).

[17] O contexto das ligas é marcado no processo de industrialização, incentivado durante o governo Juscelino Kubitscheck, na década de 1950, visto que, a intensificação da mecanização da produção agrícola produziu desemprego e redução de salários**,** aumentando a insatisfação social das populações pobres da zona rural nordestina**.** A primeira liga foi formada em 1954, em Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco, reunindo 1200 trabalhadores rurais. O caráter dessas organizações abandonava as antigas medidas assistencialistas, passando a assumir uma atuação política mais ativa na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e pela distribuição de terras. (PEREIRA, 2008). As ligas camponesas sofreram forte repressão da polícia e dos grandes proprietários de terras, o que não impediu seu fortalecimento ao longo dos anos, expandindo-se também para os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 1961, realizou-se em Belo Horizonte, Minas Gerais, o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, reivindicando a reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas a todos os trabalhadores do campo. As reivindicações das ligas camponesas foram fortalecidas com as medidas do governo de João Goulart, as Reformas de Base, lançadas em 1963, neste mesmo ano, foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), e logo em seguida, elaborado o Estatuto do Trabalhador Rural, que expressava parte das reivindicações dos camponeses.

Nessa lógica, uma Lei de junho de 1964 (Lei nº 4.330) proibiu terminantemente o direito de greve, estabelecendo também que a fixação dos índices de reajustes salariais passaria a ser prerrogativa absoluta do Estado, pondo fim ao processo de negociação entre trabalhadores e patrões. Para Pessanha e Medeiros (2015) a publicação da Lei nº 4.330, de 1º de Junho de 1964, apelidada pelo movimento operário e sindical como "Lei antigreve"[18], revogava o Decreto-lei nº 9.070, de 15 de Março de 1946, burocratizava os procedimentos e prazos a serem adotados no caso de deflagração de greve, de forma que praticamente a inviabilizava. A Lei antigreve, como ficou conhecida, estava combinada com o Ato Institucional nº 1, que iniciava os expurgos dos principais líderes sindicalistas da política.

Depois do Estado Novo e do fim da Segunda Guerra Mundial houve uma política regulatória explicitamente voltada para o capital estrangeiro no Brasil. Ou seja, um conjunto de normas passa a regular a entrada e saída de recursos (tanto investimentos como empréstimos), incluindo taxação e mecanismos de câmbio. Nessa lógica, em 1962, foi formulada a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, também conhecida como de Remessas e Lucros, concedendo ao capital externo uma série de condições vantajosas para que os lucros obtidos no Brasil pelas multinacionais fossem enviados para o estrangeiro, rompendo com a noção de desenvolvimento independente (SKIDMORE, 1979, p. 249 - 250).

Nestas condições, a partir de então, desenvolveu-se o que os historiadores econômicos e analistas políticos convencionaram chamar de "o milagre brasileiro". Ou seja, houve um "boom (...), durante o qual a expansão econômica teve uma média altíssima de 10.9% (...) O Brasil tornou-se um produtor (e exportador) importante de laranja (havia um produtor brasileiro com mais laranjas que o Estado da Flórida). Outra cultura praticamente nova foi a soja. O país tornou-se rapidamente o segundo maior exportador mundial desse grão (atrás dos EUA) e um importante fornecedor para a Japão" (Idem, Idem, 1979).

Este boom foi impulsionado pela política de crédito fácil do governo que, sem uma concepção estratégica da integração nacional, contribuiu para uma industrialização

[18] A referida lei foi resultado da aprovação do projeto 1471, apresentado em 1949, na Câmara dos Deputados e acredita-se que a compreensão da sua tramitação, e das emendas que o projeto sofreu desde a sua apresentação até a aprovação, poderá nos dar indícios de como isso afetou os trabalhadores. E, assim, os sindicatos passavam a ter funções meramente assistenciais, prestando serviços aos seus associados, além de se constituírem em instrumentos estatais de sustentação do regime.

desigual do país. Também foi alimentado pela política pouco transparente de empréstimos externos, com indícios de que interesses privados se sobrepunham aos interesses públicos. Fundamentalmente, tal boom só foi possível graças a existência de um Estado autoritário que, impedindo reivindicações, comprimiu os salários, pelo que o dito "milagre brasileiro" esteve longe de ser um milagre para toda população. (RESES, 2008).

Em 1967, mesmo diante das adversidades da conjuntura, tentou-se desenvolver alguma articulação sindical. Foi uma iniciativa que congregou de sindicalistas aliados ao Ministério do Trabalho a sindicalistas autônomos. Disso surgiu o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), ou seja, uma organização que tinha como objetivo evitar a compressão salarial, mas mantendo o cuidado para que suas ações não extrapolassem os limites estabelecidos pelo Ministério do Trabalho. Restrito basicamente ao universo metalúrgico era composto pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Santo André, Guarulhos, Campinas e Osasco (ANTUNES, 1979).

No final dos anos 1970, com o advento do período político e socioeconômico que o Brasil vivia e que afetava duramente os trabalhadores, um novo sindicalismo surge "com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida, reivindicando o fim do sistema autoritário e a volta a democracia ao país" e lutando, dentre outras, "contra o arrocho salarial, e por mudanças econômicas que atendessem os interesses da sociedade brasileira" (MISAILIDIS, 2001, p. 66).

Para Misailidis (2001), **a partir de 1978** inicia uma segunda etapa do sindicalismo brasileiro, passando de um sindicalismo oficial, que de alguma forma estava ligado ao governo, para um novo sindicalismo, ou seja, um movimento dos trabalhadores em direção à construção de um sindicalismo de massa, autônomo, livre, democrático e de classe. Tal movimento tem caráter ideológico explicito, resultou concretamente na criação do Partido dos Trabalhadores – PT e na Central Única dos Trabalhadores – CUT. (BAUER, PAULISTA E DINIZ (2013).

Esse novo sindicalismo entende que o problema é político e de luta de classe. Outro elemento pautado por esta autora é que no decorrer dos anos 1980 o funcionalismo público começa a se inserir nesse movimento "reivindicatório e combativo", o que anteriormente não ocorria devido às associações terem um caráter mais cultural e assistencialista, inclusive pela proibição legal.

As greves sucederam-se nos anos de **1979 e 1980** e, numa radicalização do confronto, o governo reagiu decretando intervenção nos sindicatos grevistas, cassando o mandato dos seus dirigentes, bem como determinando a prisão de lideranças.

Pode-se dizer que **o início dos anos 1980** marca, portanto, a delimitação de um novo período do sindicalismo brasileiro, verificando-se a ascensão de um Novo Sindicalismo que, rejeitando os padrões de atuação anteriores, tem base operária, mas não atribui à classe operária o monopólio das suas perspectivas.

Na visão de Santana (1995) os anos oitenta no Brasil foram marcados no campo da organização dos trabalhadores brasileiros, por um forte ascenso e consolidação. Um dos atores principais, no processo de agravamento da crise do regime militar no fim dos anos setenta, o movimento sindical entra na nova década intensificando seu processo organizativo e de participação não só na arena da relação capital/trabalho como também no cenário político mais amplo.

Neste processo, embora ainda mantidos os históricos patamares baixos, cresceu muito o número de associados em sindicatos, trazendo para um número elevado de cidadãos, um novo espaço de participação e ação política que durante muito tempo esteve interditada. Um dos setores deste movimento, vindo de uma dura luta contra os "padrões" e a "ditadura" e tentando escapar do que seriam "velhos" esquemas de organização e relação como os trabalhadores, o chamado "novo sindicalismo", tinha como um de seus pilares a democracia de base, priorizando as organizações "pela base". Este tipo de preocupação presidiu, inclusive, a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, herdeira e consolisadora do "novo sindicalismo". (SANTANA, 1995).

Como bem salienta Ricardo Antunes, no livro Novo Sindicalismo, desde cedo, “deitou suas raízes em quatro expressivas fatias: no operariado industrial, nos trabalhadores rurais, nos funcionários públicos e nos trabalhadores vinculados ao setor de serviços” (ANTUNES, 1991, p. 50).

Ele nasce como um sindicalismo de massas, onde os líderes – diferentes das cúpulas burocráticas – não substituem os trabalhadores em movimento. São estes que têm um papel ativo na definição dos rumos a serem seguidos pelos sindicatos.

Além do enfoque nas questões que são próprias da intervenção sindical,

> [...] O novo sindicalismo também procura, apresentando-se como uma espécie de amplo guarda chuva, tomar posição e intervir no que concerne a temas relativos ao cotidiano, a exemplo das questões

> ecológicas, de gênero, de etnias, etc. E isto ocorria num momento em que se acentuava internacionalmente o declínio do velho sindicalismo, centrado no movimento operário. Com isso, bem como os aspectos que caracterizam o novo sindicalismo, este foi apontado como um exemplo de Sindicalismo de Movimento Social (MOODY, 1997).

Deste modo, e num contexto de esgotamento da Ditadura Militar, foi que se reconfigurou o sindicalismo brasileiro, em que a esquerda tradicional, tentando conquistar a legalidade, opunha-se ao Novo Sindicalismo.

> [...] podemos caracterizar dois blocos: de um lado, os chamados sindicalistas autênticos reunidos em tomo dos sindicalistas metalúrgicos do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do País, os quais, com os grupos integrantes das chamadas Oposições Sindicais, compunham o autodenominado bloco combativo de outro, a Unidade Sindical que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, muitos deles vinculados aos setores denominados pelegos, e os militantes de setores da esquerda, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Estes dois blocos seriam as bases de sustentação dos organismos intersindicais de cúpula. O primeiro, da criação da Central Única dos trabalhadores - CUT; e o segundo, da Coordenação nacional da classe trabalhadora - CONCLAT.(MOODY, 1997)

A CUT foi fundada em 28 de agosto de **1983,** na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Naquele momento, mais de cinco mil homens e mulheres, vindos de todas as regiões do país, lotavam o galpão da extinta companhia cinematográfica Vera Cruz e imprimiam um capítulo importante da história. Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3. 806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadoras e trabalhadores na base.

Desde sua fundação, a CUT tem atuação fundamental na disputa da hegemonia e nas transformações ocorridas no cenário político, econômico e social ao longo da história brasileira, latino-americana e mundial. Os avanços obtidos na proposta de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho e a eleição de um operário à presidência da República em 2002, são fortes exemplos dessas mudanças e resultados diretos das ações

da CUT em sua luta incansável pela garantia e ampliação de direitos da classe trabalhadora. (RODRIGUES, 1997).

Foi neste cenário de profundas transformações políticas, econômicas e culturais, protagonizadas essencialmente pelos movimentos sociais, surge o chamado "novo sindicalismo", a partir da retomada do processo de mobilização da classe trabalhadora. Estas lutas, lideradas pelas direções sindicais contrárias ao sindicalismo oficial corporativo, há muito estagnado, deram origem à Central Única dos Trabalhadores – CUT, resultado da luta de décadas de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade pela criação de uma entidade única que os representasse. (Idem, Idem, 1997).

Dentro dessa lógica pode-se dizer que o nascimento da CUT como organização sindical brasileira representa mais do que um instrumento de luta e de representação real da classe trabalhadora, um desafio de dar um caráter permanente à presença organizada de trabalhadores e trabalhadoras na política nacional.

Neste contexto, a onda de reformas implantadas no Brasil a partir da década de 1990, após a vitória de Fernando Collor de Melo à Presidência do Brasil, é baseada no Consenso de Washington, ocorrido nos EUA em 1989, que teve por objetivo a expansão do projeto neoliberal nos países latino-americanos, e pela pressão de instituições internacionais como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (SILVA, 2003).

Em meio ao cenário de globalização, qualidade total, Estado mínimo, terceirização, o neoliberalismo resulta para os trabalhadores o desemprego, a intensificação do trabalho, mudanças estruturais nas funções trabalhistas e perda de direitos.

Visto isso, é fato que tanto o trabalhador quanto a sua organização (sindicato) sofre impactos nessa reestruturação do mundo do trabalho. Antunes (2007) afirma que as transformações presenciadas no mundo do trabalho atingiram não só a materialidade da classe trabalhadora, mas a sua subjetividade.

Corroborando com essa ideia Alves (2011, p.115) diz que a crise que o sindicalismo vive expressa "em parte, as dificuldades de as instituições políticas (e sindicais) enfrentarem a 'guerra de oposição' que ocorre no campo da subjetividade das individualidades da classe do trabalho".

Ante o exposto pode-se dizer que os sindicatos foram entidades políticas e sociais que ajudaram a moldar as instituições de variadas sociedades, protagonizaram intensas lutas e mobilizações por direitos e também foram cruciais em mudanças de regime ao redor do mundo.

Mas, nas palavras de Canha (2017), foi no final da década de 1970 que o mundo testemunhou grandes transformações. O fordismo, enquanto paradigma industrial e modo de regulação da relação capital e trabalho, declinou em face de um novo paradigma que elencava o conceito de flexibilidade no cerne das relações laborais e da organização empresarial.

O Estado de bem-estar, que outrora estendia seus braços de proteção aos cidadãos, ou ao menos servia de inspiração para que sociedades do sul global construíssem suas teias de coletivização do cuidado, foi e continua sendo desmontado pela ofensiva política e ideológica do neoliberalismo. Esvaziamento da capacidade providencial da coisa pública, em favor de um estado enxuto que enxerga indivíduos atomizados a negociar por si mesmos as condições de vida. Crescimento do desemprego, da pobreza e da marginalidade, combinados com a individualização e competição entre as classes trabalhadoras. (Idem, Idem, 2017).

Nota-se que de 1964 a 1985 perdurava no Brasil o regime militar, caracterizado pela falta de democracia, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política, repressão, censura e tortura. Porém, no final da década de 1970 e meados dos anos 1980 inicia-se no país um amplo processo de reestruturação da sociedade. Este período registra, ao mesmo tempo, o enfraquecimento da ditadura e a reorganização de inúmeros setores da sociedade civil, que voltam aos poucos a se expressar e a se manifestar publicamente, dando início ao processo de redemocratização.

As ligas camponesas que foram totalmente reprimidas durante a ditadura civil-militar e seus principais líderes foram presos, foi novamente retomada na década de 1980, na pauta, a reivindicação dos trabalhadores rurais pela distribuição de terras no Brasil. Pode-se enxergar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como um continuador da luta empreendida pelas ligas camponesas.

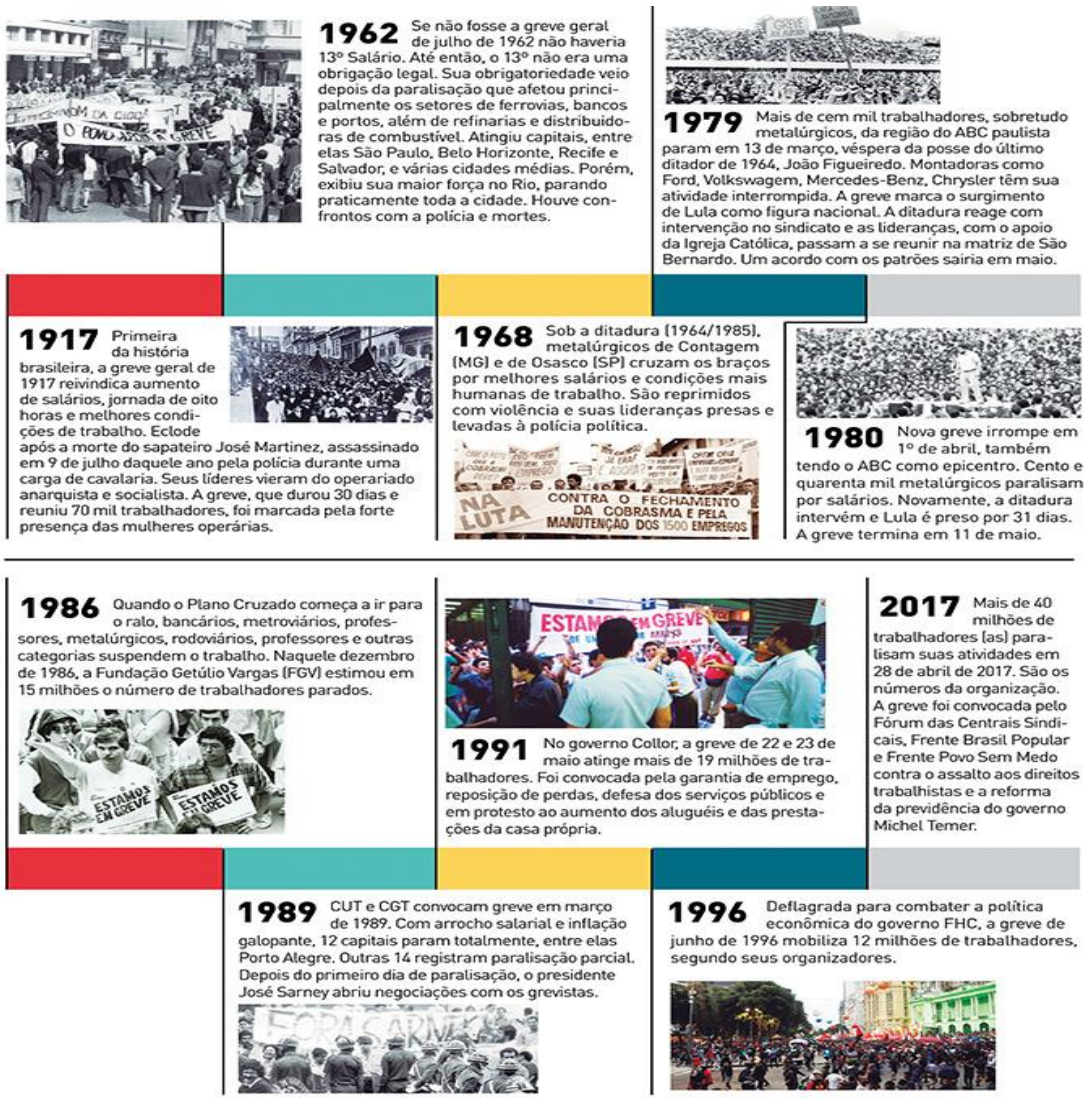
Acredita-se que a retomada do movimento operário na década de 1980, marcou o ponto mais alto da insurreição do proletariado brasileiro e sua centralidade. Pois, as ações operárias de massas deste período constituem um momento sem equiparação na história do movimento operário brasileiro.

Para Bauer, Paulista e Diniz, (2013) a classe operária brasileira destacou-se nacionalmente como sujeito político organizado contra o governo e o patronado, depois de ter se projetado com as greves operarias do ABC decorrida a partir de 1978,79 e 80, cuja projeção da luta capital/trabalho ultrapassou a dimensão local.

Evidencia-se que o forte apelo ao nacionalismo fez com que o populismo brasileiro encontrasse nos sindicatos uma importante base de apoio, mesmo naqueles que estavam sob a influência dos comunistas, visto que a tática política destes também apelava para o nacionalismo de esquerda.

Corroborando com o que foi visto e discutindo anteriormente, segue abaixo imagem que representa algumas manifestações grevistas que aconteceram no País.

Imagem 01: Panorama de alguns Movimentos Grevistas no Brasil de 1917 a 2017



Fonte: https://www.brasildefators.com.br

2.2. Sindicalismo na Sociedade Capitalista

Inicia-se este tópico afirmando que somos um país de muitos contrastes. Um país de médicos desempregados e de mortos por falta de médicos, de professores sem alunos e milhões de crianças sem escola, de extensos latifúndios de terras sem homens e mulheres e milhões de homens e mulheres sem terras, com produção de alimentos para exportação e de dezenas de milhões de pessoas desnutridas, com território continental e a população amontoada como restos humanos em favelas, incapaz de usar o conhecimento científico e tecnológico de que dispõe na eliminação de doenças endêmicas e na educação da população.

Quando direcionamos ao mundo do trabalho, percebemos que as transformações que nele ocorre, engendradas pela acumulação capitalista, modificam os processos de produção e as relações sociais em geral. Vários autores, ao discutirem a fase em que se encontra o sistema capitalista de produção, afirmam que a reestruturação produtiva acaba por alicerçar as regulações necessárias para que as instituições se adéquem à nova ordem mundial (CHESNEAUX, 1996).

Mas, para que ocorra a reestruturação produtiva, há um investimento intensivo em ciência e tecnologia, que faz aumentar a produtividade do trabalho e modificar os processos de formação. E assim, as modificações no mundo exigem, cada vez mais, trabalhadores que dominem processos de leitura, escrita e desenvolvam determinado raciocínio para poderem lidar com as mudanças no cotidiano da vida. Mas, ao mesmo tempo, a qualificação do trabalhador é relativa, visto que os conhecimentos a respeito dos processos tecnológicos de base física e organizacional não estão em seu alcance. Assim sendo, a qualificação é relativa e a desqualificação é absoluta.

Esse projeto neoliberal, segundo Rodrigues (2001) , se constitui de uma excessiva ênfase no indivíduo e no individualismo, onde cada um pode agir de acordo com seus desejos e potencialidades, e vencer é seu único limite. Nestas condições rompem-se quaisquer compromissos coletivos ou associativos, e os conflitos passam a ser resolvidos nas esferas pessoais e interpessoais. (RODRIGUES, 2001).

E como vencer torna-se uma questão individual, o estímulo à competição e à atomização social destrói laços de solidariedade e tecidos de identidade de classe dos trabalhadores, inexistindo a sociedade, e sim os indivíduos competitivos entre si. Predomina uma supervalorização da diferença e da busca da superioridade individual.

Ainda na concepção de Rodrigues (2001) outro item desse projeto de identidade forjado ideologicamente pelo capital é a construção simbólica de "culpados" pelas diversas formas de exclusão e pelas carências vividas pela sociedade. Ao enfatizar a política deliberada de desgaste e negatividade da esfera pública e suas ações, e de culpabilização das instituições públicas, do Estado e de seus funcionários como responsáveis pela falência das políticas e do atendimento aos usuários, o capital afirma uma suposta positividade de tudo que é privado, estimulando assim as privatizações do patrimônio público, das políticas de interesses sociais e a própria privatização da vida e das relações sociais.

Esta culpabilização é também transferida aos trabalhadores desempregados e aos demais setores sociais excluídos. Eles são os responsáveis por não terem direitos humanos e sociais respeitados, culpados por não terem educação, não terem emprego e por estarem marginalizados do consumo e da vida na sociedade de mercado.

Pode-se dizer que a hegemonia do capital no final do século XX e início do XXI se consolidou por via de fenômenos complexos e contraditórios, mas complementares. Esses fenômenos se distribuem em várias esferas, numa totalidade que tem sua gênese na materialidade produtiva e reprodutiva do capital e do capitalismo. (VIANA e LIMA, 2010).

Meszáros (2002) expõe a sociedade capitalista, largamente hegemônico no planeta, como uma sociedade perdulária, caracterizada por desperdícios cada vez maiores, atolada na massa crescente de produtos rapidamente descartáveis. É, sob estes aspectos, uma sociedade não só destrutiva, mas também auto destrutiva.

Nessa conjuntura,

> [...] Os sindicatos podem ou servir como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para subordinar e disciplinar os operários e para impedir a revolução, ou ao contrário, transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do proletariado. A neutralidade dos sindicatos é total e irreversivelmente coisa do passado (TROTSKY, 2008a, p.202).

A reflexão de Trotsky (2008), enxerga-se como oportuna para iniciar o debate sobre o sindicalismo, na sociedade capitalista. Principalmente por perceber que as

> últimas décadas do século XX reservaram significativas transformações societárias que reconfiguraram enormemente o chamado mundo do trabalho.
>
> De início, é percebível mudanças microeconômicas levadas a cabo pelas empresas nos próprios locais de produção, sob um novo paradigma produtivo que substitui o antigo fordismo. Esse novo paradigma produtivo está relacionado à interconexão global da produção capitalista, agora alçada a patamares inéditos, que produz complexas teias transnacionais de fluxo de mercadoria, capital e mão-de-obra. Estes dois fenômenos, analisados no calor do momento pela sociologia, foram classificados como reestruturação produtiva e globalização. (CANHA, 2017).

Pois, como é sabido, a sociedade capitalista coloca em oposição a burguesia e o proletariado, seus interesses são contrários e antagônicos: enquanto o proletariado, com sua força de trabalho, produz todas as riquezas, a burguesia se apropria do resultado desta produção. A existência da burguesia, portanto depende da existência do proletariado.

Assim, a burguesia surge como classe e, simultaneamente, o proletariado surge como o seu coveiro, pois este, ao desenvolver a consciência de classe explorada e conhecimento de sua força e de seu poder na produção, mobiliza-se, politiza-se e organiza-se para deitar por terra o julgo burguês, erigindo-se como classe dominante, inaugurando uma nova fase para a humanidade, a da sociedade socialista.

Conforme dito, o capitalismo assenta-se num antagonismo de classes, caracterizado pela desproletarização do trabalho industrial tradicional, juntamente com a precarização do trabalho através da subcontratação e pela terceirização, atrelados à economia informal.

Os capitalistas tentam aumentar os seus lucros a mais valia diminuindo os salários e aumentando o número de horas ou a cadência do trabalho. Os operários, por seu lado, procuram aumentar os seus salários e reduzir os seus horários. O preço da sua força de trabalho não é uma quantidade determinada, embora deva ser superior ao que é necessário para que um indivíduo não morra de fome, e o capitalista não paga de boa vontade. Nota-se que o modo de produção capitalista é caracterizado, pela exploração e expropriação do trabalho humano e pela sua alienação. Este antagonismo é assim gerador de reivindicações e da verdadeira luta de classes. A tarefa e o papel dos sindicatos consistem em continuar a luta. (ALVES, 2000).

Compreende-se que o sindicalismo, inserido no contexto da modernidade, tem estreita relação com os desdobramentos das fases do capitalismo atual. Para Reses (2008)

o sindicalismo que começa a surgir é diferente do sindicalismo dos períodos anteriores, ou seja, do "velho" sindicalismo, que tinha a classe operária como protagonista central. Neste "novo" modelo, o sindicalismo resulta da união de três segmentos: de marxistas oriundos das organizaçõesclandestinas (e críticos dos dois Partidos Comunistas); dos partidários da Teologia da Libertação; e de sindicalistas independentes.

Na visão de Giannoti (1988, p. 68)

> [...] Hoje está nascendo um novo sindicalismo: sem esperança no governo e sem meios-termos com os patrões. Sindicalismo que vê claro à sua frente o centro do problema: o problema político e a postura da luta de classes. Esse sindicalismo está nascendo, das várias décadas de experiências da classe operária e do movimento sindical. A lição mais importante é: o sindicalismo novo, verdadeiro, tem que nascer de baixo para cima; da fábrica até à organização de várias fábricas em organização de classe: o Sindicato.Precisa ser afirmada a ideia de que o Sindicato é os trabalhadores organizados nas seções, nas fábricas, reunidos com outros trabalhadores para planejar lutas. O Sindicato não pode mais seguir a linha populista. São as massas trabalhadoras que têm de acordar. A tarefa da direção é organizar. Animar, sugerir, politizar. E nada adianta forçar a massa a queimar etapas e marchar com passo maior do que suas próprias pernas. Tarefa dura e lenta, mas profunda e duradoura.

Assim, surge aquilo que foi definido como o Novo Sindicalismo, fazendo uma crítica às experiências passadas e rejeitando as "precipitações vanguardistas" – como aquela encetada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco –, mas que, ao mesmo tempo, apregoava a intervenção dos trabalhadores, assumia uma dimensão política – própria de um sindicalismo autônomo – que extrapolava a esfera das meras reivindicações corporativas (ANTUNES, 1992).

Segundo Pereira (2004) esse novo sindicalismo, deve possuir a capacidade de criar "um novo projeto para a sociedade onde a cidadania esteja identificada com a emancipação política e social do trabalhador, no qual o sindicato assuma um papel crítico a interagir sobre os destinos da sociedade com outros segmentos populares rumo à democracia [...]", com base na liberdade e na solidariedade.

Pois, corroborando com Bauer e Matos (2010), acredita-se que o sindicalismo continua sendo um importante instrumento de luta para a classe trabalhadora, uma vez que tem como principal objetivo organizar e defender os interesses dos mesmos, ao passo que reflete uma postura política, no qual os trabalhadores são agrupados em sindicatos. Conforme aponta (PRETTI, 2009, p. 243 apud FERRAZZA, 2010, p. 19), o sindicato é a

associação de pessoas físicas ou jurídicas que têm atividades econômicas ou profissionais, visando a defesa dos interesses coletivos e individuais de seus membros ou da categoria.

No capítulo seguinte, será abordado o desenvolvimento do Sindicalismo Docente no Brasil e na América Latina. Essa discussão torna-se importante para entender a dinâmica das lutas pela valorização da educação pública e pela melhoria das condições de trabalho.

3. DESENVOLVIMENTO DO SINDICALISMO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: DO ASSOCIATIVISMO AO SINDICALISMO.

> **Há Homens Que Lutam Um Dia.**
> [...] Há homens que lutam um dia, e são bons; Há outros que lutam um ano, e são melhores; Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons; Porém há os que lutam toda a vida. Estes são os imprescindíveis.
> [...] Mas quem é o Sindicato? Ele fica sentado em sua casa com telefone? Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas? Quem é ele? Você, eu, vocês, nós todos. Ele veste a sua roupa, companheiro, e pensa com sua cabeça. Onde moro é a casa dele e quando você é atacado, ele luta. Mostre-nos que caminho devemos seguir e, nós seguiremos com você. Mas não siga sem nós o caminho correto. Ele é sem nós o mais errado. Não se afaste de nós. Podemos errar e você ter razão, portanto não se afaste de nós! Que o caminho curto é melhor que o longo, ninguém nega, mas quando alguém o conhece e não é capaz de mostrá-lo a nós, de que nos serve sua sabedoria? Seja sábio conosco, não se afaste de nós! **(BRECHT, Bertold. 2012)**

Opina-se em dizer aqui neste capítulo, que fazer uma breve análise da temática do sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina é fundamental, na medida em que os sindicatos ligados aos educadores, vêm contribuindo, com suas lutas e reivindicações, no processo de acesso e democratização de alguns dos direitos inerentes a esfera educativa, às condições de trabalho e avanço na carreira e elevação salarial.

Embora, direitos educacionais e conquistas trabalhistas do magistério sejam coisas diferentes, uma implica na outra, pois se as condições de trabalho do educador forem satisfeitas, certamente, rebatem no atendimento ao direito da educação básica da população. Visto que, os problemas são de toda ordem, salas de aulas superlotadas, falta de estrutura nas escolas, baixos salários, jornadas estafantes, falta de vagas, especialmente na chamada educação básica.

Levando em consideração o que foi posto cabe dizer que o processo histórico nos instiga a compreender o sindicalismo docente como parte do sindicalismo e do mundo do trabalho, constituindo-se de maneira dinâmica e multifacetário, sendo uma construção social, fomentada pelas experiências de vida, tanto no âmbito coletivo das instituições e organizações sociais, quanto das singularidades individuais.

3.1. Trabalhadores em Educação e o Mundo do Trabalho

Para Marx (2003, p. 7), “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. É no confronto com uma realidade em que o trabalho é fonte de exploração do homem pelo homem que emerge o sindicato como produto da luta de classe existente na sociedade e mais precisamente, produto da guerra entre o capital e o trabalho promovida pelo modo de produção e acumulação capitalista.

A produção material da existência humana que Marx e Engels (1998) salientam apontam para uma categoria central na teoria marxiana, que, como já afirmamos, é o trabalho.

Uma vez que se pode distinguir os homens dos animais por tudo o que se queira, mas eles próprios, de fato, se distinguem na medida em que começam a produzir seus meios de vida.

A relação homem e natureza só é possível pela mediação do trabalho. Não à toa que Marx e Engels (1998, p. 11-12) concluíram que “Reconhece-se da maneira mais patente o grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas de uma nação pelo grau de desenvolvimento alcançado pela divisão do trabalho”. Pelo trabalho o homem modifica a natureza e a si próprio (FREITAS, 2011)

Dentro dessa lógica, entende-se que o trabalho antes de tudo é uma relação entre o Homem e a natureza, ou seja, a transformação da natureza através do Homem para satisfazer suas necessidades. Entendendo essa relação, do homem com a natureza, constatamos que o trabalho é a base da sociedade humana, pois é através desse, que se iniciam as relações sociais, há uma cooperação de seres humanos entre si para fazer uso da natureza.

O trabalho, é uma atividade que não se limita apenas a transformar o material sobre o qual o homem decide operar, mas que busca imprimir nele o projeto que, conscientemente, tem como objetivo. A partir do instante em que o trabalho deixou de ser uma mera atividade instintiva, passando a ser o resultado de um plano previamente elaborado, ali teve início a espécie humana, com sua capacidade original e única de transformar a realidade de acordo com seus desejos. (ENGEL, 1876).

Nesse sentido, o trabalho é a atividade essencial do homem, uma categoria constitutiva da vida humana, através da qual se põe em contato com sua exterioridade e com os outros, com os quais e para os quais realiza esta tarefa. Ao dominar e transformar a natureza pelo trabalho, e a partir daí construir sua própria vida,

> [...] O homem foi definido como o animal que constrói seus próprios utensílios. É correto, mas é preciso acrescentar que construir e usar instrumentos implica necessariamente, como pressuposto imprescindível para o sucesso do trabalho, que o homem tenha domínio sobre si mesmo. Esse também é um momento do salto a que nos referimos, da saída no homem da existência animalesca. Também sob este aspecto o trabalho se revela como o instrumento da auto criação do homem como homem. Com sua auto realização, que também implica, obviamente, nele mesmo um retrocesso das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, auto fundado: o ser social (Lukács,1981, p. 54).

Na lógica Lukácsiano, é o trabalho que realiza o salto ontológico entre a esfera animal (orgânica) e a social. Esta é a única categoria do ser social que tem um caráter eminentemente intermediário, isto é, ele constitui o móvel da inter-relação material entre homem enatureza. A categoria trabalho é a atividade que transforma um produto natural em um objeto social, uma mediação entre o humano e a natureza, e através da qual se processa a socialização dos seres humanos.

O trabalho, portanto, é o elemento fundante e estruturante da materialidade humano-social e mediador da vida social do ser. Se encontra presente tanto na literatura ficcional quanto na científica no curso da história da humanidade. Ou seja, o trabalho sempre ocupou a centralidade da vida humana, adquiriu caráter preponderante na formação das civilizações.

Nessa sociedade, (capitalista) segundo Marx (1987, p. 50)

> [...] o trabalho se converteu, não só numa categoria mas na própria realidade, e um meio para criar a riqueza em geral, deixando de estar vinculado aos indivíduos como determinação dentro de uma particularidade. Nestas condições, "alcançou seu mais alto grau dedesenvolvimento na forma de existência mais moderna das sociedades burguesas, onde a abstração da categoria 'trabalho', 'trabalho em geral', trabalho sem mais, ponto de partida da economia moderna, torna-se verdade prática.

Ou seja, ao produzirem as condições para viver, os homens e mulheres constroem as relações sociais, criam as formas de organização dessas relações e alimentam as possibilidades de conservar e ou transformar a vida social existente. Historicamente existem diferentes formas de produzir e reproduzir a vida social. Vivemos em uma forma específica de produzir a vida em sociedade, o capitalismo.

Significa dizer que na formação social capitalista, o trabalho foi transformado em mercadoria. Ou seja,os trabalhadores para sobreviver, trocam a sua capacidade de trabalho por salário. E este, é transformado em mercadorias que representam parte das condições das quais os trabalhadores poderão satisfazer as suas necessidades básicas (e outras tantas), e a variedade de mercadorias criadas pelas mãos humanas parece ter chegado a números quase incalculáveis.

O trabalhador, sujeito fundamental da produção da riqueza social, é submetido a um processo progressivo de empobrecimento, e pressionado a incorporar na sua formação, informações que em nada asseguram seu ingresso no mercado de trabalho ou ainda, sua permanência neste. Assim, é impossível e inaceitável confundir essa força com qualquer outro meios existentes de se executar tarefas, ainda que os capitalistas insistam em tratar o cavalo, o tear mecânico, o vapor, o motor a combustão, a energia elétrica, o telefone e a força humana como equivalentes, pois a eles o que interessa é apenas o resultado da produção, ou seja, o aumento de suas taxas de lucros.

Para Marx e Engels (1998), o pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, de toda a história humana, é o de que todos os homens devem ter condições de viver para poderem fazer a história. Mas para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se, dentre outras coisas mais. E para isso,

> [...] O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida (MARX e ENGELS, 1998, p. 81).

Pode-se afirmar que a produção material da existência humana que Marx e Engels (1998) salientam apontam para uma categoria central na teoria marxiana, que, como já afirmamos, é o trabalho. Uma vez que se pode distinguir os homens dos animais por tudo

o que se queira, mas eles próprios, de fato, se distinguem na medida em que começam a produzir seus meios de vida.

Evidencia-se que a relação homem e natureza só é possível pela mediação do trabalho. Não à toa que Marx e Engels (1998,) concluíram que "Reconhece-se da maneira mais patente o grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas de uma nação pelo grau de desenvolvimento alcançado pela divisão do trabalho". Pelo trabalho o homem modifica a natureza e a si próprio (FREITAS, 2011).

No sistema capitalista, entretanto, o trabalho perde o seu valor histórico e ontológico. Marx expôs bem isso nos seus Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, quando faz a seguinte afirmativa: O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão.

Na lógica capitalista, o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (MARX, 2004, p. 80).

Pois, na sociedade do capital, o produto produzido pelo trabalhador lhe aparece como um ser estranho, como um poder independente do produto; é a objetivação do trabalho: "[...] quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital" (Idem, Idem, 2004).

Sobre as consequências do trabalho alienado, Marx escreveu: "Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo [...] tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, e tanto menos o trabalhador pertence a si próprio" (Idem, Idem, 2004).

No entendimento de Marx (1983), o trabalho no capitalismo, assume uma inversão. Ou seja, se o trabalho antes construía o homem, agora, no modo de produção capitalista, ele o destrói. Dessa forma, chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como ser livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só se sente como animal. O animal se torna humano, e o humano animal.

De acordo com o que foi exposto aqui, torna-se importante destacar que ao tratarmos da categoria trabalho segundo a lógica marxista, não se pode, sob hipótese alguma, incorrer no erro de que o trabalho encerra tão somente em produção material. Para Marx, como já expomos aqui, o trabalho é a realização humana; é tanto a produção

material como espiritual. Em razão disso é que diz que o capital “mortifica o físico e arruína o espírito”. (MARX, 2004, p. 82-83)

O sistema capitalista, mundialmente dominante, no que diz respeito à produção de bens e riquezas, tem como meta o constante aumento e acumulação dessa produção, pouco se preocupando com o desenvolvimento de ser humano enquanto tal. Essa despreocupação se justifica, à medida que o ser humano interessa, tão-somente, como instrumento que possa colaborar para a consecução das finalidades desse sistema. Portanto, o ser humano interessa ao sistema capitalista somente enquanto força de trabalho e não como um ser que sente, que sofre, que tem necessidades e desejos, e que quer desenvolver plenamente as suas potencialidades.

Nesse sentido fica claro que as estratégias utilizadas pelo capitalismo, trazem mudanças significativas no mundo do trabalho, que incidiram em alterações profundas na vida e nas condições de trabalho dos trabalhadores e em especial dos trabalhadores em educação. Como a implantação do modelo capitalista, apresentando medidas ideológicas e políticas que degradam cada vez mais as condições de vida e de trabalho, cujos rebatimentos por parte dos trabalhadores incitam a necessidade de organização dos mesmos.

Paradoxalmente a essa forma assumida pelo capital, historicamente, os trabalhadores demarcaram com lutas, o seu posicionamento enquanto classe antagônica a esse sistema. A forma coletiva de organização política foi uma das estratégias assumidas pelos trabalhadores durante o século XX, que se organizaram visando dar encaminhamentos às ações e demandas trabalhistas oriundas de interesses de classe e em torno do trabalho.

Quando se trata da categoria trabalho dentro da perspectiva docente, Dal Roso (2011), parte do entendimento de que a principal força de trabalho é a mercadoria, “a única que possui a virtualidade de conferir valor a todas as outras mercadorias” (DAL ROSSO, 2011, p.24), e o seu caráter de trabalho não está somente na atividade física, mas também na atividade intelectual, onde se encontra o professor, sendo então o seu trabalho produtivo e a instituição onde atua, consequentemente, local fundamental na produção de força de trabalho, de mão de obra, que será inserida no mercado e produzirá mais-valia.

A produção da riqueza material se faz diretamente sobre o objeto, na transformação dos bens materiais por meio do trabalho humano, e aqui, o

conhecimento intelectual não está no valor do produto produzido, mas na formação dos trabalhadores. Para Dal Rosso (2011), o sistema educacional tem papel fundamental na formação da mão de obra, ligado à produção futura de mais-valia, "(...) desta forma, o trabalho docente é mediatamente produtivo" (DAL ROSSO, 2011, p.25). O docente, a despeito da especificidade de sua tarefa relativa à produção dos valores e dos conhecimentos da sociedade, não constitui uma classe diferente, é um trabalhador explorado como os demais (Idem, Idem, 2011).

Compreendendo o trabalho intelectual como aquele que prepara o indivíduo parao mercado de trabalho, que futuramente produzirá mais valia, como afirma Dal Rosso (2011), percebemos o sistema educacional e sua ampliação voltados para o mercado de trabalho, na intenção da produção de mão de obra.

Volta-se para a Educação um olhar econômico, segundo Frigotto (1989), a partir da década de 1950 a teoria do capital humano torna-se assunto de destaque, com a 'necessidade' de empregar no sistema educacional as medidas de produção industrial.

> [...] Os recursos públicos alocados em educação entram na lógica dos investimentos que o Estado efetiva, que, como vimos anteriormente, no capitalismo monopolista, não só transformaem produtor direto de mercadorias, mas administra os fundos públicos na ótica particular a ponto de esmaecer-se a distinção público-privado. Os gastos públicos em educação vão, então, somar-se ao circuito do capital em geral. (FRIGOTTO, 1989, p.158).

Neste sentido, os investimentos em educação tornam-se ferramenta do sistema para reprodução das relações capitalistas, e o docente, parte desta engrenagem.

E assim, articulam-se, os saberes propostos pelo sistema educacional, de forma a contemplar questões relacionadas ao mercado, como a formação social, educacional, técnica e ideológica para o trabalho. A teoria do capital humano[19] aparece como a possibilidade de mudança social por meio da educação, sem levar em consideração as diferenças nas instituições, na formação docente, entre outros e, sobre isto, Frigotto (1993) afirma que,

[19] A Teoria do Capital Humano é uma teoria econômica que sustenta que o investimento em educação, treinamento, saúde e outras formas de desenvolvimento pessoal pode aumentar a produtividade dos indivíduos e, consequentemente, a prosperidade econômica geral. Ela vê os gastos com educação e desenvolvimento como um investimento em "capital" semelhante ao investimento em bens de produção, como máquinas ou infraestrutura. (VIANA e LIMA, 2010).

> [...] O investimento no "fator humano" passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e consequentemente, de mobilidade social. (1993, p.41)

Diante do exposto, pode-se dizer que as mudanças econômicas, políticas e sociais influenciam os olhares sobre os docentes e sobre a Educação, promovendo mudanças operacionais e administrativas, na busca de fazer da Educação uma ferramenta do e para o mercado, que potencialize a produção de riquezas.

Sob o viés do fator humano, o docente seria responsável, mesmo em níveis e instituições de ensino diferentes, por meio do seu trabalho social coletivo a formar e capacitar os indivíduos para o mercado de trabalho. Assim, com as mudanças políticas, sociais e econômicas, a "classe dos professores" acabou passando pelo processo de proletarização. Este conceito pauta-se na teoria marxista, indicando que o controle docente sobre seu trabalho se perde. Submetendo-se ao trabalho assalariado, à especialização e rotinização em oposição à autonomia; submissão a regras de rentabilidade ou racionalidade formal.

Bauer, Pontes e Mathias (2013) fizeram um rápido balanço sobre o sindicalismo docente na América Latina, e perceberam a existência de grandes mobilizações docentes da década de 1980. Verificou-se, em vários países (com destaque para o México e o Brasil, onde o ciclo de mobilizações começou em 1978 e 1979 respectivamente), que era difícil achar antecedentes de greves tão radicais.

Também foram registrados movimentos grevistas no Peru, Argentina e Chile, onde, entre 1968 e 1975, tinham sido levadas adiante vigorosas experiências sindicais; a mobilização sindical foi retomada. Este processo de agitação dos sindicatos de professores na região, naqueles dias, se explica pela longa recessão econômica (que debilitou as contas fiscais e, por essa via, as remunerações dos professores), a continuidade da expansão do sistema educacional (conseguido em parte por meio da redução salarial dos trabalhadores do sistema), as altas taxas de inflação (que empurravam os trabalhadores a conflitos grevistas para manter o poder aquisitivo) e os processos de democratização política (que deram a abertura suficiente para que o descontentamento

generalizado se expressasse e politizaram os movimentos). (BAUER, PONTES E MATHIAS, 2013).

Segundo Ferreira (2007, p. 288), esses tipos de conflitos entre os governos e os docentes na América latina, giravam em torno dos seguintes temas:

> [...] A defesa da escola pública e a exigência de que o estado cumpra com suas obrigações em matéria educativa; A luta contra qualquer medida em que se perceba um sentido privatizante; A denúncia constante sobre o caráter excludente das políticas neoliberais; A exigência de uma maior participação dos docentes no debate e na formulação das políticas educacionais; a importância da profissão docente e a necessidade de valorização.

Diante do exposto, fica claro que em diferentes países da América Latina foram realizadas mudanças significativas no modo com que se governa e se tomam decisões sobre o sistema educativo, preconizando como objetivo a melhoria da qualidade da educação, sua descentralização, o fortalecimento do poder local e a promoção da autonomia – pontos comuns que estiveram presentes nas plataformas das reformas recomendadas na maioria dos países.

Ocorre que a efetivação das propostas de reformas educacionais na maioria dos países latino-americanos trouxe mudanças que afetaram direta e profundamente os docentes e as organizações sindicais. Essas invariavelmente se opuseram às reformas e se constituíram no principal obstáculo à sua consumação. (BAUER, PONTES E MATHIAS, 2013).

No que se refere ao sindicalismo docente brasileiro, percebe-se que o modelo associativo predominou até o final dos anos de 1970 como a forma mais legítima de organização da categoria. As justificativas para a criação dessas associações quase sempre se valeram da denúncia da falta de prestígio da categoria, o alijamento dos professores quanto às decisões relativas à estruturação do sistema de ensino, a baixa remuneração, os atrasos frequentes no pagamento dos salários e a contratação de docentes a título precário colocavam esses profissionais numa situação de grande insatisfação e deixava-os vulneráveis às perseguições políticas. (ROSSO, 2011).

Aqui no **Brasil,** as primeiras entidades representativas docentes começaram a nascer no final do Segundo Império. Importante destacar que neste período, principalmente com o processo de independência em 1822 e na sequência, a Constituição

de 1882, que se encontra o primeiro esboço de uma política educacional no Brasil. Essa política já apontava o princípio da gratuidade. No entanto, a mesma norma legal era explicita ao garantir apenas aos cidadãos livres, o acesso á educação. Este dispositivo excluía escravos, indígenas e mulheres. Ou seja, a grande maioria da população brasileira. (GOUVEIA e FERRAZ, 2013).

Os estudos de Vicente e Lugli (2009) identificaram neste período (Imperial), a Sociedade Literária Beneficente Instituto dos Professores Públicos da Corte (1874-1875), a Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro (1875), a Associação dos Professores Públicos da Corte (1877), o Grêmio dos Professores Primários de Pernambuco (1879) e o Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte (1881).

No que se refere ao período republicano os estudos de Catani (1989); Silva (2004) e Cruz (2008) traz a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo - ABPPSP, fundada em 27 de janeiro de 1901. Essa associação se propunha a reunir professores do ensino público para proporcionar benefícios aos seus membros, como prestação de serviços de saúde, assistência financeira em caso de moléstia, invalidez ou necessidade momentânea, assistência jurídica e manter o aprimoramento moral e intelectual do professorado paulista.

Cabe salientar que,

> [...] Antes desta organização existiram intenções de fundar uma agremiação de congregasse os professores e as professoras de São Paulo, tal foi a declaração do Inspetor Geral, professor Emílio Mario de Arantes, na Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, em 1902. Porém, o desejo de organizar o campo educacional com participação dos professores não prosperou antes de 1901. O espaço ficou restrito a existência de publicações de caráter lítero - pedagógicas, como por exemplo, o periódico "A Instrução Popular" do Instituto Pedagógico Paulista, de 1895. O objetivo deste Instituto centrava-se na difusão do conhecimento, contudo, não há registro de continuidade desta iniciativa (RÊSES apud CRUZ, 2008)

Seguindo a linha de criação dessas fundações, conforme vimos acima, nota-se que no ano de 1919 ocorreu mais uma criação, dessa vez foi a Liga do Professorado Católico em São Paulo. Em 1926, o professor David José Perez ajudou a fundar, junto com outros professores e no ano de 1928 a Associação do Professorado Católico do Distrito Federal. E mais tarde, em 19 de março de 1930, surge também em São Paulo o Centro do

Professorado Paulista - CPP como organização de classe, sem fins lucrativos e incorpora o patrimônio da Associação Beneficente do Professorado Público, que foi extinta naquela data. (CRUZ, 2008).

Cabe elucidar que uma característica marcante dessa organização dos professores foi a existência de dois longos mandatos de dirigentes: o primeiro foi seu fundador, o professor normalista Sud Mennuci, que dirigiu a entidade até sua morte em 1948, permanecendo por longos 18 anos. Depois de um vácuo de poder no Centro, o segundo dirigente a assumí-lo foi o também professor normalista, Sólon Borges dos Reis, em 1956, que somente deixou o cargo em 1997, permanecendo por longos 40 anos. Este último constituiu-se num líder populista e garantiu um crescimento patrimonial para a entidade com inúmeras sedes regionais e uma imponente sede central. Tanto que nos anos 70 o CPP é a segunda maior associação docente da América latina. (RÊSES, 2015)

Esta entidade teve como objetivos: a) acompanhar a vida funcional de seus associados para garantir que os seus direitos não fossem violados; b) realizar atividades recreativas (bailes, excursões, etc). Estes objetivos foram responsáveis pela criação de dois departamentos na instituição: Departamento de Assistência Médica e Jurídica e Departamento de Turismo e Colônia de Férias. (Idem, idem, 2015).

No ano de 1933, deram origem à Confederação Católica Brasileira de Educação – CCBE. Outro movimento que se inclui no marco do associativismo dos professores é o Centro do Professorado Primário de Pernambuco (CPPP), que nasceu como associação do professorado primário em 1929, por iniciativa da professora Maria Elisa Viegas de Medeiros, sua primeira presidente e também foi parte da "elite pedagógica" da época. Naquele ano, a referida professora também era diretora de Grupo Escolar e iniciava estudos sobre ruralismo, pioneiros no estado (LUGLI, 2002).

Em função do interesse por essa área, a professora Viegas manteve contato com o professor Sud Menucci, que era expoente desse movimento educativo e se tornou o primeiro presidente do CPP de São Paulo. O professor Menucci sugeriu que a professora fundasse a Associação de Professores Primários de Pernambuco. A Associação somente obteve o seu registro legal em 1951 e suas atividades ganharam impulso após 1955, justamente no período que a professora Maria Elisa Viegas foi eleita deputada estadual. (RÈSES, 2015)

Outro movimento associativo de professores da Primeira República foi a Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais - APPMG, que iniciou suas

atividades em 27 de agosto de 1931 com o objetivo de prestar "amparo material e moral" às professoras primárias daquele estado.

Um dos principais serviços dessa associação era a conceção de empréstimos financeiros às suas sócias. Também eram oferecidos descontos em cinemas, passagens, assistência médica, cursos de línguas e de atualização cultural e pedagógica. Em 1940 a organização associativa alcançou a cifra de mil associadas, dentre as quais 685 eram consideradas efetivas. No ano de 1944, a APPMG passa a reivindicar aumentos salariais, discutir a carreira das professoras e a pronunciar-se sobre as iniciativas do governo estadual na área de educação (LUGLI, 2002).

Continuando na lógica da autora mencionada, evidencia-se que a entidade foi dirigida por professoras integrantes da "alta aristocracia do ensino" até o final da década de 1960. Essa "elite pedagógica" caracterizava-se pela frequência ao Curso de especialização e aperfeiçoamento em administração escolar do Instituto de Educação, ministrado desde adécada de 1930. Em 1969 este curso deu origem à faculdade de Pedagogia de Minas Gerais.

Tomando como referência os estudos de Rosso (2011) pode-se destacar que o movimento de constituição de associações representativas do magistério primário teve um novo impulso nos anos 1940, sobretudo após a queda da ditadura Vargas, em 1945. A partir desse período, houve a criação de entidades nos estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, da Bahia e no antigo Distrito Federal. Em São Paulo, onde desde 1930 funcionava o Centro do Professorado Paulista - CPP, passou a existir também a União dos Professores Primários do Estado de São Paulo - UPPESP.

No que tange a outros níveis de ensino, além do primário, surgiu em 1926 a Confederação do Professorado Brasileiro – CPB[20] fundada pelo professor David José Perez, que reunia professores do ensino secundário e tinha caráter anarquista.

Cabe dizer que:

> [...] A CPB se amparava na organização mutualista, conforme o seu objetivo central: "nosso fim é o de proporcionar a união da classe, amparar a família do associado por meio de um pecúlio e, quando necessário, auxiliar o consórcio por intermédio da nossa caixa de empréstimos" (Almanaque do Ensino apud Coelho, 1988:22). A sede da CPB, na Rua do Rosário, Centro do Rio de Janeiro, serviu inclusive

[20] Não confundir esta CPB com a CPB (Confederação dos Professores do Brasil) que surge em 1973 em São Paulo.

> para que professores particulares preparassem alunos para os exames de admissão ao Colégio Pedro II, ao Colégio e Escola Militar, aos vestibulares, etc. A associação foi extinta em 1931 com o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro, por inciativa do movimento anarco-sindicalista e em oposição ao sindicalismo oficial do governo de Getúlio Vargas. Porém, em novembrodo mesmo ano ele deixa de funcionar. (RÊSES, 2015 p. 57)

De acordo com o acima citado, percebe-se que em 1945 temos a Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo - APESNOESP. Nesse momento, ocorria a expansão das escolas normais e secundárias, o que provavelmente favoreceu a criação e o desenvolvimento dessa associação, cujo êxito foi mais notável do que o de iniciativas congêneres empreendidas na década anterior. (CRUZ,2008).

Quanto ao período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, novas associações de professores primários surgiram em diversos estados brasileiros, entre os quais se destacam os casos de Pernambuco, Ceará, Piauí, Alagoas, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso. Isto favoreceu a fundação, em 1960, da CPPB, entidade representativa do magistério primário em nível nacional. (Idem, Idem, 2008).

A CPPB procurou desempenhar um papel ativo. Foi dessa forma que ela, por exemplo, incentivou a formação de entidades docentes nos estados, estabelecendo contatos constantes com os professores das regiões onde não existia qualquer tipo de organização da categoria, o que nem sempre era fácil, por causa das dificuldades financeiras que ela enfrentava. Este foi um problema relativamente aliviado em 1962, quando a CPPB filiou-se à Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino - CMOPE, com sede na Suíça. Dois anos mais tarde, entretanto, o surgimento acelerado do associativismo docente depara-se com o Golpe Civil-Militar, tendo então que conviver com as suas consequências. (GADOTTI, 1996).

No que se refere aos professores secundários das redes públicas de ensino, bem como aos diretores e técnicos educacionais, houve a constituição de entidades específicas na Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina e Guanabara.

Algumas dessas associações foram incorporadas, ao final da década de 1980, pelos sindicatos representativos do magistério oficial, recém-criados. Estes, em sua grande maioria resultaram da fusão de associações já existentes ou de entidades que alteraram seus estatutos.

Um exemplo desse tipo de fusão pode ser encontrado no movimento docente carioca: a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPRJ) – fundada em 1948 como União dos Professores Primários do Distrito Federal (UPP-DF) e posteriormente denominada União dos Professores do Estado da Guanabara (UPEG) – fundiu-se, em 1979, com a Associação de Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e com a Sociedade Estadual de Professores (SEP) – ambas criadas em 1977 – dando origem ao Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro (CEP/RJ). Em 1988, a entidade transformou- se no Centro Estadual de Profissionais de Ensino (CEPE/RJ) e, em 1989, após a Constituição de 1988 ter permitido a sindicalização de funcionários públicos, tornou- se o Sindicato Estadual de Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/ RJ) que, em 1992, se uniu à Associação dos Orientadores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro (AOERJ) e à Associação dos Supervisores Educacionais do Estado do Rio Janeiro (ASSERJ), a fim de ampliar o seu campo de representação. (GOUVEIA e FERRAZ, 2013).

É sabido que o período democrático que se segue ao fim do Estado Novo é marcado pela tensão entre centralização e descentralização na educação brasileira e, tanto a Constituição de 1946 quanto a LDB de 1961 tentam conferir uma maior coesão ao conjunto disperso da legislação getulista. A perspectiva é resolver a questão através de uma maior centralização do Sistema de Ensino.

No entanto, essa perspectiva terá pouca efetividade prática, pois é rapidamente interrompida pelo golpe de 1964. De qualquer maneira, a preocupação com a organização de um sistema nacional refletia, em parte, a demanda de professores que não apenas tinham reivindicações nacionais, como o piso salarial de Cr$ 3 mil para os professores de todo o Brasil, em 1953 (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 139).

Já o regime militar que se segue ao golpe de 1964 não apenas interrompe prematuramente o debate sobre a organização do sistema nacional, como impulsiona um processo ampliado de descentralização que atingirá o nível municipal de oferta de ensino. Nessa perspectiva, a reforma do ensino de 1º e 2º graus, configurada na Lei 5692/1971, tem como consequência um crescimento exponencial da oferta de matrículas.

Para atender essa nova demanda induzida, vislumbra-se um duplo movimento: de um lado, há um impulso na profissionalização do magistério, representado pela exigência de Estatutos Estaduais e Municipais; mas por outro, a insuficiência de mão de obra

capacitada e de fontes regulares de financiamento no interior do Estado produziu a incorporação de um número elevado de leigos no sistema de ensino.

Contudo, esse duplo movimento nas condições de trabalho significa, do ponto de vista da organização política de interesses, o horizonte político e simbólico da luta pela valorização profissional, em um contexto objetivo de precariedade das condições de trabalho. Esse cenário, aliado ao contínuo crescimento absoluto do número de professores, configurou um conjunto ideal de condições sociais objetivas para o crescimento da atividade política de cunho corporativo, que resultou nas greves de finais dos anos de 1970 e início de 1980. É nessa conjuntura que as associações de professores começam a assumir um caráter propriamente de representação de interesses, dando origem, após a Constituição de 1988, a entidades propriamente sindicais. (GOUVEIA e FERRAZ, 2013).

Diante do exposto, pode-se dizer que o final dos anos de 1970, a década de 1980 e a primeira metade dos anos de 1990 presenciaram transformações qualitativas na prática de mobilização coletiva e de representação de interesses dos professores brasileiros, assim como a consolidação de um novo marco institucional para a política educacional.

O final dos anos de 1970, por exemplo, em função das reformas educacionais do regime militar, o número de professores na rede pública havia crescido exponencialmente, a perspectiva de profissionalização e valorização do magistério havia sido sinalizada, mas as condições de trabalho permaneciam precárias e o rendimento dos professores sofria um processo de depreciação constante, principalmente após a crise do petróleo.

Para Rosso (2011) transformações importantes na organização dos professores foram desencadeadas pela implantação do primeiro grau de oito anos, por meio da Lei n. 5.692 de 1971. Assim estruturado, o sistema escolar aparentemente eliminou a segmentação entre o magistério primário e o secundário ginasial. Essa espécie de "unificação" refletiu-se no movimento docente brasileiro, conforme evidenciam as entidades criadas após essa mudança nos estados da Paraíba, Maranhão, Sergipe, Ceará, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais, cuja denominação já não expressava a distinção entre primário e secundário. Além disso, as associações já existentes reorganizaram-se para representar os docentes, independentemente do nível de ensino em que seus associados lecionassem.

Esse cenário de arrocho salarial e a perspectiva de construção de uma identidade profissional tornaram-se combustíveis para um ciclo de mobilizações coletivas e de greves, com caráter tipicamente trabalhista que os professores ainda não tinham experimentado em toda a história brasileira. (GOUVEIA e FERRAZ, 2013).

Rêses (2015) destaca que o ano de 1979 foi o ápice dos desdobramentos dos primeiros anos de ascensão das organizações docentes em direção a uma perspectiva sindical.

Pois, as manifestações

> [...] adquiriram maiores proporções e maior nível de organizaçãoem todo o país. Greves eclodiram de todos os recantos, atingindo 16 estados da Federação – dentre estes, Rio Grandedo Sul, Rio de Janeiro, Brasília, Pernambuco, Paraíba e Bahia -,somando forças, envolvendo as redes pública e particular de ensino. Nesse processo, organizaram-se campanhas salariais e realizaram-se assembleias gigantes, com até dez mil participantes (PEREIRA, 1991 p. 09).

E nessa sequência de mobilizações, ainda em 1979, aconteceu em São Paulo o 1º Encontro Nacional dos Professores, objetivando partilhar as experiências vividas, bem como realizar avaliações conjuntas. Neste Encontro, a Confederação dos Professores do Brasil - CPB foi objeto de discussão, concluindo-se que a organização reunia em sua maioria instituições burocráticas edescomprometidas. Assim, decidiu-se por uma nova entidade nacional.

A fundação desta nova entidade ocorreu em janeiro de 1981, em Congresso realizado em Recife. Tratou-se da União Nacional dos Trabalhadores em Educação - UNATE, denominação que evidencia a presença da compreensão, no seio do sindicalismo docente brasileiro, segundo a qual, do ponto de vista de classe, o professor é um trabalhador. Na tentativa de garantir o seu espaço a CPB reagiu. Por exemplo, modificou os seus estatutos, instituindo a realização de um congresso anuale atribuindo a este o poder de instância máxima de deliberação. Prerrogativa que surge como uma tentativa de contrariar as acusações que lhe são feitas,como o caráter burocrático da entidade e a falta de democracia interna. (RÊSES, 2015).

Estava estabelecida a divisão no interior sindicalismo docente brasileiro, de um lado os partidários da CPB e, do outro, os da UNATE. No entanto, a existência dessa última

> [...] foi marcada pela falta de condições infra-estruturais, sendo mantida, sobretudo, pela contribuição da APEOESP e da UTE (União dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais), contando com o apoio político da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco - APENOPE. (RÊSES, 20015).

Dessa maneira, as suas lideranças terminaram por concluir que o caminho mais adequado para o movimento, em âmbito nacional, seria o redirecionamento da CPB, pelo que então decidiram-se pelo regresso à mesma e tentando conquistar o seu controle.

Do êxito obtido nesse sentido, e com a unidade organizacional, decorreu que a CPB se fortaleceu, firmando-se nacionalmente como a entidade representativa dos professores dos Ensinos Fundamental e Médio.

Os estudos de Gadotti (1996) permitem compreender que em 1989, a CPB transformou-se na CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). A denominação "trabalhadores em educação", em vez de "educadores", "professores" ou "profissionais da educação", reflete a mudança de percepção da própria categoria no conjunto dos trabalhadores em geral. Ela toma consciência de que os problemas que afetam os docentes são basicamente os mesmos de outras categorias de trabalhadores. Portanto, as lutas do magistério são consideradas, a partir de então, semelhantes às dos trabalhadores em geral.

Em 1978 foi fundada a ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação), hoje Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (com a mesma sigla), inicialmente uma associação de coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação que logo se abriu (1979) para professores, alunos e pesquisadores em educação.

Em 1979 foi criada a ANDE (Associação Nacional de Educação). Isso se deu no momento em que os educadores retomavam a bandeira de luta pela "educação pública e gratuita para todos" contra a política privatista do regime militar.

A união dessas três entidades – CEDES, ANPEd e ANDE – na preparação da CBE (Conferência Brasileira de Educação) deu-se a partir da reunião anual da ANPEd de Salvador (1979), onde os participantes demonstraram interesse pelo mesmo tema: "política educacional", proposto pelo CEDES, para a realização do II Seminário de Educação Brasileira. O encontro mudou de nome para Conferência Brasileira de Educação, mantendo-se o tema do seminário proposto pelo CEDES. Essa iniciativa contou logo com o apoio do CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea).

Essas quatro entidades realizaram, no início de 1980, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – um dos mais importantes bastiões de resistência ao regime militar –, a I Conferência Brasileira de Educação, chamada de "brasileira" para distingui-la das Conferências "nacionais" da ABE. (GADOTTI, 1996).

É no final da década de 70 e início de 80 que surge o maior número de entidades educacionais, tanto as que se referem à educação formal quanto às que se situam na área de educação sindical, popular e não-formal ou extra-escolar.

Após uma fase de repressão e outra de relativa abertura, depois de 1985, vivemos uma fase de consolidação das entidades e organização dos trabalhadores em educação. De uma fase crítica, com intensa mobilização, greves e manifestações públicas, passou para uma fase orgânica de propostas, participando na elaboração de políticas públicas em todos os níveis e particularmente na elaboração do capítulo da educação da Constituição de 1988 – a despeito de toda a desconsideração que sofreu posteriormente – e, depois, na elaboração da nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (GADOTTI, 1996).

E a perspectiva seguida pelo sindicalismo docente era a do Novo Sindicalismo, com as suas entidades a se filiarem à Central Única dos Trabalhadores - CUT, que se consagrou como a porta-voz daquele novo momento do sindicalismo.

Para Rêses (2015), é dentro dessa conjuntura que o movimento docente, definindo-se como de trabalhadores em educação, inicia o processo que vai resultar na mudança de nome da CPB e, mais do que isso, como consequência da identidade assumida, fará com que se busque a unificação de todos os segmentos da esfera educativa dos Ensinos Fundamental e Médio numa mesma entidade, uma entidade de trabalhadores em educação.

Na sequência a tal propósito, buscou-se entendimento com os funcionários administrativos das escolas, bem como com os chamados orientadores e supervisores educacionais, organizados respectivamente na Federação Nacional dos Orientadores Educacionais - FENOE e na Federação Nacional dos Supervisores Educacionais - FENASE.

O processo convergiu para que, num Congresso realizado em Campinas – no Estado de São Paulo – em 1989, a Confederação dos Professores do Brasil - CPB fosse transformada em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE.

A oficialização da unificação organizativa em torno da CNTE ocorreu na sequência dos procedimentos adotados por um Fórum Nacional, criado no Congresso de Campinas, integrado pelos segmentos envolvidos no processo responsável por celebrar a unidade (professores, supervisores, orientadores e funcionários administrativos das escolas). Foi assim que se realizou, no estado de Sergipe, o chamado "Congresso da Unificação". (ROSSO, 2011).

O surgimento da CNTE, portanto, pondo em relevo a organização dos professores como sendo de trabalhadores em educação, consagra a transição realizada pelo associativismo docente brasileiro para um posicionamento sindical.

Conforme o que foi exposto até o momento, pode-se pontuar que os estudos sobre o sindicalismo docente aqui no Brasil, revelam que suas raízes se encontram em antigos movimentos ao redor da construção de um Sistema Público de Ensino no país. Desde o movimento dos pioneiros, passando pela LDB de 1946, pelos debates ao redor do capítulo de educação na Constituinte de 1988 e a LDB de 1996; as reivindicações de base corporativa dos professores estiveram estruturalmente vinculadas aos conflitos sobre as condições de oferta do ensino público e sua incidência na qualidade da educação. (GOUVEIA e FERRAZ, 2013).

Emerge de dois segmentos de trabalhadores assalariados: do magistério público e do magistério privado. Com o objetivo de manter ou melhorar as condições de suas vidas.

Percebe-se que a consciência de exploração é uma condição para a existência de sindicatos, desde que conduza à organização dos assalariados e que, represente uma ação coletiva. Pode-se dizer que a questão da consciência é um elemento crucial para o surgimento da organização sindical.

Neste aspecto Rosso, Cruz e Rêses (2011) diz que:

> [...] As condições de gênese do sindicalismo docente podem ser divididas em materiais e subjetivas. Entre as condições materiais, estão aquelas discutidas até este ponto, a saber, a existência de um número grande de trabalhadores docentes em condição precária de assalariamento, política educacional elitista com restrição ao acesso massivo da população, entre muitas outras. Entre as subjetivas, podem ser arroladas a consciência, o controle social sobre a formação dos docentes e sobre o exercício do magistério, o lugar da ideologia e da política. (p. 114)

Fica evidente que o sindicalismo docente se organizou muitos anos depois do sindicalismo operário. Acredita-se que pelo rígido controle que os governos sempre exercem sobre a atividade docente ou pela dificuldade que os docentes encontram em libertar-se de amarras ideológicas e políticas. (ROSSO, CRUZ e RÊSES, 2011).

Como já enfatizado, o surgimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) é o marco que consagra a transição da organização do professorado brasileiro do mero associativismo ao sindicalismo. E assim configura-se o quadro da representação docente-sindical no país, na esfera do Ensino Básico.

A entidade emergiu dos impulsos do Novo Sindicalismo e reafirmou o seu compromisso com este modelo ao filiar-se à central sindical que é a sua porta-voz, ou seja, a CUT. Isto é, assumiu-se como promotora do sindicalismo docente na perspectiva do Novo Sindicalismo.

Percebe-se também que o desejo de organizar o campo educacional com participação dos professores não prosperou antes de 1901. Visto que, o espaço ficou restrito a existência de publicações de caráter lítero-pedagógicas, como por exemplo, o periódico "A Instrução Popular" do Instituto Pedagógico Paulista, de 1895. O objetivo deste Instituto centrava-se na difusão do conhecimento, contudo, não há registro de continuidade desta iniciativa (CRUZ, 2008).

Evidencia-se que os sindicatos foram precedidos por outras formas de organização defensiva, são as chamadas associações ou uniões que, dependendo das regiões em que surgem, combinam papéis agregadores da categoria docente em torno de questões pedagógicas e científicas, proteção mútua, atividades sociais e culturais, defesa dos interesses dos associados e debate sobre políticas e práticas educacionais. Esse tipo de organização pré-sindical lança raízes século XIX adentro, no Brasil. (BORGES; LEMOS, 2009; CATANI, 2003; CRUZ, 2008 apud ROSSO, CRUZ e RÊSES 2011.).

Nessa lógica, Borges e Lemos (2008) advogam que:

> [...] a emergência do associativismo docente, constituindo-se a partir das lutas empreendidas pelos professores, no início de forma isolada, e, depois de forma conjunta, ajuda a perceber a entrada em cena de novas forças, o associativismo docente, que visou à defesa econômica dos professores mediante a defesa dos seus interesses materiais, sem desconsiderar a defesa das condições de trabalho e a importância da qualidade do ensino. (p.08).

Porém, cabe ressaltar também que a história das associações, representativas do magistério, não ocorreu de formar homogênea. Foi uma história marcada por heterogeneidade, o que resultou em diferentes representações acerca da profissão e do próprio movimento docente. Houve divergências tanto em relação às questões que deveriam ser privilegiadas na luta pela melhoria de estatuto socioprofissional dos professores quanto no tocante às práticas que deveriam caracterizá-la.

Tais divergências permitem entender as dificuldades enfrentadas por certos grupos para se legitimarem como representantes do magistério, o surgimento de entidades voltadas para a defesa de interesses específicos e as alterações na composição de forças em vigor nas associações já existentes. Isto porque a articulação do movimento docente dependia não só do número de profissionais vinculados a determinados grupos, mas também da capacidade de mobilizá-los e de obter apoio de outros setores da sociedade.

Para Rosso (2011, p. 178) "trata-se de uma história marcada por antagonismos que se pautam pelas diferenças de status profissional inerentes a categoria docente". De um lado, encontrava-se os professores primário, sendo que estes compunham um grupo mais numerosos, e com uma regulamentação definida, do outro lado, encontrava-se os professores secundários.

> [...] No primário, as preocupações giravam sobretudo em torno da infância, direcionando os professores a desenvolverem atividades acessíveis aos alunos. No secundário, as preocupações voltavam-se principalmente para o domínio dos conteúdos a serem ensinados. Em consequência desses fatores, constituíram-se diferentes formas de organizar as aulas e a relação pedagógica. (ROSSO, 2011, p. 178).

Nota-se também que na rede pública e na rede particular, eram significativas as diferenças, pois a relação estabelecida com o empregador alterava a maneira como o ofício era visto e impunha problemas de natureza diversa aos professores – a diferença mais marcante entre esses dois grupos é a estabilidade no emprego dos docentes concursados do funcionalismo público.

Não se pode deixar de considerar também a existência de docentes com estatutos profissionais diversos e cujos interesses muitas vezes eram conflitantes. Havia os professores efetivos e os professores contratados em caráter precário; e havia também os diferentes lugares que os docentes ocuparam nos sistemas de ensino, notadamente nas funções de administração.

Acredita-se que esses fatores representaram diferentes posições no campo educacional, que conduziram a diferentes perspectivas, fontes de divergências, disputas e antagonismos entre os professores, dificultando as tentativas de articulação da categoria no âmbito do movimento docente.

Porém, enxerga-se que s associações docentes eram vistas como a melhor forma para reverter tal situação, pois permitiriam ao professorado evidenciar a importância da sua missão e reivindicar um maior reconhecimento social que lhe garantiria a melhoria do seu estatuto profissional e da sua remuneração, bem como a possibilidade de intervir na formulação das políticas educacionais.

Rosso (2011, p.182) ressalta que,

> [...] os professores que tomaram a iniciativa de criar tais entidades foram desenvolvendo estratégias para se legitimarem na qualidade de representantes da categoria. Tais estratégias eram reveladoras do conhecimento que esses professores dispunham da lógica de funcionamento do campo educacional e do sistema de valores com base nos quais os professores estruturavam as suas ações e que, evidentemente, estavam (e estão) sujeitos às transformações pelas quais têm passado esse espaço e a própria categoria docente.

Ou seja, a posição ocupada por esses professores no campo educacional (e fora dele) também era determinante para a obtenção de apoio para esse tipo de empreendimento que, de modo geral, precisava ser divulgado em veículos especializados e na grande imprensa e dependia, ainda, de um mínimo de estrutura para seu funcionamento.

Após o processo de criação propriamente dito, era decisivo manter e ampliar o número de associados; no entanto, o alcance de tal objetivo estava atrelado à eficácia das estratégias mobilizadas para conquistar legitimidade junto à categoria. A eficácia dessas estratégias, por sua vez, dependia da crença que conseguiam produzir não só quanto às possibilidades de intervenção junto ao Estado, mas também em relação à pertinência das propostas apresentadas e das práticas utilizadas para promover a melhoria das condições de vida e de trabalho daqueles que pretendiam representar. (RÊSES, 2015).

Nesse sentido, o que se buscava era justamente a convergência das proposições dos que almejavam a posição de porta-voz do magistério com as concepções de seus integrantes acerca da docência e do próprio movimento de organização da categoria. Tal convergência precisava ser constantemente cultivada, uma vez que ela era condição para

que a instância de representação profissional se concretizasse e se consolidasse.

A atuação organizativa dos docentes, contudo, foi imbuída de propósitos que lhe tornavam de perspectiva acentuadamente associativo-corporativo. Ou seja, tratou-se de uma atuação com uma espécie de inspiração mais de prestação de assistência aos professores do que propriamente sindical, quer dizer, de reivindicações acompanhadas de mobilizações e manifestações públicas.

Enxerga-se que,

> [...] nem sempre as associações de professores tinham vida longa naquele período e pouco chegaram a representar uma força política, o contexto republicano possibilitou a organização de professores, educadores e outros profissionais liberais ao redor da questão educacional. Assim, ao longo dos anos de 1920, diversas reformas estaduais foram praticadas, sob a liderança de educadores que, em 1924, se reuniriam na Associação Brasileira de Educação – ABE. Essa identidade passa a desempenhar importante papel na realização das Conferências Nacionais de Educação e, já no período getulista, expressa publicamente suas convicções através do Manifesto dos Pioneiros, em 1932. [...] em 1960 se dá a criação da Confederação dos Professores Primários do Brasil – CPPB. Essa entidade, mais tarde, em 1973, passa a ser a Confederação dos Professores do Brasil – CPB, e, em 1990, dá origem à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.(VICENTE E LUGLI, 2009).

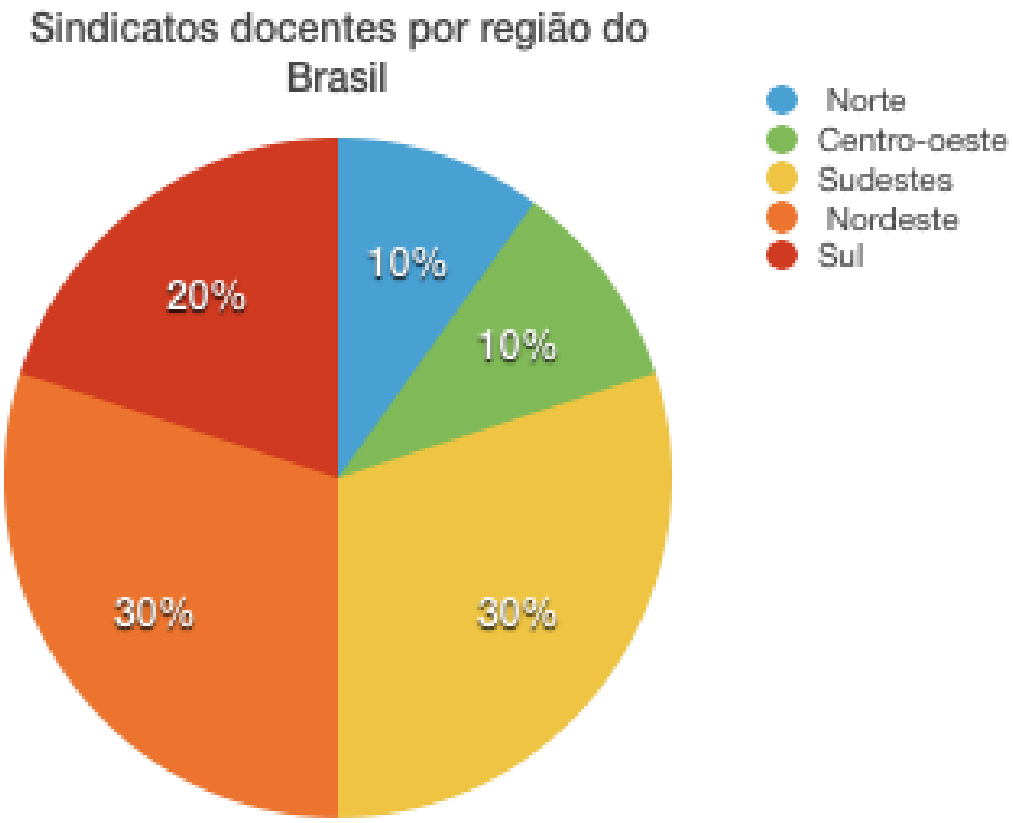
Diante do exposto, percebe-se que o sindicato quando se constitui a organização sindicalismo docente se constitui com o fim da ditadura, acompanhado da elaboração da nova Constituição, estabeleceu-se o direito de sindicalização e de greve para os professores e os demais funcionários públicos, embora remetendo para Lei Complementar a regulamentação sobre "atividades essenciais" em que este direito seria restringido.

A lei veio reconhecer o que já era uma realidade. Visto que, as entidades dos docentes e dos demais funcionários públicos, antes da garantia constitucional, já havia abandonado a perspectiva meramente associativista e tinham se transformado "em sindicatos de fato, pelas mobilizações, greves, negociações, conquistas salariais" (PEREIRA, 1991).

Ou seja, a sindicalização dos professores significaria a plena homogeneização, quanto a posição e condição de classe, com os demais trabalhadores submetidos à exploração capitalista, que se realizaria, em conformidade com o percurso das lutas de classe.

A partir do estudo feito por Dantas (2016) tendo como base o site da CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação segue no gráfico abaixo um panorama sobre o quantitativo de sindicatos docentes por região no Brasil:

Gráfico 01 – Panorama da Distribuição de sindicatos docentes por região no Brasil



Fonte: Dantas, 2016 p.82)

Com base nas análises feitas por Dantas (2016), o gráfico acima, demonstra a predominância do número de sindicatos docentes nas regiões: Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil, respectivamente, essas são as regiões mais populosas do país, conforme dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Acredita-se que a concentração de sindicatos docentes nessas regiões está associada à aglomeração de professoras/es, que atuam nessas localidades, conforme apresenta o Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2022, publicado em fevereiro de 2023 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (DANTAS, 2016).

Cabe destacar que a temática iniciada neste final de capítulo será tema central do capítulo subsequente. Nele será abordado a formação do sindicalismo docente no estado de Sergipe de 1960 a 1980. Acredita-se ser relevante historicizar esse tema no sentido de conhecer e compreender a evolução das lutas por melhorias na qualidade da educação. Pois, se faz necessário entender como os professores se organizaram para enfrentar os desafios desse período.

4. FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SINDICALISMO DOCENTE EM EDUCAÇÃO BÁSICA, DA REDE PÚBLICA, DO ESTADO DE SERGIPE (1960 – 1980)

> "A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memóriacoletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens".
>
> Jacques Le Goff

Neste capítulo, é feito uma breve incursão sobre a conjuntura histórica do estado de Sergipe, envolvendo os aspectos sócio, político, econômico e educacional, levando em consideração o marco temporal da pesquisa (década de 60 a 80). Em seguida procura-se historicizar o surgimento do sindicalismo docente no Estado de Sergipe a partir das analise das entrevistas, ou seja, utiliza-se as vozes dos personagens coletivos, seus intelectuais orgânicos, quais sejam, professores e professoras que construíram o núcleo da associação docente em Sergipe.

É importante esclarecer que a análise dos dados coletados, é trabalhada à luz da indução,ou seja, as abstrações são feitas, a partir dos dados, da frequência com que aparecem ou não. Nessa perspectiva, as respostas dos entrevistados são a essência da pesquisa e delas sairão as abstrações e conclusões.

Se a determinado tema, apenas uma resposta foi registrada, essa resposta pode ser tão importante, quanto as respostas que tiveram grande número de aparições. Nenhuma avaliação é feita a priori. Não é o dado quantitativo apenas o definidor das abstrações, das teorizações sobre os resultados da pesquisa, mas, também a qualidade da resposta. Mesmo que seja apenas uma resposta, deve ser considerada.

Merece destaque também as fontes documentais. A partir das fontes, e das falas dos entrevistados, elabora-se as análises, as quais leva-se em consideração as categorias

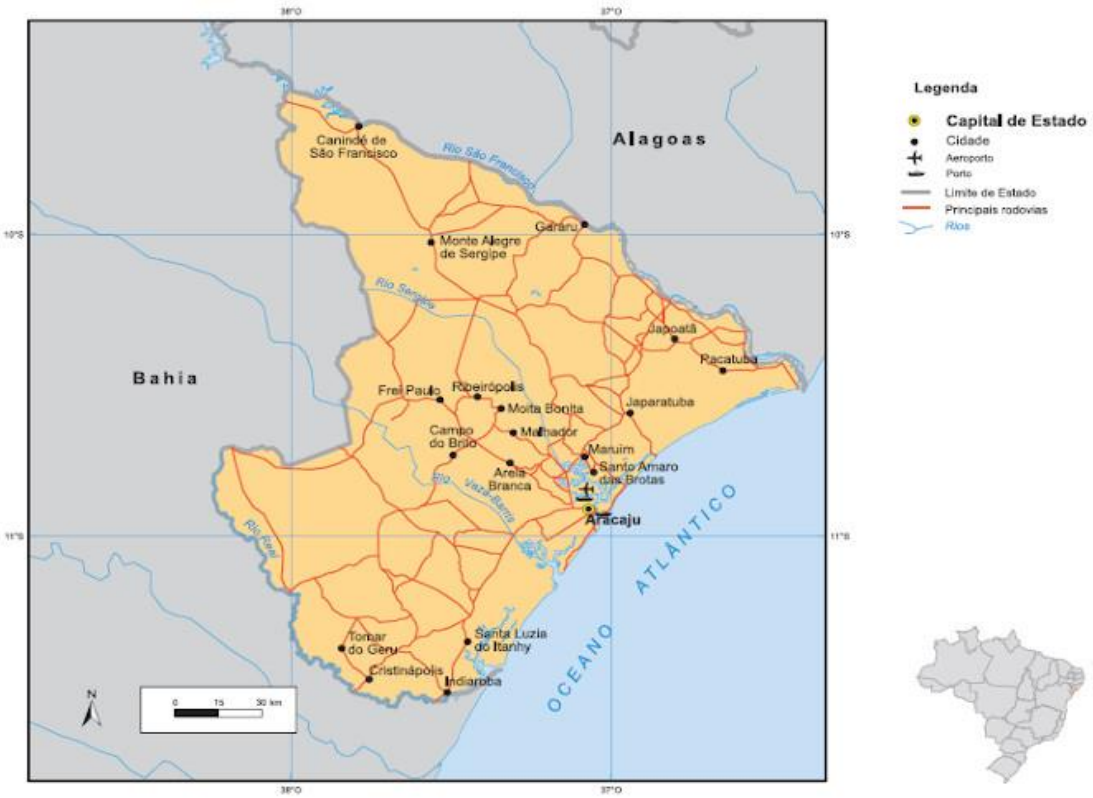
No materialismo histórico-dialético, as categorias são conceitos básicos que refletem o fenômeno em seus aspectos individual, particular e geral; causa e efeito; necessidade e causalidade; essência e aparência; conteúdo e forma; possibilidade e realidade, estando todas elas relacionadas umas com as outras (RICHARDSON, 1999).

Nesta pesquisa utiliza-se as categorias: totalidade e contradição; objetividade e subjetividade; realidade e possibilidade; luta e resistência. A partir delas, analisa-se o seguinte:

- Condições objetivas e subjetivas dos docentes da educação básica/pública do Estado de Sergipe;
- Lutas, Resistências e Conquistas enfrentadas pelo movimento dos trabalhadores e trabalhadoras em educação no período de 1960 a 1980,
- Pautas das reivindicações feitas pelos docentes;
- Imprensa local e o movimento/organização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação.

4.1. Situando Sergipe de 60 a 80: breve destaque para a conjuntura sócio, política, econômica e educacional.

Figura 01: Mapa do Estado de Sergipe

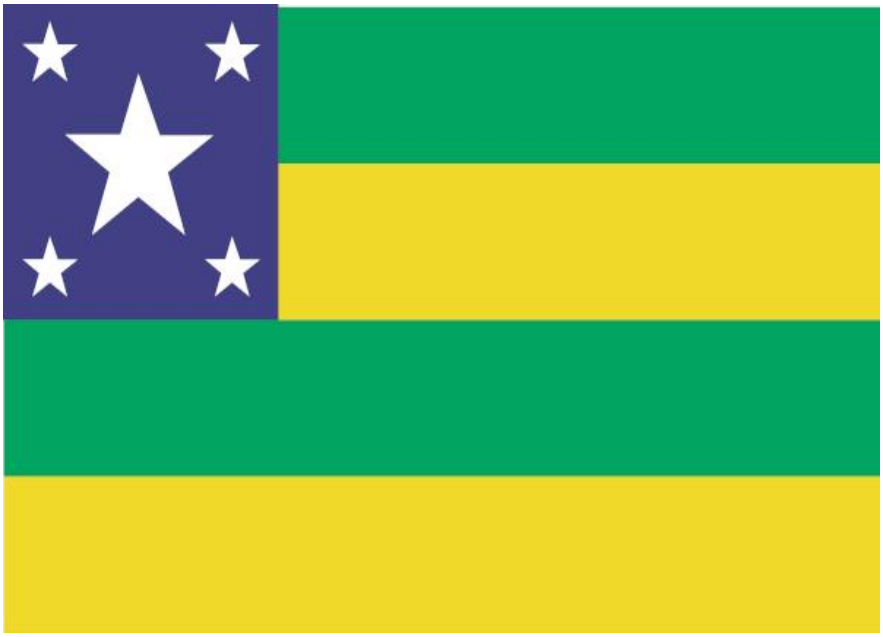


Fonte: https://cidades.ibge.gov.br › brasil

Tomando como base os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022) afirma-se que o Estado de Sergipe, capital Aracaju, está localizado na região Nordeste do Brasil, é banhado pelo oceano Atlântico, faz limite com os estados de Bahia e Alagoas. Enxerga-se que Sergipe é o menor estado em extensão territorial do Brasil, medido 21.938,184 km², sendo que o seu território pode ser dividido em uma porção de clima mais úmido, o litoral sergipano, e uma de clima mais seco, o chamado sertão nordestino. Sua população gira em torno de 2.318.822 habitantes; possui uma densidade demográfica de 94,36 hab./km². Sergipe é formado por 75 municípios. O Produto Interno Bruto (PIB) de Sergipe é de R$ 42,018 bilhões. (IBGE,2022).

A bandeira do Estado de Sergipe é marcada por listras horizontais em verde e amarelo e um quadrado azul com cinco estrelas brancas no canto superior esquerdo. A parte em verde e amarelo representa a integração nacional, já as cincos estrelas brancas de cinco pontas simbolizam as cinco fozes de rios existentes no estado do Sergipe: São Francisco, Japaratuba, Sergipe, Vaza-barris, Piauí e Real.

Figura 02: Bandeira do Estado de Sergipe



Fonte: https://www.se.gov.br

É importante mencionar que o estado de Sergipe, no começo da década de 1960, estava sob o governo de Luiz Garcia. Nesse período, o estado foi marcado por processos de transformações econômico-sociais e de um acelerado processo de urbanização, ambos derivados da descoberta de Petróleo no ano de 1963, efetivando-se nos anos seguintes a

sua exploração e de outros minérios, como são o caso do potássio e sal gema. Vale notar que, posteriormente com a criação da SUDENE (1959), no estado, o poder estatal implementou ações governamentais, que deram curso, ou tentaram dar às políticas de desenvolvimento regional, em grande parte formuladas pelo órgão. Ilustrativa dessa política é a criação no Estado do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CONDESE) no ano de 1959. (TITO E ANTONIO, 2018).

Os autores aqui destacados, apontam que na década de 1960, iniciou ocorrência de um intenso fluxo de capitais de empresas do Centro-Sul em direção a Sergipe, promovendo uma transformação radical na estrutura produtiva, principalmente por conta das unidades industriais modernas, tecnologicamente mais avançadas e em setores novos na indústria desta região. Ocorreu no estado, altos investimentos industriais e agrícola, tanto para os centros urbanos quanto para as zonas de produção de alimentos, fato gerou uma transformação progressiva da economia elevando a produtividade.

Entre outras criações do governo de Luiz Garcia, seguiram-se o Banco de Fomento (atual Banese), a Energipe (atual Energisa), a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde e obras essenciais como a Estação Rodoviária, construída na Esplanada do Bonfim, o Hotel Palace de Aracaju, no lugar onde havia o Quartel do vigésimo oitavo BC, na praça General Valadão, o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, na velha Usina do bairro Industrial, o Salão de Passageiros do Aeroporto de Santa Maria, o Museu Histórico de Sergipe, em São Cristóvão, instalado no prédio do antigo Paço Provincial, e criou a Faculdade de Medicina. (idem, idem, 2018).

No que se refere ao aspecto cultural, Tito e Antonio (2018), diz que a produção cultural de Sergipe no ano de 1960, passou a ter um vasto campo diversificado nos planos literários, artísticos e educacionais. No folclore Sergipano é notório a presença de diversos grupos como: Bacamarteiros, Batucada, Chegança, Reisado, Samba de Côco entre outros.

Já em termos de prédios e edificações histórias, de 1960, do Estado se destacam com: Museu Histórico de Sergipe, Arquivo Público de Sergipe, Centro de Turismo e Artesanato, Biblioteca Pública Epifânio Dória, Conservatório de Música de Sergipe entre outros diversos prédios históricos da época. (idem, idem, 2018).

Em termos educacionais, os estudos de Galetti (2022) apontam que nesse período o Estado de Sergipe contava com:

> [...] 2.697 (dois mil seiscentos e noventa e sete) professores, sendo 2.445 (dois mil quatrocentos e quarenta e cinco) mulheres e 252 (duzentos e vinte e cinco) homens. Esse censo não especifica se eram da rede pública ou privada. Eram 2.600 (dois mil e seiscentos) professores do ensino primário (de 1ª a 8ª) e 97 (noventa e sete) no ensino secundário. No primário: 2.420 (dois mil quatrocentas e vinte) mulheres e 180 (cento e oitenta) homens. No ensino secundário há uma inversão, predominam os homens. São 72 (setenta e dois) professores e 27 (vinte e sete) professoras. (GALETTI, 2022 p. 30)

Os dados acima, mostram um significativo número de professores atuando na Estado de Sergipe. Cabe compreender que Sergipe passou por transformações no âmbito sócio, político e educacional. Neste último âmbito, surge no País a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB sancionada em 1961. A Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961, estabeleceu diretrizes gerais para a organização e funcionamento do sistema educacional brasileiro. Buscou modernizar e democratizar a educação brasileira, promovendo maior acesso e qualidade no ensino.

Os dispositivos mais significativos da Lei 4024/61 eram: tanto o setor público como o setor privado, ambos, têm o direito de ministrar o ensino em todos os níveis; estado pode subvencionar a iniciativa particular no oferecimento de serviços educacionais; estrutura do ensino manteve a mesma organização anterior, ou seja: ensino pré-primário, composto de escolas maternais e jardins de infância; ensino primário de quatro anos, com possibilidade de acréscimo de mais dois anos para programa de artes aplicado; Ensino médio, subdividido em dois ciclos: o ginasial, de quatro anos, e o colegial, de três anos. Ambos compreendiam o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores). Ensino superior; flexibilidade de organização curricular. (LIMA e JÚNIOR, 2023).

Essa Lei, estabeleceu a descentralização e flexibilidade da educação, atribuindo aos estados a competência para organizar seus sistemas de ensino e seus currículos. Este foi um período em que a necessidade e a importância da escola pública foram debatidas, tendo em vista a construção da democracia e o desenvolvimento econômico e social.

No Estado de Sergipe a implementação da Lei 4024/61 enfrentou alguns desafios, entre eles: infraestrutura das escolas deficientes, incluindo edifícios escolares precários e falta de recursos pedagógicos, especialmente na zona rural; a evasão escolar e o analfabetismo eram problemas significativos neste período; havia também uma escassez

de professores qualificados, o que comprometia a qualidade do ensino. (Idem, Idem, 2023).

Se alguns avanços produtivos importantes se verificaram na década de sessenta, como a implantação da primeira fábrica de cimento (1967) e as descobertas de petróleo em terra em Carmópolis, em 1963, e do campo marítimo de Guaricema, em 1968, é portanto, na década de setenta que o crescimento da exploração de sua base de riqueza minerais e a aceleração da urbanização produziram os efeitos de maior significado para a transformação econômica e social de Sergipe.

A passagem da década de 1960 para a de 1970 foi marcada por mudanças estruturais no sistema nacional de educação. O regime militar, embalado pelo "milagre econômico", estabeleceu claramente uma vinculação entre a educação e o modelo autoritário de modernização das relações capitalistas de produção.

Em termos educacionais, a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, reestruturou os antigos primário e ginásio, criando o ensino de 1º e 2º graus (idem, ibid., p. 133). Em outras palavras: da junção dos quatro anos do ensino primário com os quatro do ginásio foi criado um único ciclo de oito anos, o chamado 1º grau de ensino, que passou a ser obrigatório. Quanto aos três anos do antigo ensino colegial, passaram a constituir o 2º grau.

Dessas reformas educacionais começou a emergir a nova configuração profissional do professorado público de 1º e 2º graus. A Lei n. 5.692/71 previa no seu artigo 36 que cada sistema de ensino teria um Estatuto que estruturasse a carreira dos professores públicos de 1º e 2º graus.

Em termos econômicos, a década de setenta vai significar para Sergipe, e para o conjunto da região Nordeste, um período de intenso crescimento do PIB, em que novas atividades vão ser implantadas, com impactos importantes na dinâmica de crescimento. (LACERDA, 2013).

Importante destacar que, esses processos vão repercutir na estrutura social do estado, especialmente por conta da aceleração do processo de urbanização. Segundo Lacerda (2013) Sergipe passa a contar, progressivamente, com uma economia mais diversificada, com crescente peso das atividades urbanas (indústria, comércio e serviços). A nova estrutura econômica vai surgir mais integrada nacionalmente, fortalecendo os fluxos de mercadorias e de recursos produtivos, especialmente com alguns estados.

Enxerga-se que, se os anos setenta foram marcados pelo crescimento acelerado de Aracaju e da intensa migração do campo para os centros urbanos em todo o estado, os anos oitenta registram a metropolização da capital, incorporando os municípios de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão à sua dinâmica de expansão. (Idem, Idem, 2013).

Seguindo a lógica de raciocínio de Lacerda (2013) evidencia-se que em 1981, a Petrobras pôs em funcionamento a Unidade de Produção de Gás Natural (UPGN) no Terminal Marítimo de Carmópolis – TECARMO, na Atalaia. O fornecimento de gás natural viabilizou, por sua vez, a implantação, em 1982, da Nitrofértil, hoje Fafen, dedicada à produção de amônia e ureia. Para a instalação da unidade foi necessária a construção da adutora do São Francisco, a fim de equacionar a demanda de água do empreendimento, mas que passaria a suprir também as necessidades crescentes de Aracaju.

A instalação da Nitrofértil também exigiu a ampliação da rede de energia elétrica e a revitalização da ferrovia de ligação com a Bahia, assim como foi fundamental para viabilizar a implantação, anos mais tarde, do Terminal Portuário Ignácio Barbosa, no município da Barra dos Coqueiros. (Idem, Idem 2013)

Em 1986, a então Petrobras Mineração S/A (Petromisa) finalmente começou a operar a unidade da mina Taquari - Vassouras de extração e beneficiamento da silvinita para a produção de potássio, projeto cuja implantação começara ainda em 1979. Com a produção comercial iniciada em 1987, Sergipe passava a contar, de fato, com a 1ª unidade de produção potássio do hemisfério sul e que permanece, até os dias de hoje, explorada sob contrato de leasing pela Vale, como a única planta de produção do nutriente agrícola instalada no Brasil. (LACERDA, 2013).

Do ângulo da vida política e institucional, a década de 80 foi marcada por um fecundo processo de organização e participação política de diferentes segmentos da sociedade civil. É a idade de ouro dos chamados movimentos sociais e/ou movimentos populares, cuja contribuição foi decisiva para a renovação sindical e político-partidária no país. (COLBARI, 2010).

4. 2. Análises e Resultados da Pesquisa:

Antes de debruçarmos sobre a análise e resultados da pesquisa, se faz conveniente alguns apontamentos, sobretudo em esclarecer as especificidades que caracterizam a passagem do método de investigação ao método de exposição e análise.

Destaca-se que no método de exposição temos a explicitação do fenômeno que se apresenta de maneira mais compreensível. Esse momento é marcado pela crítica, onde o objeto reconstruído criticamente pelo pensamento espelhado no movimento real, é a reprodução do movimento efetivo da realidade (CHAGAS, 2011). Ou seja,

> [...] No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social. (FRIGOTTO, 2010, p. 89)

Nesse sentido, no método de exposição, a realidade deve ser apresentada de maneira lógica e coerente, de forma consciente e organizada pela interpretação dos resultados no processo de investigação (KOSIK, 2002; FRIGOTTO, 2010). As partes que compõem o objeto são articuladas de maneira que reconstituam o todo orgânico, mas não como somatório de justaposição mecânica, as categorias devem ser organizadas de acordo com as relações internas de determinações essenciais, na produção de um conhecimento a nível categorial-sistemático (GORENDER, 2013).

A realidade expressa enquanto concreto pensado é o resultado de todo o processo, síntese de múltiplas determinações. Nessa lógica, se faz necessário entender que os estudos sobre a educação podem ser realizados sob diferentes ângulos de perspectivas, podendo ser observada, ou melhor, problematizados em diversos aspectos. Aqui em especial utiliza-se as lentes do materialismo histórico dialético.

Ou seja, refletir sobre a educação na perspectiva marxista é pensar sobre os processos sociais de formação do ser humano que ocorrem em diversos ambientes. Terceiro é entender que, as relações sociais de produção estão diretamente relacionadas às forças produtivas, cabe reconhecer que a cada mudança do modo de produção também mudam as relações sociais.

E assim, vão adquirindo novas forças produtivas. Os homens mudam seu modo de produção e, ao mudar o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. Por exemplo: “O moinho movido pelo braço humano nos

dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor nos dá a sociedade com o capitalista industrial.” (MARX, 2017, p. 102)

Em decorrência das mudanças supracitadas, Marx (2017) deixa claro a natureza histórica da categoria, diretamente vinculada ao objeto de estudo que a concebe, que a gera, ao mesmo tempo que ela também se torna transitória, pois, os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com suas relações sociais.

No que se refere a perspectiva do método marxista este funde os métodos analítico (investigação) e sintético (exposição), captando o que havia de essencial em cada um: por um lado a apropriação geral da natureza e por outro lado a singularidade do movimento histórico do objeto.

Assim, os fenômenos são abordados nas perspectivas analítica e sintética. A abordagem analítica divide a realidade complexa em partes de complexidade menor. Quando enriquecido o conhecimento dessas partes, o pesquisador faz o caminho de volta, iniciando a abordagem sintética, articulando as partes de forma conceituadas e logicamente determinadas (FERNANDES, 2008).

Seguindo essa linha de pensamento, é considerar que a educação, enquanto prática de formação humana e social, consiste na criação da realidade histórica, submetida a determinações econômicas, sociais, políticas e ideológicas, pois compõe a superestrutura em conjunto com outros elementos da cultura, alinhada à demanda de construção e reprodução de processos sociais hegemônicos.

No entanto, a dinâmica e a complexidade que caracterizam a vida social requerem dos cientistas sociais um olhar crítico da realidade, ancorado na categoria da contradição. Nesse sentido, concordamos, com o epistemólogo Silvio Acinzar Sánchez Gamboa quando ele nos diz que “(...) a educação também é espaço de reprodução das contradições que dinamizam as mudanças e possibilitam a gestação de novas formações sociais” (GAMBOA, 2010, p.115).

A pesquisa no campo educacional precisa estar atenta à realidade que envolve a formação do ser humano em suas perspectivas de particularidade e universalidade, e voltar sua atenção à totalidade que a inscreve. Ou seja, a propositura marxista lança a crítica dos conflitos de interesses sociais e pauta a transformação dos fenômenos por meio das possibilidades de mudança pelo sujeito histórico (Idem, Idem, 2010), mas não nega

as abordagens anteriores em sua totalidade, ao contrário, as reintegra, articulando sujeito e objeto em uma relação histórica e dialética para a compreensão da realidade concreta.

Nessa lógica, compreender a totalidade não significa dar conta de tudo que existe no mundo no sentido de explicar a infinidade de fenômenos do presente, passado e futuro, mas está relacionado à compreensão da realidade em suas articulações, sem isolar e tornar independente o objeto, mas apresentar a interação de suas partes no modo de produção, os fatos e as mediações necessárias para compreensão de seu movimento.

Nesse sentido, a intenção nos tópicos, que se seguem, é analisar o resultado da pesquisa a luz das contribuições metodológicas de inspiração marxista, que colaboram para fundamentar a transposição didática do método de pesquisa da investigação para a exposição no campo educacional em geral e na formação histórica do sindicalismo docente do estado de Sergipe de 1960 a 1980 em particular, levando em consideração os intervenientes sociais, políticos, econômicos e educacionais, evidenciando que os conflitos sociais demonstrados pela história estão presentes na sociedade com seus antagonismos e contradições de classes.

O marxismo apresenta-se como crítico e radical, tratando a vida social sob os moldes capitalistas como fenômeno histórico possível de ser transcendido na luta de classes pelas camadas populares. E assim possibilita perceber que os processos os quais envolvem a educação, em suas relações na sociedade, estão contribuindo na e para a compreensão da dinâmica e das contradições em que esta imersa.

O trabalho de investigação significa a maturação do objeto, observação de seus detalhes, formas de evolução e conexões internas (CHAGAS, 2011). Nesse momento, o objeto é captado nas múltiplas dimensões singulares e específicas, na relação mediata e imediata com a totalidade mais ampla, nas contradições, enfim, nas leis que estruturam o fenômeno (FRIGOTTO, 2010).

Feitas estas observações gerais e preliminares, passamos agora a tratar do objeto de estudo que motivou a elaboração desta Pesquisa, qual seja, a elaboração histórica do que hoje conhecemos por SINTESE. Esse objeto, para ser compreendido, será visto e analisado a partir da lógica de que a realidade em movimento, contraditória e histórica, necessita de sucessivas aproximações de idas e vindas entre o particular e o geral, o fenômeno e a essência, o objeto e o sujeito.

4.2.1. Condições Objetivas e Subjetivas dos trabalhadores/as em Educação no estado de Sergipe de 1960 a 1980

Inicia-se este tópico ressaltando que analisar o movimento sindical, do magistério público a partir de sua trajetória político-sindical, constitui tarefa desafiadora por recuperar a história e identificar elementos peculiares ao processo de formação e mudanças verificadas na organização dos trabalhadores da educação, mais especificamente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE, de modo a identificar as estratégias de ação.

Sabe-se que o movimento sindical, apesar de não estar imune às influências da dinâmica nacional do processo de organização dos trabalhadores assalariados, assume, em cada região, identidade própria resultante da combinação dos determinantes nacionais com as especificidades locais.

Nessa lógica cabe destacar também que os professores constituem um grupo social com elevado grau de formação, o que permite o desenvolvimento do pensamento crítico. Mas não se pode esquecer que eles também são confrontados por inúmeros mecanismos de controle social, político e ideológico. Conforme veremos mais adiante.

Pode-se dizer que os anos de 1964 e 1985 ocorreu no Brasil uma ditadura civil-militar, que jogou o país em vinte anos de obscurantismo, em meio a práticas de censura, repressão, cassações, torturas e perseguições políticas diversas. Tal período foi fruto de um processo complexo de lenta desestabilização das bases progressistas e do recente período de expansão democrática que então se instalava, culminando com a deposição de João Goulart e a consequente tomada de poder pelas Forças Armadas.

Dentro desse foco, é possível considerar que a reforma da legislação do trabalho nos anos 1960 decorreu de intensas ações sociais e de disputas de sentidos sobre projetos ora conflitantes, ora convergentes sobre novos ordenamentos jurídicos das relações de trabalho no Brasil.

Nessa lógica, os sindicatos representam fortes e numerosos interesses profissionais, de trabalhadores e de empresários, mas nem sempre interesses que seguem a mesma direção dos desejos do Estado" (MORAES FILHO, [1952] 1978, p. 135). Portanto, diante de tais questões, parece ser relevante considerar a ação coletiva e as práticas discursivas dos sindicatos e de outros agentes sociais como impulsionadores da proposição de novas regras para o trabalho.

Em termos de legislação trabalhista, a década de 1960 foi um período de processo continuo de luta e organização, visto que, neste período nota-se a criação de algumas entidades representativas. Neste período os trabalhadores brasileiros conquistaram dois importantes direitos. O primeiro foi a Gratificação de Natal, mais conhecida como décimo terceiro salário, criada em 1962 por meio da Lei nº 4.090. Cinco anos depois, foi a vez do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. (RÊSES, 2008).

Entre as décadas de 1960 e 1970 acentua-se um processo de desenvolvimento socioeconômico que já vinha acontecendo na sociedade brasileira e que Manfredi (2003, p. 95) analisa como substituição do modelo agroexportador pelo modelo de industrialização.

Importante frisar que o conjunto dos materiais coletados nesta pesquisa, foram devidamente organizados, para as diretrizes das análises e discussões, que se seguem.

No que se refere ao aspecto subjetivo cabe entender que, essa subjetividade tratada aqui nessa pesquisa, diz respeito à atividade consciente do homem no seu modo de planejar a sua ação com maior ou menor autonomia dependendo das condições objetivas, entendidas como as situações efetivas de seu trabalho. Ou seja, as condições objetivas compreendem a organização escolar e curricular, a situação pedagógica, o planejamento das práticas e das aulas, e inclui, ainda, a remuneração do professor.

Na lógica da objetividade e subjetividade Marx (1998) argumenta que

> [...] uma revolução social ocorre quando as condições objetivas de exploração e desigualdade se convergem com as condições subjetivas de consciência e organização dos trabalhadores para mudar a estrutura social. (MARX e ENGELS, 1998).

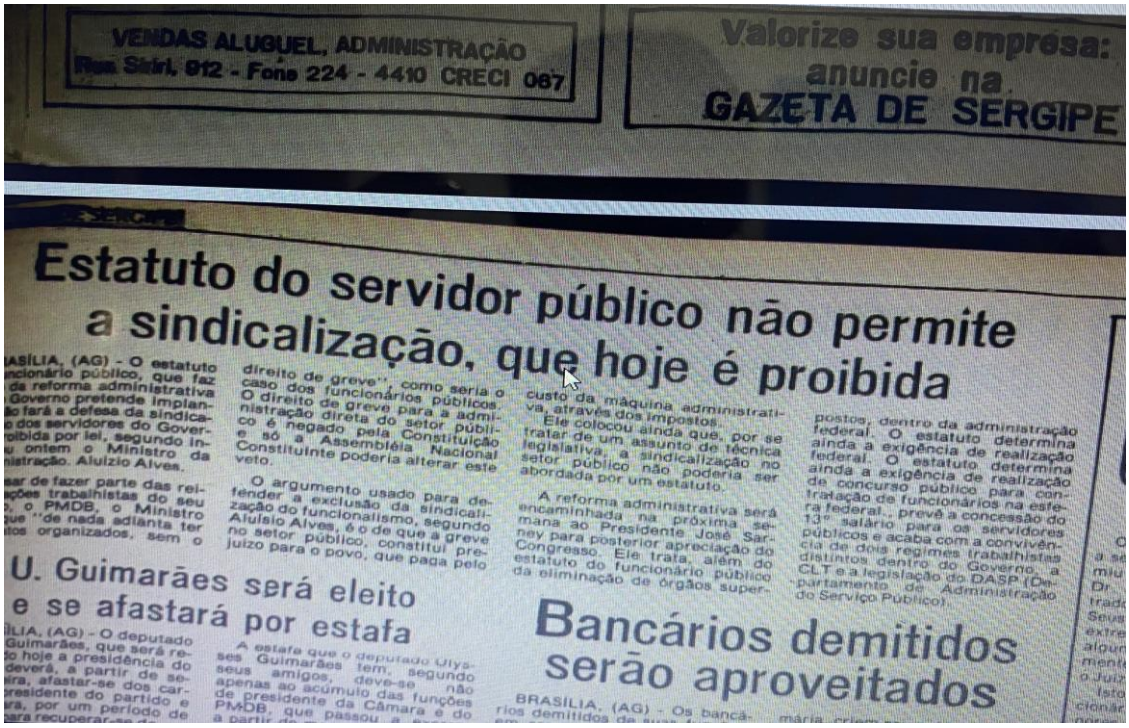
Tal reflexão, leva-nos a entender que condições objetivas, matérias, concretas, devem existir para que aconteça o movimento organizativo dos professores. Entre elas, as condições de trabalho, as relações de poder e, implícito nesses dois aspectos esta o aparecimento das contradições. Já a subjetividade, é entendida enquanto representação social que professores/as fazem da sua prática pedagógica. Importantes saber que na relação da profissão com a subjetividade dos docentes, há que levar em conta a formação dos professores, a concepção de trabalho docente, e também, o modo como o professor representa sua profissão.

A partir desse entendimento, se faz necessário perceber que a organização e militância dos trabalhadores em educação, da rede pública oficial de ensino em Sergipe, se constituiu num período amplamente marcado pelo militarismo no contexto da sociedade brasileira.

Pois é sabido que na década de 60 o estado mantinha o controle sobre o sindicalismo, através da subordinação e obediência ao governo. Nessa lógica, surgem as associações de classe, que ainda não possuíam um caráter plenamente sindical. Visto que, neste período a sindicalização era proibida, conforme aponta a fala do/a entrevistado/a e a matéria do jornal.:

> *"Era associação porque antes da Constituição Federal - CF, os trabalhadores não ganharam o direito a greve e a sindicalização, ou seja, não podiam ser sindicalizados, eles não tinham o direito a sindicalização. Eles podiam se associar, mas não podiam se sindicalizar. O direito de sindicalização e de greve veio através da Constituição e de acordo com esta constituição várias associações se transformaram em sindicatos. Algumas inclusive não mudaram o nome. Aqui nós mudamos. Era APMESE, e passou a ser SINTESE. Mas houve estados que mesmo se transformando legalmente, não alteraram o nome." (Professor/a A).*

A Matéria do jornal contribui para reforçar a fala apresentada acima.



VENDAS ALUGUEL, ADMINISTRAÇÃO
Rua Siriri, 912 - Fone 224 - 4410 CRECI 067

Valorize sua empresa:
anuncie na
GAZETA DE SERGIPE

Estatuto do servidor público não permite a sindicalização, que hoje é proibida

U. Guimarães será eleito e se afastará por estafa

Bancários demitidos serão aproveitados

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

Corroborando com o que foi acima apresentado, tanto na fala quanto na matéria, no que tange ao direito a greve e a sindicalização, Martins, Salema e Macedo (2016), trazem a seguinte afirmativa:

> [...] Em 1988, a Carta política, promulgada sobre a égide do Estado Democrático de Direito consagrou o amplo direito a greve, nos seguintes termos:
> Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
> § 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
> § 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei (BRASIL, 1988).
>
> A Constituição de 88 no seu artigo 37, inciso VII, estabelece o direito de greve aos servidores públicos civis, nos seguintes termos:
> [...] O direito a greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica. (BRASIL, 1988).

Até a Constituição de 1988, era vedado ao funcionalismo público filiar-se a sindicatos, e ainda integrar movimentos grevistas. pode-se perceber que o direito a greve dos servidores públicos é reconhecido a partir da Constituição, mas sua regulamentação depende de uma lei específica que ainda precisa definir os limites, as condições e a forma como esse direito pode ser exercido. Infelizmente, a ausência de uma legislação clara pode resultar em diferentes interpretações e decisões judiciais sobre o exercício do direito a greve no serviço público.

Nesse caso é evidente também a omissão do Congresso Nacional por não elaborar lei para regulamentar o direito de greve dos servidores públicos, decidindo pela aplicação Lei de Greve (Lei 7.783/89), que rege o exercício de greve dos trabalhadores da iniciativa privada (celetista), também poderão ser aplicados às greves do serviço público, até que o Congresso Nacional elabore a lei específica. (MARTINS, SALEMA E MACEDO, 2016).

Em se tratando das questões objetivas e subjetivas que se encontravam, não somente da categoria docente, mas também dos funcionários públicos estaduais. Os jornais da época, conforme veremos a seguir, deixa evidenciado quais eram essas condições.

Imagem 02: Professores e demais servidores estaduais em luta pela garantia de seus direitos.

RACISMO FAZ DEZENAS DE FERIDOS NO SUL DO ZEUR

SERVIDORES ESTADUAIS INTENSIFICAM A LUTA POR MELHORES VENCIMENTO

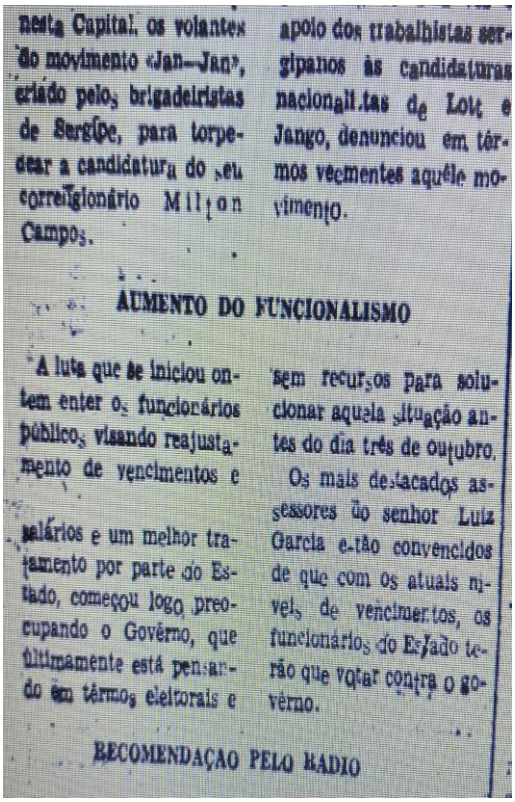
SCAS apresentará hoje sarau com a "Orquestra de Câmara de Munich"

Um dos mais importantes acontecimentos artísticos do ano em Aracaju

GAZETA de Sergipe

"PEIXE DE PERNAMBUCO" (Atum) está intoxicando

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br



nesta Capital, os volantes do movimento «Jan-Jan», criado pelos brigadeiristas de Sergipe, para torpedear a candidatura do seu correligionário Milton Campos.

apoio dos trabalhistas sergipanos às candidaturas nacionalistas de Lott e Jango, denunciou em têrmos vecmentes aquêle movimento.

AUMENTO DO FUNCIONALISMO

A luta que se iniciou ontem enter os funcionários públicos visando reajustamento de vencimentos e salários e um melhor tratamento por parte do Estado, começou logo preocupando o Govêrno, que ultimamente está pensando em têrmos eleitorais e sem recursos para solucionar aquela situação antes do dia três de outubro.

Os mais destacados assessores do senhor Luiz Garcia estão convencidos de que com os atuais níveis de vencimentos, os funcionários do Estado terão que votar contra o govêrno.

RECOMENDAÇÃO PELO RADIO

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

GAZETA de Sergipe

ANO V — N.º 939 Aracaju, Sexta-feira 7 de Abril de 1961

Professores perderam o abono

ESTADO PAGA MENOS QUE OS COLÉGIOS PARTICULARES

Os professores do ensino médio do Estado — Colégio Estadual de Sergipe e Instituto Normal Rui Barbosa, foram surpreendidos com o corte de um abono que percebiam além do salário hora aula. Essa decisão do Govêrno criou um sério mal-estar no seio do magistério, segundo apurou ontem a nossa reportagem.

PAGA MENOS

COMPRESSÃO DE DESPESAS

Geraldo Carneiro

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

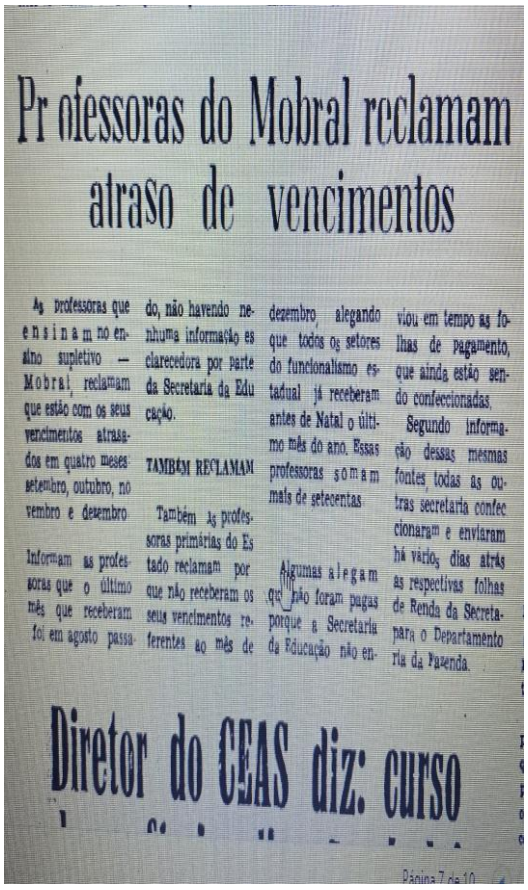
Mais inquéritos na COFAP

SERVIÇO DE LOTAÇÃO AÉREO — PROPAGANDA COMERCIAL — LIGAÇÃO ARACAJU A PROPRIA E PENEDO

PROFESSÔRES (EM ASSEMBLÉIA) REINICIARAM LUTA SALARIAL

REJEITADA "PROPOSTA-IMPOSIÇÃO" DOS DIRETORES DE COLÉGIOS — COMISSÃO ESTUDA SOLUÇÃO CONCILIATÓRIA

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br



Professoras do Mobral reclamam atraso de vencimentos

Diretor do CEAS diz: curso

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

Além da perda, da garantia dos direitos, a matéria destaca também que o governo do estado, mantinha seus salários abaixo dos professores da rede particular de ensino. Ou seja,

> [...] o ensino particular paga em média de 100 (cem) a 150 (cento e cinquenta cruzeiros) por hora aula enquanto o estado paga em média 60 (sessenta) cruzeiros pelo mesmo trabalho. O estado não está tratando com o devido valor os educadores e trabalhadores do estado. (TITO E ANTONIO, 2018)

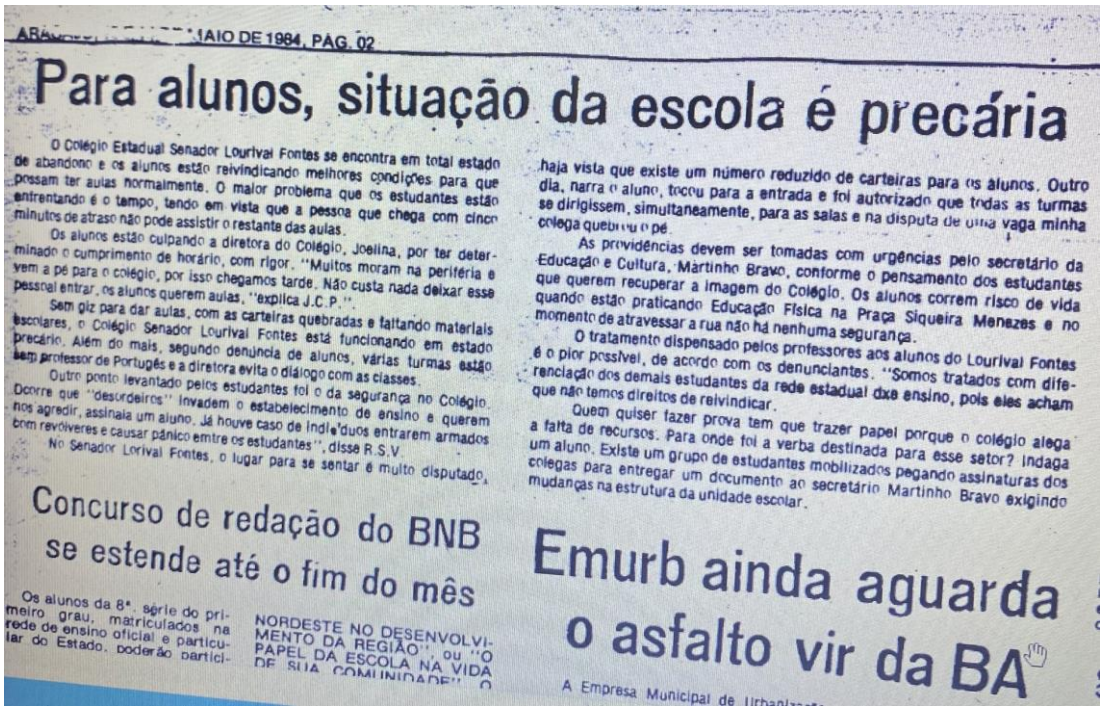
Nessa lógica, as falas dos investigados, apontam que:

> *"Os baixos salários eram uma situação recorrente que a categoria enfrentava, veja, o professor de 125 horas sempre ganhava menos que um salário mínimo" (Professor/a, A)*

> *"A partir de meados de 70 a 80 foi um período de muito decréscimo, de queda do salário real, era assim um período de alta inflacionária muito grande, isso foi defasando bastante, sem correção e o professor foi perdendo muito poder aquisitivo nesse período." (Professor/a, B)*
>
> *"O salário, ele vem numa queda, ele vem decaindo. Nós passamos a década de 80 numa época de muita inflação, chegava a 100% ao mês" (Professor/a C)*
>
> *"Nos anos 80 era muito baixo o salário, docente em Sergipe" (Professor/a, D)*
>
> *"O salário do professor passa a decair porque houve um aumento de professores na rede pública." (Professor/a, E)*
>
> *"as condições objetivas e subjetivas dos docentes, giravam em torno da estrutura autoritária do estado, inclusive com perseguições aos professores; baixos salários, principalmente aos docentes que possuíam uma carga horária de 125 horas, estes recebiam menos de um salário mínimo." (Professor/a K)*
>
> *"Houve um período que ficamos quase 02 (dois) meses sem salário" (Professor/a, F)*
>
> *"à infraestrutura das escolas era também um outro agravante, bastante deficiente, muito precária" (Professor/a, G).*

A precarização, enfatizada nesta última fala, era percebida não somente pela categoria docente, mas também, pelos alunos. Nota-se também que os órgãos responsáveis, incluindo Governo Federal e Estadual, tinham conhecimento, tanto das condições precárias das escolas quanto da falta de materiais pedagógicos. Conforme segue matéria abaixo:

Imagem 03: Insatisfação dos alunos frente a precarização das escolas estaduais do Estado de Sergipe.



...IAIO DE 1984, PÁG. 02

Para alunos, situação da escola é precária

O Colégio Estadual Senador Lourival Fontes se encontra em total estado de abandono e os alunos estão reivindicando melhores condições para que possam ter aulas normalmente. O maior problema que os estudantes estão enfrentando é o tempo, tendo em vista que a pessoa que chega com cinco minutos de atraso não pode assistir o restante das aulas.

Os alunos estão culpando a diretora do Colégio, Joelina, por ter determinado o cumprimento de horário, com rigor. "Muitos moram na periferia e vem a pé para o colégio, por isso chegamos tarde. Não custa nada deixar esse pessoal entrar, os alunos querem aulas, "explica J.C.P.".

Sem giz para dar aulas, com as carteiras quebradas e faltando materiais escolares, o Colégio Senador Lourival Fontes está funcionando em estado precário. Além do mais, segundo denúncia de alunos, várias turmas estão sem professor de Português e a diretora evita o diálogo com as classes.

Outro ponto levantado pelos estudantes foi o da segurança no Colégio. Ocorre que "desordeiros" invadem o estabelecimento de ensino e querem nos agredir, assinala um aluno. Já houve caso de indivíduos entrarem armados com revólveres e causar pânico emtre os estudantes", disse R.S.V.

No Senador Lorival Fontes, o lugar para se sentar é muito disputado, haja vista que existe um número reduzido de carteiras para os alunos. Outro dia, narra o aluno, tocou para a entrada e foi autorizado que todas as turmas se dirigissem, simultaneamente, para as salas e na disputa de uma vaga minha colega quebrou o pé.

As providências devem ser tomadas com urgências pelo secretário da Educação e Cultura, Martinho Bravo, conforme o pensamento dos estudantes que querem recuperar a imagem do Colégio. Os alunos correm risco de vida quando estão praticando Educação Física na Praça Siqueira Menezes e no momento de atravessar a rua não há nenhuma segurança.

O tratamento dispensado pelos professores aos alunos do Lourival Fontes é o pior possível, de acordo com os denunciantes. "Somos tratados com diferenciação dos demais estudantes da rede estadual dxe ensino, pois eles acham que não temos direitos de reivindicar.

Quem quiser fazer prova tem que trazer papel porque o colégio alega a falta de recursos. Para onde foi a verba destinada para esse setor? Indaga um aluno. Existe um grupo de estudantes mobilizados pegando assinaturas dos colegas para entregar um documento ao secretário Martinho Bravo exigindo mudanças na estrutura da unidade escolar.

Concurso de redação do BNB se estende até o fim do mês

Os alunos da 8ª série do primeiro grau, matriculados na rede de ensino oficial e particular do Estado, poderão partici-

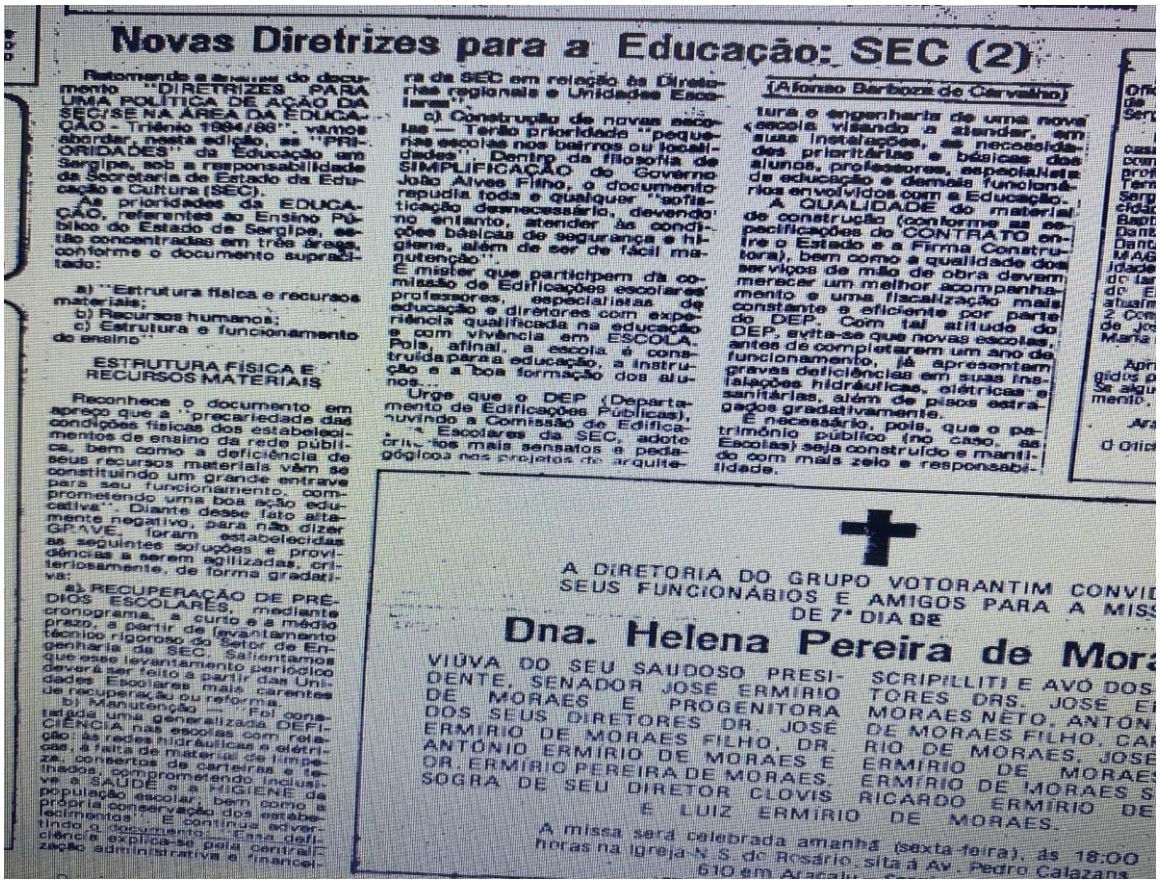
NORDESTE NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO" ou "O PAPEL DA ESCOLA NA VIDA DE SUA COMUNIDADE"... O

Emurb ainda aguarda o asfalto vir da BA

A Empresa Municipal de Urbaniz...

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

Imagem 04: Condições objetivas e subjetivas dos professores/as das Escolas públicas estaduais em Sergipe na década de 60 a 80.



Novas Diretrizes para a Educação: SEC (2)

Retomando a análise do documento "DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE AÇÃO DA SEC/SE NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - Triênio 1984/86", vamos abordar, nesta edição, as "PRIORIDADES" da Educação em Sergipe, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEC).

As prioridades da EDUCAÇÃO, referentes ao Ensino Público do Estado de Sergipe, estão concentradas em três áreas, conforme o documento supracitado:

a) "Estrutura física e recursos materiais;
b) Recursos humanos;
c) Estrutura e funcionamento do ensino"

ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

Reconhece o documento em apreço que a "precariedade das condições físicas dos estabelecimentos de ensino da rede pública, bem como a deficiência de seus recursos materiais vêm se constituindo um grande entrave para seu funcionamento, comprometendo uma boa ação educativa". Diante desse fato altamente negativo, para não dizer GRAVE, foram estabelecidas as seguintes soluções e providências a serem agilizadas, criteriosamente, de forma gradativa:

a) RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES, mediante cronograma, a curto e a médio prazo, a partir de levantamento técnico rigoroso da Setor de Engenharia da SEC. Salientamos que esse levantamento periódico deverá ser feito a partir das Unidades Escolares mais carentes de recuperação ou reforma.

b) Manutenção — Foi constatada uma generalizada DEFICIÊNCIA nas escolas com relação às redes hidráulicas e elétricas, à falta de material de limpeza, consertos de carteiras e telhados, comprometendo inclusive a SAÚDE e a HIGIENE da população escolar bem como a própria conservação dos estabelecimentos". E continua adiante o documento: "Essa deficiência explica-se pela centralização administrativa e financeira da SEC em relação às Diretorias regionais e Unidades Escolares".

c) Construção de novas escolas — Terão prioridade "pequenas escolas nos bairros ou localidades". Dentro da filosofia de SIMPLIFICAÇÃO do Governo João Alves Filho, o documento repudia toda e qualquer "sofisticação desnecessário, devendo no entanto, atender às condições básicas de segurança e higiene, além de ser de fácil manutenção".

É mister que participem da comissão de Edificações escolares professores, especialistas de educação e diretores com experiência qualificada na educação e com vivência em ESCOLA. Pois, afinal, a escola é construída para a educação, a instrução e a boa formação dos alunos...

Urge que o DEP (Departamento de Edificações Públicas), ouvindo a Comissão de Edificações Escolares da SEC, adote critérios mais sensatos e pedagógicos nos projetos de arquitetura e engenharia de uma nova escola visando a atender, em suas instalações, as necessidades prioritárias e básicas dos alunos, professores, especialistas de educação e demais funcionários envolvidos com a Educação.

A QUALIDADE do material de construção (conforme as especificações do CONTRATO entre o Estado e a Firma Construtora), bem como a qualidade dos serviços de mão de obra devem merecer um melhor acompanhamento e uma fiscalização mais constante e eficiente por parte do DEP. Com tal atitude do DEP, evita-se que novas escolas, antes de completarem um ano de funcionamento, já apresentem graves deficiências em suas instalações hidráulicas, elétricas e sanitárias, além de pisos estragados gradativamente.

É necessário, pois, que o patrimônio público (no caso, as Escolas) seja construído e mantido com mais zelo e responsabilidade.

(Afonso Barbosa de Carvalho)

A DIRETORIA DO GRUPO VOTORANTIM CONVI
SEUS FUNCIONÁRIOS E AMIGOS PARA A MISS
DE 7º DIA DE

Dna. Helena Pereira de Mor

VIÚVA DO SEU SAUDOSO PRESIDENTE, SENADOR JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES E PROGENITORA DOS SEUS DIRETORES DR. JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES FILHO, DR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES E DR. ERMÍRIO PEREIRA DE MORAES, SOGRA DE SEU DIRETOR CLOVIS SCRIPILLITI E AVÓ DOS TORES DRS. JOSÉ E MORAES NETO, ANTÔN DE MORAES FILHO, CA RIO DE MORAES, JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES ERMÍRIO DE MORAES S RICARDO ERMÍRIO DE E LUIZ ERMÍRIO DE MORAES.

A missa será celebrada amanhã (sexta-feira), às 18:00 horas na Igreja N.S. do Rosário, sita à Av. Pedro Calazans 610 em Aracaju

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

Nesse quadro, acentua-se o processo de precarização do trabalho docente. A escola era, na maior parte das vezes, precária.

Para Oliveira (2014) a deterioração das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores em educação no estado de Sergipe, esteve relacionada às políticas econômicas implementadas desde os governos militares. A autora acredita que havia uma contradição entre acomodação e combatividade, na medida em que se manifestava uma postura subordinada e conservadora concomitante às orientações de luta.

Essa situação confirma o pensamento de Leite (1997) quando nos diz que

> [...] os professores brasileiros, nas diferentes unidades da federação, percorrem uma trajetória semelhante: a busca permanente de parâmetros para os reajustes salariais; a incorporação de reinvindicações educacionais e sua valorização como profissionais da educação. [...] Para isso, eles têm produzido movimentos e/ou espaços de resistência que venha atribuir dignidade a seu trabalho. (p. 140)

Enxerga-se que, as condições objetivas e subjetivas que se encontravam a categoria docente no Brasil e em particular em Sergipe, vai desencadear mobilizações.

Analisando as matérias que foram expostas até o momento, como também as falas dos entrevistados, evidencia-se que no estado de Sergipe, as condições objetivas e subjetivas dos professores eram bastante desafiadoras. Recebiam baixas remunerações; atrelado a isso existia também a precariedade da infraestrutura das escolas, sem contar que existia uma grande disparidade entre as condições de trabalho em áreas urbanas e rurais; além da falta de uma instituição específica que viesse defender os direitos e as necessidades específicas da categoria docente. Pois existia apenas associação dos servidores públicos, ASPES. Essa associação envolvia não somente a categoria docente, mas também, outros seguimentos ou categorias de trabalhadores.

4.2.2. Lutas, Resistências e Conquistas na formação histórica do sindicalismo docente da Educação Básica de Sergipe.

Cabe iniciar esse tópico trazendo o conceito de luta sindical, a partir da visão de Marcelino (2013). Para a autora, luta sindical refere-se às ações e esforços coletivos

realizados pelos sindicatos com o objetivo de defender e promover os direitos e interesses de uma determinada categoria de trabalhadores. Essa luta envolve a busca por melhores condições de trabalho, aumento salarial, proteção contra demissões arbitrárias, segurança no trabalho, e garantias de direitos trabalhistas já conquistados.

Os sindicatos utilizam diferentes estratégias, como negociações coletivas, greves, manifestações e diálogos com governos e empregadores, para alcançar seus objetivos.

Principais características da luta sindical:

> [...] Negociação coletiva: Uma das principais formas de luta sindical é a negociação de acordos ou convenções coletivas que estabelecem condições de trabalho, salários e benefícios para os trabalhadores.
> Greves: Quando as negociações falham ou são insuficientes, os sindicatos podem organizar greves, que são uma forma de pressão para garantir que as demandas dos trabalhadores sejam ouvidas e atendidas.
> Defesa de direitos: Além de lutar por novas conquistas, os sindicatos também atuam para garantir a manutenção de direitos já adquiridos, especialmente diante de tentativas de mudanças na legislação trabalhista que possam prejudicar os trabalhadores.
> Melhoria das condições de trabalho: A luta sindical envolve a busca por melhorias no ambiente de trabalho, como segurança, saúde, jornada de trabalho adequada, estabilidade no emprego e outros benefícios.
> Mobilização política e social: Sindicatos também exercem pressão política, participando de movimentos sociais mais amplos, apoiando legislações que beneficiem os trabalhadores e combatendo políticas que os prejudiquem.
> Solidariedade de classe: A luta sindical está muitas vezes associada a um senso de solidariedade entre os trabalhadores de uma mesma categoria ou de diferentes setores, que se unem para fortalecer suas reivindicações. (MARCELINO, 2013 p. 17 - 19)

Em suma, pode-se apontar que a luta sindical é o meio pelo qual os trabalhadores, organizados em sindicatos, buscam conquistar melhores condições de vida e de trabalho, enfrentando empregadores e, em alguns casos, até governos, em busca de justiça social e econômica. Aqui nesta pesquisa trata-se do enfrentamento aos governos, conforme veremos a seguir.

Com relação as mobilizações e/ou lutas sindicais e o surgimento das associações e sindicatos em Sergipe, as falas apontam que,

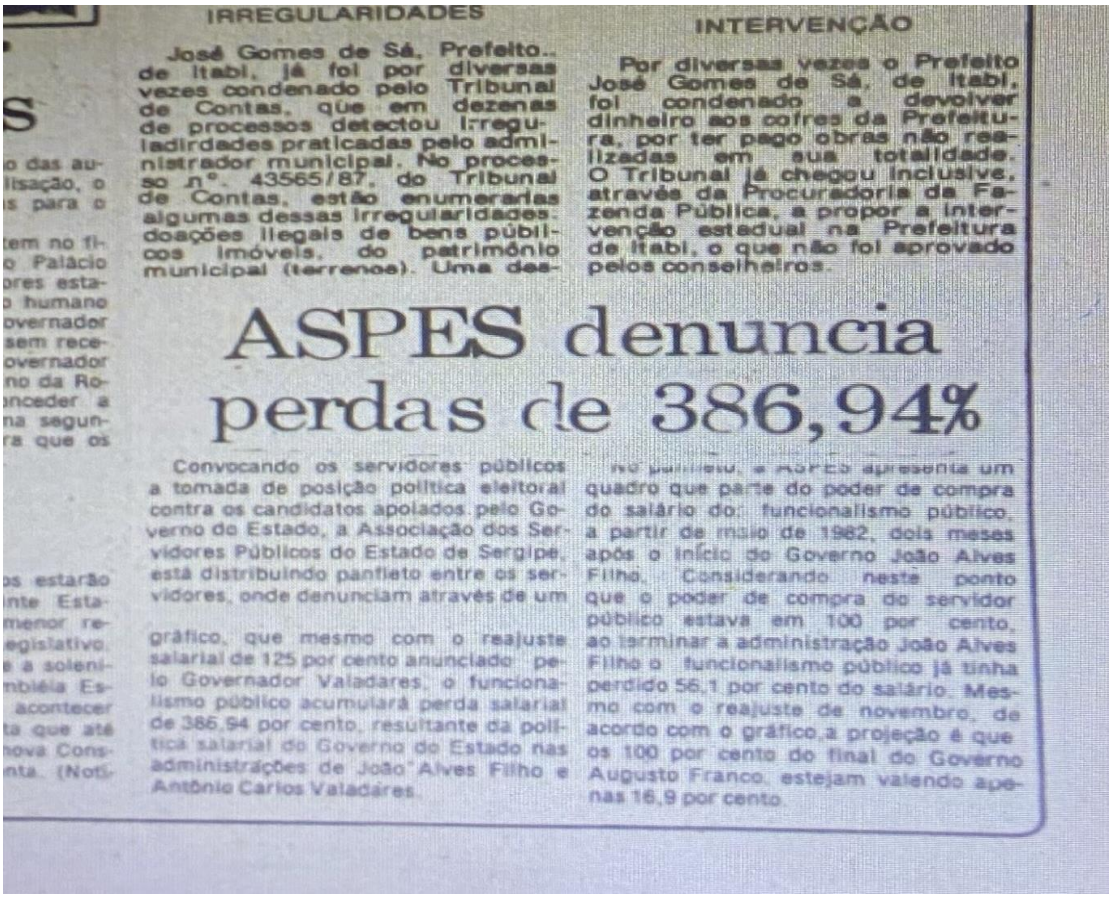
> *"Na década de 1960, eu sei que tinha uma associação aqui, uma tal de ASPES – Associação dos Servidores Público de Sergipe. Abrangia professores, técnicos da área da saúde, da agricultura, da previdência, de várias áreas." (Professor/a A).*

Segundo Galetti (2022, p. 282),

> [...] A ASPES é uma sociedade civil que funcionará por tempo indeterminado, com sede e foro em Aracaju, composta de todos os servidores públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e paraestatais, sejam efetivos, interinos, extranumerários, mensalistas contratados, diaristas ou tarefeiros, ativos e inativos, civis ou militares

A partir da matéria abaixo pode-se confirmar a existência da ASPES que por sua vez, defendia os interesses coletivos dos funcionários públicos de Sergipe na década de 60.

Imagem 05: Existência da ASPES



IRREGULARIDADES

José Gomes de Sá, Prefeito de Itabi, já foi por diversas vezes condenado pelo Tribunal de Contas, que em dezenas de processos detectou irregularidades praticadas pelo administrador municipal. No processo nº. 43565/87, do Tribunal de Contas, estão enumeradas algumas dessas irregularidades: doações ilegais de bens públicos imóveis, do patrimônio municipal (terrenos). Uma des-

INTERVENÇÃO

Por diversas vezes o Prefeito José Gomes de Sá, de Itabi, foi condenado a devolver dinheiro aos cofres da Prefeitura, por ter pago obras não realizadas em sua totalidade. O Tribunal já chegou inclusive, através da Procuradoria da Fazenda Pública, a propor a intervenção estadual na Prefeitura de Itabi, o que não foi aprovado pelos conselheiros.

ASPES denuncia perdas de 386,94%

Convocando os servidores públicos a tomada de posição política eleitoral contra os candidatos apoiados pelo Governo do Estado, a Associação dos Servidores Públicos do Estado de Sergipe, está distribuindo panfleto entre os servidores, onde denunciam através de um gráfico, que mesmo com o reajuste salarial de 125 por cento anunciado pelo Governador Valadares, o funcionalismo público acumulará perda salarial de 386,94 por cento, resultante da política salarial do Governo do Estado nas administrações de João Alves Filho e Antônio Carlos Valadares.

no período, e mostra apresenta um quadro que parte do poder de compra do salário do funcionalismo público, a partir de maio de 1982, dois meses após o início do Governo João Alves Filho. Considerando neste ponto que o poder de compra do servidor público estava em 100 por cento, ao terminar a administração João Alves Filho o funcionalismo público já tinha perdido 56,1 por cento do salário. Mesmo com o reajuste de novembro, de acordo com o gráfico,a projeção é que os 100 por cento do final do Governo Augusto Franco, estejam valendo apenas 16,9 por cento.

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

No estado de Sergipe,

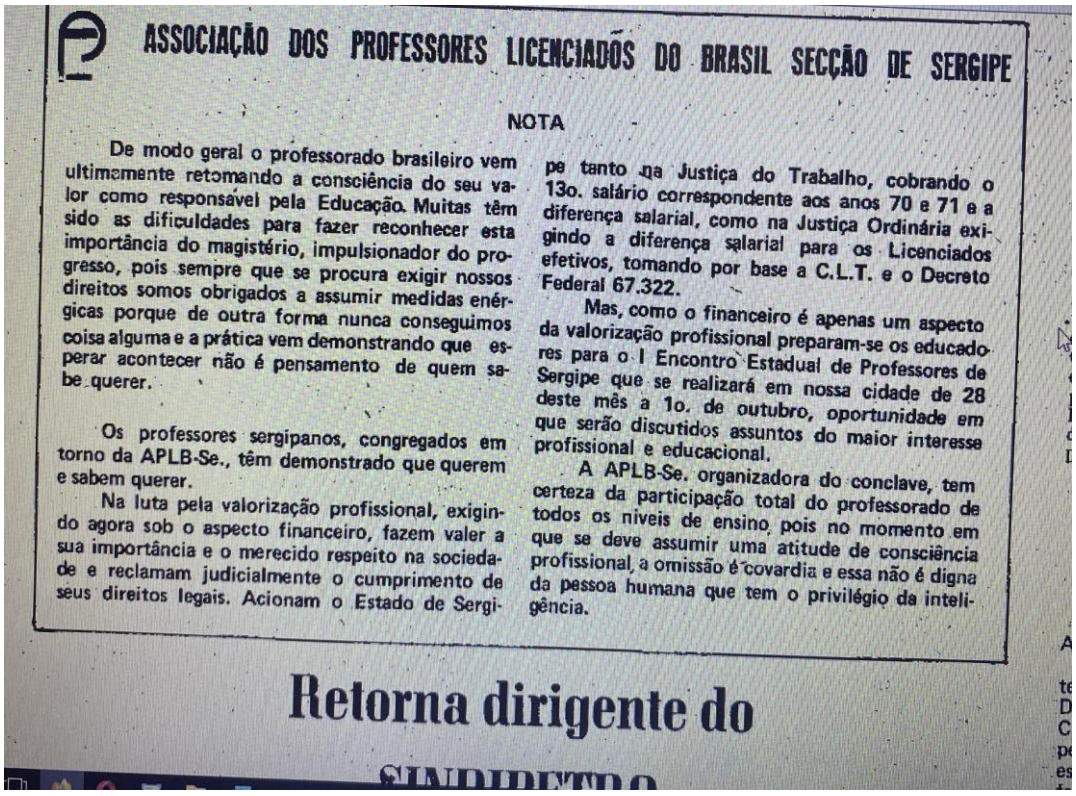
> *"o primeiro movimento reivindicatório da categoria docente, surge na década de 1970 organizado pelos docentes que atuavam*

> *no ensino médio da rede estadual. Esse movimento se dá porque o Governo do Estado não estava cumprindo com as determinações da CLT vigente no período. Importante dizer que esses professores eram celetistas, eles não eram efetivos." (Professor/a, B)*

Confirmando a fala do entrevistado/a, segue matéria do jornal destacando o movimento reivindicatório da categoria docente promovido pela APLB – Associação dos Professores do Brasil Secção Sergipe.

Importante destacar que APLB, segundo pesquisa no Wikipedia (2024), foi fundada em 1952 e se tornou uma das principais entidades de classe dos professores atuando no Brasil, na defesa dos direitos trabalhistas e melhorias das condições de trabalho dos profissionais da educação. Sendo mais conhecida na Bahia, apesar de ter tido atuação no estado de Sergipe. Conforme matéria abaixo:

Imagem 06: Movimento reivindicatório da categoria docente



ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES LICENCIADOS DO BRASIL SECÇÃO DE SERGIPE

NOTA

De modo geral o professorado brasileiro vem ultimamente retomando a consciência do seu valor como responsável pela Educação. Muitas têm sido as dificuldades para fazer reconhecer esta importância do magistério, impulsionador do progresso, pois sempre que se procura exigir nossos direitos somos obrigados a assumir medidas enérgicas porque de outra forma nunca conseguimos coisa alguma e a prática vem demonstrando que esperar acontecer não é pensamento de quem sabe querer.

Os professores sergipanos, congregados em torno da APLB-Se., têm demonstrado que querem e sabem querer.

Na luta pela valorização profissional, exigindo agora sob o aspecto financeiro, fazem valer a sua importância e o merecido respeito na sociedade e reclamam judicialmente o cumprimento de seus direitos legais. Acionam o Estado de Sergipe tanto na Justiça do Trabalho, cobrando o 13o. salário correspondente aos anos 70 e 71 e a diferença salarial, como na Justiça Ordinária exigindo a diferença salarial para os Licenciados efetivos, tomando por base a C.L.T. e o Decreto Federal 67.322.

Mas, como o financeiro é apenas um aspecto da valorização profissional preparam-se os educadores para o I Encontro Estadual de Professores de Sergipe que se realizará em nossa cidade de 28 deste mês a 1o. de outubro, oportunidade em que serão discutidos assuntos do maior interesse profissional e educacional.

A APLB-Se. organizadora do conclave, tem certeza da participação total do professorado de todos os niveis de ensino, pois no momento em que se deve assumir uma atitude de consciência profissional, a omissão é covardia e essa não é digna da pessoa humana que tem o privilégio da inteligência.

Retorna dirigente do

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

> *"Na década de 70 nós já tínhamos uma associação de professores que é a APMESE – Associação de Profissionais do Magistério Público de Sergipe. É criada por professores, mas*

> *muito próximo na institucionalidade. Ela foi criada de cima para baixo. Ela nasce no Palácio. A origem dela é uma origem de gabinete, criação de gabinete. Uma estrutura muito voltada ao aparelho de estado. Liderada pelo professor Walter Leão e pelo professor Vilder Santos. Era o governo de José Rolemberg Leite, que já foi catedrático da rede. (Professor/a, D).*

As falas corroboram com Almeida (1988) quando destaca que a partir de 1970, vivenciou-se um intenso processo de reorganização dos sindicatos, mobilizando estratégias de confrontação do trabalho com o capital pela utilização de mobilização coletiva para fazer reconhecer novos direitos, negociação coletiva, organização sindical, direito de greve.

Porém, não se pode deixar de evidenciar também que, em Sergipe,

> *"Durante o período de 1970 a 1976 essa entidade não se mobilizou" (Professor/a F)*

Essa colocação remete a afirmativa de Leite (1997) quando diz que a ditadura, implantada no país em 1964, não acabou com o movimento sindical dos trabalhadores brasileiros, mas o amordeçeu. Visto que, os sindicatos continuaram a exercer suas rotinas, porém, ocupando-se prioritariamente da gestão dos serviços assistenciais, assumindo um caráter mutualista, recreativo e cultural.

Sobre esse aspecto, as colocações de Fogaça (1992) reforçam o pensamento acima quando diz que,

> [...] Os trabalhadores da área da educação [...] até a década de 70, compunham uma categoria sem maior expressão, do ponto de vista da ação política e organizada, seja pelo impedimento legal dos servidores públicos se organizarem em sindicatos, seja pela própria desmobilização da categoria, herança de um passado em que o *status* do magistério garantia um salário digno e o respeito da sociedade e dos governantes. Além disso, os professores, em sua grande maioria eram provenientes da burguesia e da classe média alta, o que também concorria para um distanciamento dos demais segmentos da classe trabalhadora e de seus problemas cotidianos, que serviram de base à ação sindical. (FOGAÇA, 1992, p. 41).

Essa carência e/ou falta de participação dos professores/as nas mobilizações pode ter ocorrido diante das restrições à organização sindical, muitos desses professores/as

ficaram com medo de sofrerem repressão política ou perseguição, até porque como é sabido, o governo perseguiu líderes e membros de sindicatos. Então acredita-se que muito professores/as temiam represálias, como demissões, prisões e até tortura, caso fossem identificados como militantes. Acredita-se que o ambiente de vigilância e repressão pode ter contribuído para o afastamento da participação dos professores/as.

Conforme o/a entrevistado/a,

> "*Em 1977, a organização dos trabalhadores em educação, da rede pública oficial de ensino em Sergipe vai se constituir, através da criação da APMESE - Associação dos Profissionais do Magistério de Sergipe. Essa por sua vez, atendia os professores da rede Estadual e Municipal. Essa associação, foi criada praticamente pelo governo, e tinha como objetivo, o fortalecimento do governo. A APMESE limitava suas funções ao caráter assistencialista e recreativo, distante da função reivindicatória." (Professor/a C)*

> *"A APMESE é uma associação que vai ser criada e mantida na institucionalidade, numa relação muito próxima com o governo de estado. A origem dela é a origem de gabinete" (Professor/a J)*

Ou seja, a APMESE funcionava dentro de uma perspectiva colaboracionista, orientada pelo Estatuto da classe para assumir, na essência, uma postura subserviente aos desígnios do então regime, sem a percepção política dos trabalhadores. Isso se devia a própria conjuntura histórica em pauta, no qual as ações organizativas apresentavam-se extremamente atreladas ao poder público local, "o exercício do Magistério era encarado como uma espécie de sacerdócio onde prevalecia o sacrifício, a abnegação e a disciplina, dispensando-se o conflito e o protesto. (SILVA, 1997).

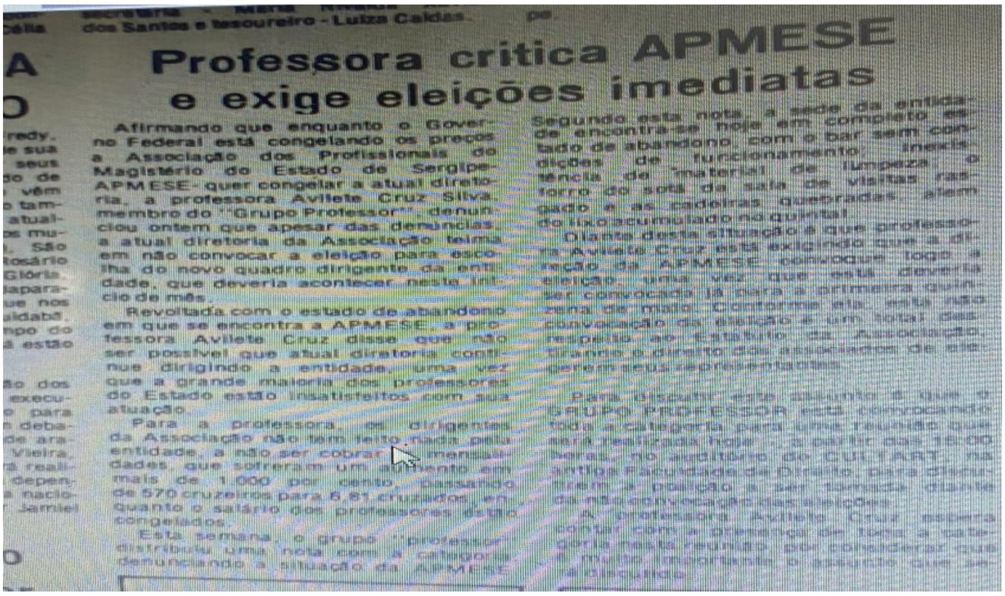
A postura da APEMESE reflete a forma como o regime controlava as organizações sindicais e associativas no Brasil, muitas vezes neutralizando suas capacidades de luta e de representação dos trabalhadores. Acredita-se que a APMESE assim como outras associações e sindicatos da época era cooptada pelo governo, funcionando mais como um órgão de mediação entre os professores e os Estado do que como uma entidade de luta. E diante dessa subordinação, conforme evidencia-se nas falas dos entrevistados/as, a APMESE esteve mais atrelada as demandas do governo do que na

defesa das reivindicações dos professores/as. Essa situação, na época, gerou insatisfação por parte da categoria docente, conforma aponta a fala:

> "*muitos professores, pertencentes a rede estadual, encontravam-se descontentes junto a APMESE, principalmente em relação a defesa de interesses da categoria.*" (Professor/a G).

A partir da fala evidencia-se que, parcela dos professores manifestavam insatisfação pela maneira contraditória, que os dirigentes da APMESE conduziam o movimento da categoria, amparando-se no corporativismo e no reformismo atrelados ao Estado. Nota-se que eles assumiram uma postura mais burocrática e menos combativa. Inclusive essa situação foi destaque no jornal, conforme segue abaixo:

Imagem 07: Insatisfação dos/as professores/as frente a APMESE.



Professora critica APMESE e exige eleições imediatas

Afirmando que enquanto o Governo Federal está congelando os preços a Associação dos Profissionais do Magistério do Estado de Sergipe - APMESE - quer congelar a atual diretoria, a professora Avilete Cruz Silva, membro do "Grupo Professor", denunciou ontem que apesar das denúncias a atual diretoria da Associação teima em não convocar a eleição para escolha do novo quadro dirigente da entidade, que deveria acontecer neste início de mês.

Revoltada com o estado de abandono em que se encontra a APMESE, a professora Avilete Cruz disse que não ser possível que atual diretoria continue dirigindo a entidade, uma vez que a grande maioria dos professores do Estado estão insatisfeitos com sua atuação.

Para a professora, os dirigentes da Associação não tem feito nada pela entidade, a não ser cobrar [illegible] mensalidades, que sofreram um aumento em mais de 1.000 por cento, passando de 570 cruzeiros para 6,81 cruzados, enquanto o salário dos professores estão congelados.

Esta semana, o grupo "professor" distribuiu uma nota com a categoria denunciando a situação da APMESE.

Segundo esta nota, a sede da entidade encontra-se hoje em completo estado de abandono, com o bar sem condições de funcionamento, inexistência de material de limpeza, o forro do sofá da sala de visitas rasgado e as cadeiras quebradas, além do lixo acumulado no quintal.

Diante desta situação é que professora Avilete Cruz está exigindo que a direção da APMESE convoque logo a eleição, uma vez que esta deveria ser convocada já para a primeira quinzena de maio. Conforme ela, esta não convocação da eleição é um total desrespeito ao Estatuto da Associação, tirando o direito dos associados de elegerem seus representantes.

Para discutir este assunto é que o GRUPO PROFESSOR está convocando toda a categoria para uma reunião que será realizada hoje, a partir das 15:00 horas, no auditório do CULTART, na antiga Faculdade de Direito, para discutirem a posição a ser tomada diante da não convocação das eleições.

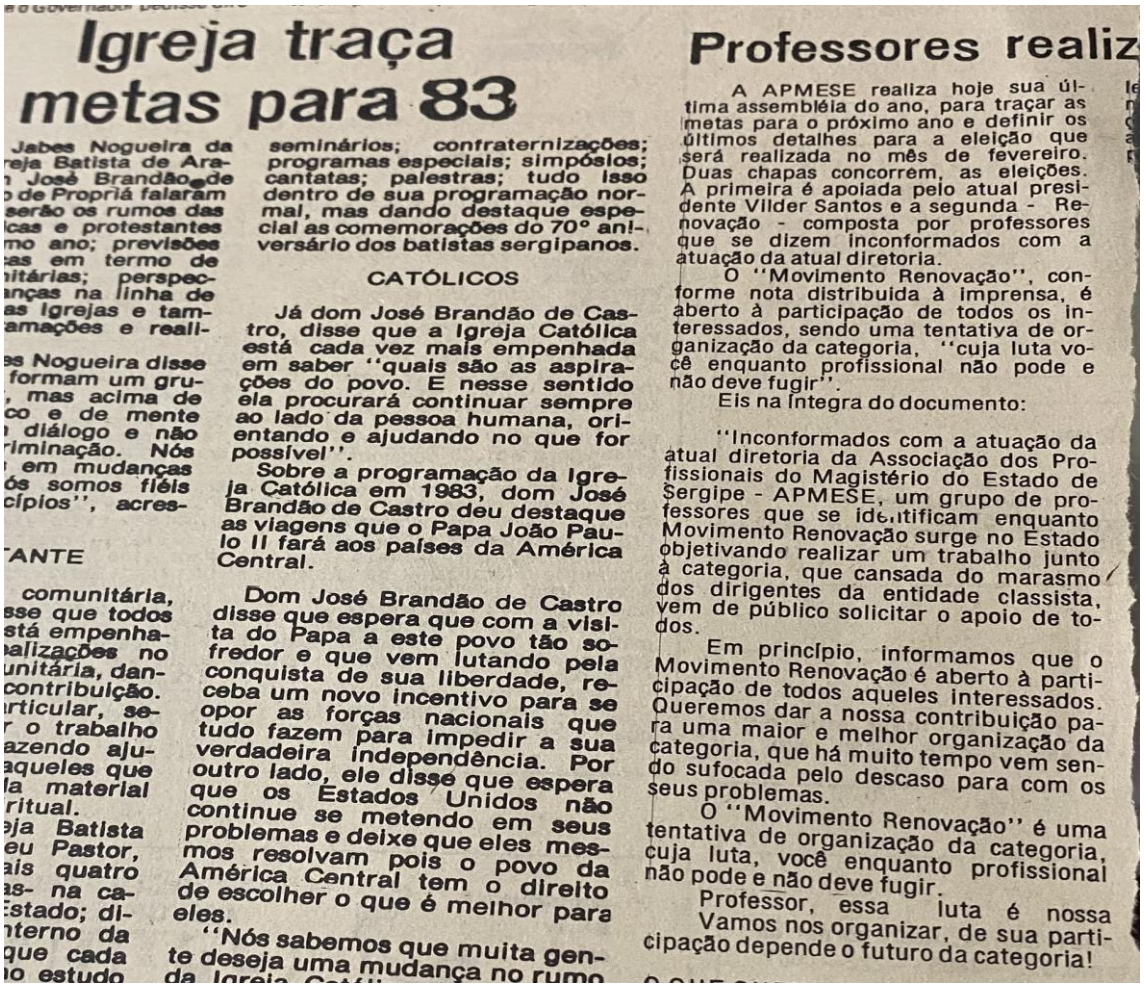
A professora Avilete Cruz espera contar com a presença de toda a categoria nesta reunião por considerar que é muito importante o assunto que será discutido.

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

Diante da insatisfação da categoria docente frente a atuação da APMESE, os/as entrevistados/as relatam que:

> *"Existiu um grupo de oposição a APMESE. Esse grupo em 1986 cria outra instituição chamada CEPES – Centro dos Profissionais de ensino de Sergipe, coordenado pela professora Ana Lúcia e pelo professor Diomedes silva. Tinha professor que era filiado às duas associações. Mas só era chamado para as*

grandes assembleias a APMESE. Então nós íamos para a assembleia as APMESE." (Professor/a F).



Igreja traça metas para 83

Jabes Nogueira da reja Batista de Ara- José Brandão de de Propriá falaram serão os rumos das cas e protestantes mo ano; previsões as em termo de itárias; perspec- nças na linha de as Igrejas e tam- amações e reali-

es Nogueira disse formam um gru- , mas acima de co e de mente diálogo e não riminação. Nós em mudanças ós somos fiéis cípios'', acres-

ANTE

comunitária, sse que todos stá empenha- alizações no unitária, dan- contribuição. rticular, se- r o trabalho azendo aju- aqueles que la material ritual. eja Batista eu Pastor, ais quatro as- na ca- stado; di- nterno da que cada o estudo

seminários; confraternizações; programas especiais; simpósios; cantatas; palestras; tudo isso dentro de sua programação normal, mas dando destaque especial as comemorações do 70º aniversário dos batistas sergipanos.

CATÓLICOS

Já dom José Brandão de Castro, disse que a Igreja Católica está cada vez mais empenhada em saber ''quais são as aspirações do povo. E nesse sentido ela procurará continuar sempre ao lado da pessoa humana, orientando e ajudando no que for possível''.

Sobre a programação da Igreja Católica em 1983, dom José Brandão de Castro deu destaque as viagens que o Papa João Paulo II fará aos países da América Central.

Dom José Brandão de Castro disse que espera que com a visita do Papa a este povo tão sofredor e que vem lutando pela conquista de sua liberdade, receba um novo incentivo para se opor as forças nacionais que tudo fazem para impedir a sua verdadeira independência. Por outro lado, ele disse que espera que os Estados Unidos não continue se metendo em seus problemas e deixe que eles mesmos resolvam pois o povo da América Central tem o direito de escolher o que é melhor para eles.

''Nós sabemos que muita gente deseja uma mudança no rumo

Professores realiz

A APMESE realiza hoje sua última assembléia do ano, para traçar as metas para o próximo ano e definir os últimos detalhes para a eleição que será realizada no mês de fevereiro. Duas chapas concorrem, as eleições. A primeira é apoiada pelo atual presidente Vilder Santos e a segunda - Renovação - composta por professores que se dizem inconformados com a atuação da atual diretoria.

O ''Movimento Renovação'', conforme nota distribuida à imprensa, é aberto à participação de todos os interessados, sendo uma tentativa de organização da categoria, ''cuja luta você enquanto profissional não pode e não deve fugir''.

Eis na íntegra do documento:

''Inconformados com a atuação da atual diretoria da Associação dos Profissionais do Magistério do Estado de Sergipe - APMESE, um grupo de professores que se identificam enquanto Movimento Renovação surge no Estado objetivando realizar um trabalho junto à categoria, que cansada do marasmo dos dirigentes da entidade classista, vem de público solicitar o apoio de todos.

Em princípio, informamos que o Movimento Renovação é aberto à participação de todos aqueles interessados. Queremos dar a nossa contribuição para uma maior e melhor organização da categoria, que há muito tempo vem sendo sufocada pelo descaso para com os seus problemas.

O ''Movimento Renovação'' é uma tentativa de organização da categoria, cuja luta, você enquanto profissional não pode e não deve fugir.

Professor, essa luta é nossa Vamos nos organizar, de sua participação depende o futuro da categoria!

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

"*em 1980, um grupo de jovens professores entre eles, o professor Diomedes Silva, o Professor Varjão e o professor Rui Belém, começam a entrar na rede estadual através de concurso público. Esse grupo não coaduna da maneira como a APMESE conduzia suas atividades." (Professor/a A)*

"Foi criado uma outra instituição chamada de CEPES – Centro de Profissionais de Ensino de Sergipe, coordenado pela professora Ana Lúcia Menezes. O CEPES tinha como proposta, conduzir a luta do magistério a partir de uma associação classista aliando reivindicações a estudos e debates, sobre a prática pedagógica da Rede pública do estado de Sergipe. Em sua composição estiveram presentes militantes e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores - PT." (Professor/a H)

Em sua trajetória, o CEPES demarcou a presença do professorado combativo e protagonista ostensivo, cujas reivindicações possibilitaram sua influência na formulação e controle de políticas e no padrão de relações políticas e de trabalho entre o Estado e seus empregados. Agrupados sob mesma visão de mundo, os agentes dessa luta produziram um poder simbólico caracterizado por ações duradouras de mobilização, no qual agregou em sua trajetória política, representantes que conquistariam mais tarde, postos de direção político-sindical. (OLIVEIRA, 2014).

Os/as entrevistados/as, entendem que

> *"nos anos 80, o país passa por uma reabertura política, então é um momento de efervescência da política ideológica nas camadas populares." (Professor/a H)*

Corroborando nessa linha de pensamento Batista (2021, p. 147) afirma que

> [...] no fim da década de 70 e inicio dos anos 80, ocorreu uma efervescência dos movimentos sociais e um reforço das ações de luta em prol dos interesses dos trabalhadores. Consequentemente, tal período também foi cenário de várias greves no país, construídas na luta por melhores condições de trabalho e salários. Nesse novo panorama que se descortinava, surgiram também novos personagens que passaram a ter papel destacado no interior das lutas populares: as lideranças sindicais.

Cabe dizer que essa reabertura, pode ter oferecido as condições objetivas para que os professores/as se organizassem, reivindicassem melhorias, principalmente salariais, e exigissem das autoridades mais empenho no estabelecimento de politicas públicas para a educação. A proporção que cresciam numericamente, os professores/as podiam dialogar, trocar ideias, discutir contradições da profissão, enfim, organizar-se. (ROSSO, CRUZ e RÊSES, 2011).

Nessa lógica, Oliveira (2014) destaca que

> [...] A ascensão do movimento reivindicatório de servidores públicos, no qual o professorado exerceu papel fundamental, ocorreu durante os anos 1980, quando eclodiram transformações significativas, denotadas pelo novo sindicalismo brasileiro.

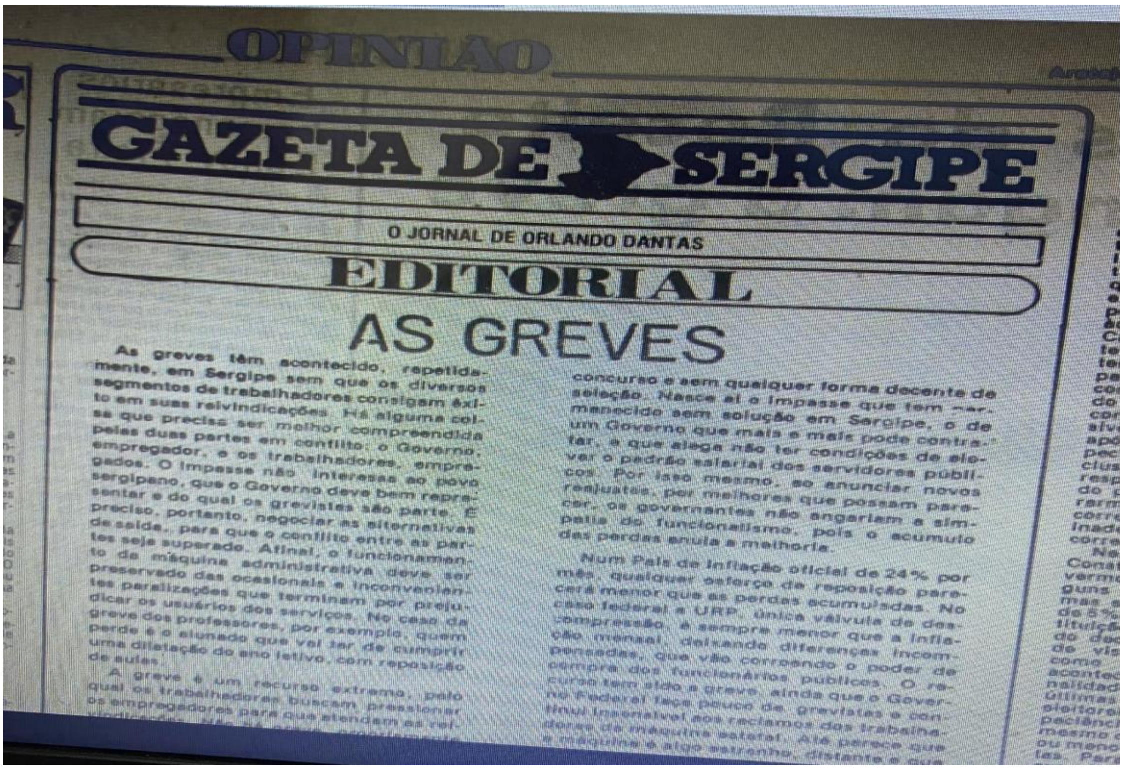
Nessa linha de raciocínio Colbari (2010) acrescenta que a vitalidade do sindicalismo está relacionada ao novo padrão de cidadania no mundo do trabalho desenhado pela Constituição de 1988 que institucionalizou as conquistas obtidas pelos setores assalariados organizados, ampliou o leque de direitos trabalhistas e políticos e promoveu a sua universalização. Não foram menos importantes nesse revigoramento do movimento sindical, as articulações e os encontros de representantes de diferentes categorias de trabalhadores.

Nessa linha de raciocínio, Antunes aponta que (1995, p. 11), aquele momento marcava (...) a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e dos setores de serviços o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos de índices de sindicalização.

Não se pode negar que as greves contribuíram para o surgimento do sindicato, sendo este o instrumento mais efetivo dos trabalhadores para a organização das suas lutas na busca de melhores salários e condições de trabalho

Corroborando com o que foi dito, observa-se na matéria do jornal, a relevância das greves enquanto mecanismo de busca pela garantia dos direitos.

Imagem 08: Importância das greves


OPINIÃO

GAZETA DE SERGIPE

O JORNAL DE ORLANDO DANTAS

EDITORIAL

AS GREVES

As greves têm acontecido, repetidamente, em Sergipe sem que os diversos segmentos de trabalhadores consigam êxito em suas reivindicações. Há alguma coisa que precisa ser melhor compreendida pelas duas partes em conflito: o Governo, empregador, e os trabalhadores, empregados. O impasse não interessa ao povo sergipano, que o Governo deve bem representar e do qual os grevistas são parte. É preciso, portanto, negociar as alternativas de saída, para que o conflito entre as partes seja superado. Afinal, o funcionamento da máquina administrativa deve ser preservado das ocasionais e inconvenientes paralizações que terminam por prejudicar os usuários dos serviços. No caso da greve dos professores, por exemplo, quem perde é o aluno que vai ter de cumprir uma dilatação do ano letivo, com reposição de aulas.

A greve é um recurso extremo, pelo qual os trabalhadores buscam pressionar os empregadores para que atendam as rei-

concurso e sem qualquer forma decente de seleção. Nasce aí o impasse que tem permanecido sem solução em Sergipe, o de um Governo que mais e mais pode contratar, e que alega não ter condições de elevar o padrão salarial dos servidores públicos. Por isso mesmo, ao anunciar novos reajustes, por melhores que possam parecer, os governantes não angariam a simpatia do funcionalismo, pois o acúmulo das perdas anula a melhoria.

Num País de inflação oficial de 24% por mês, qualquer esforço de reposição parecerá menor que as perdas acumuladas. No caso federal a URP, única válvula de descompressão, é sempre menor que a inflação mensal, deixando diferenças incompensadas, que vão corroendo o poder de compra dos funcionários públicos. O recurso tem sido a greve, ainda que o Governo Federal faça pouco de grevistas e continui insensível aos reclamos dos trabalhadores da máquina estatal. Até parece que a máquina é algo estranho, distante e que

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

Em Sergipe, assim como em outros estados brasileiros, existiu uma prevalência das greves de maneira unificada, conforme apresenta a fala do entrevistado/a.

> *"Cabe frisar que no período de 1984 a 1988 as greves e paralizações ocorriam de forma unificada com as demais categorias." (Professor/a I).*

Para Batista (2021) várias categorias socioprofissionais procuram se mobilizar unificadamente sob a bandeira de associação e/ou sindicato como forma de organizar os trabalhadores em busca de melhores condições de vida, trabalho e salário.

Em consonância com a fala acima, Colbari (2010) afirma que em 1987, destaca-se a preponderância das greves no setor público, e com maior incidência nas categorias agrupadas em assalariados de classe média e trabalhadores de base em serviço.

Cabe ressaltar que a greve pode ser vista, como uma manifestação de conflitos de interesses, sendo um importante instrumento de reivindicação por parte dos trabalhadores, de seus direitos, de sua participação no espaço político, de redefinição das relações de trabalho e de resistência às formas de dominação do capital sobre o trabalho. Sendo assim, uma forma de pressão para obter melhorias concretas seja na ordem: econômicas, sociais, melhor qualidade de emprego e políticas públicas.

Ou seja, a intencionalidade sempre foi a luta pela melhoria das condições de trabalho e salário, através de negociação ampla e transparente, procurando favorecer o conjunto das classes trabalhadoras.

Ainda no que concerne ao direito a greve à Constituição de 1988, consolidou, contraditoriamente, tanto avanços quanto um conservadorismo na estrutura sindical. Com relação aos avanços é notório que houve um aumento da liberdade sindical; foi dado ao funcionalismo público o direito de sindicalização; e, além do mais, foram estendidos ao campo vários direitos sindicais antes restritos somente para os trabalhadores urbanos. (COLBARI, 2010).

Na visão de Junior (1994) a promulgação da Constituição de 1988 consagrou a reforma liberalizante da estrutura sindical. Visto que, o controle rígido do governo sobre os sindicatos oficias foi suspenso e a liberdade de expressão, de reunião, de manifestação e de greve ampliou-se.

Nesse sentido, a matéria que segue, vem mostrar a participação do funcionalismo público, em mobilizações unificadas, situação que antes não lhes era permitido.

Imagem 09: Mobilizações Unificadas

Funcionários do Estado estão em greve

Empresa ameaça seus empregados

A Empresa Compasso, ...alizada no Distrito In...strial de Aracaju, conti...a ameaçando os diretores ... Simese - Sindicato dos ...etalúrgicos de Sergipe, ...sentido de não efetuar o ...gamento dos represen...tes do Sindicato. A in...mação foi dada ontem ...o presidente do Simese, ...son Tavares. Segundo ..., a ameaça está partindo ...Luiz Paulo, responsável ...o setor de pessoal da ...ia empresa, só porque o ...dicato que representa a ...egoria dos metalúrgicos ...mobilizando os meta...icos no sentido de luta... pela equiparação sala... de todos os empregados ...Compasso. ...egundo Gilson Tavares,

Os funcionários do Estado fizeram manifestação em frente a Secretaria de Estado da Administração

Os servidores públicos estaduais entraram em greve ontem e pretendem dar continuidade ao movimento paredista até que suas reivindicações sejam atendidas por parte do Governo Estadual. Durante toda a manhã a classe trabalhadora se concentrou na porta da Secretaria da Administração onde aguardaram o resultado do primeiro contato entre representantes do Governo Estadual e o comando intersindical.

Logo no início da manifestação, os servidores fizeram longo pronunciamento através de um megafone, mas logo em seguida foi trocado por um carro de som cedido pelo Sindicato dos Bancários. Em seus pronunciamentos os manifestantes criticaram severamente a atual política salarial do governador Antonio Carlos Valadares e alertaram que as "elites assim como o Governo não têm interesse de tirar a população da ignorância".

Na avaliação do Comando intersindical de greve o movimento conseguiu a adesão de 80 por cento dos servidores públicos estaduais. Muita gente, conforme frisou a presidenta do Centro de Profissionais de Ensino de Sergipe, (Cepes), Ana Lúcia Meneses, também integrante do Comando Intersindical, se dirigiu às repartições públicas mas não conseguiu desenvolver as atividades em função ... dos servidores.

Entre fundações ... administração direta, ... mente o Departamento ... sito, (Dentran), Fundação ... Menor, (Febem), e o ... por ser um órgão que ... gência.

Os funcionários da ... realizaram ontem pela ... geral no Instituto ... Sergipe quando ... mento dos servidores ... Embora o atendimento ... de saúde do Estado ... apenas para os casos de ... gência, no Hospital João ... des permanecem normais ... dores daquele hospital ... rir ao movimento grevista ... posicionamento do Governo ... pretende privatizá-lo. Esta ... contrada para evitar que ... a greve como pretexto para ...

Para avaliar o movimento ... servidores públicos estaduais ... reunidos em assembléia ... das 9 horas da manhã ... ditório do Instituto ... de Sergipe.

Conselho Municipal defende os ... Barracões foram ...

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

Aracaju, 06 de Dezembro de 1989, pág.

GERAL

Servidores públicos continuam em greve

Aberto hoje Encontro de Zoobotânicos

As livrarias vendem pouco cartões natalinos: preços

Orlando Dantas te...

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

CIDADE

...e realiza campanha co...

Greve do funcionalismo público chega hoje na terceira semana

Os servidores públicos estaduais ingressam hoje na terceira semana de greve e as negociações com o Governo estão totalmente paradas uma vez que o próprio governador Antonio Carlos Valadares já declarou que permanecerá insistindo na política salarial por ele divulgada na semana passada. É grande o índice de adesão ao movimento, mas nem todos os serviços públicos estão paralisados, a exemplo do Departamento Estadual de Trânsito, (Detran), cujos funcionários reclamam dos salários baixos mas não aderiram definitivamente à greve geral.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Públicos do Estado de Sergipe, (Sintrase), David Prudente, esclareceu que no momento não foi feita uma ampla avaliação do movimento mas garantiu que os servidores do Iesap, ITPS, IPH, da Educação e Saúde estão parados em 100%. "Nós temos conhecimento que algumas secretarias estão com os serviços parados e também sabemos que há um elevado grau de insatisfação dos servidores e muita gente, inclusive funcionários do Detran que ainda não aderiram ao movimento grevista, está participando das assembléias e fazendo questão de discutir amplamente o assunto", assegurou David Prudente.

A partir de hoje os dirigentes sindicais vão fazer constantes visitas aos órgãos públicos para observar melhor o movimento em cada repartição e ser uma avaliação mas completa dos efeitos do movimento grevista. O maior índice de adesão ao movimento grevista foi registrado na educação e saúde. Todas as escolas da rede estadual de ensino permanecem com as atividades paralisadas enquanto que nos postos médicos está funcionando apenas o esquema especial de atendimento a casos de urgência e emergência montado pelos grevistas.

POLÍCIA MILITAR

Ontem pela manhã houve rumores de que os policiais militares estariam com suas atividades paralisadas em repúdio aos baixos salários, mas a versão foi desmentida por muitos policiais do Comando Geral e praças que atuam em vias públicas. Segundo os policiais, a Polícia Militar em Sergipe não aderiu ao movimento deflagrado nos Estados da Bahia e Pernambuco onde os militares decidiram cruzar os braços na luta por melhoria salarial e condições de trabalho.

O comandante geral da Polícia Militar, coronel Joseluci Prudente disse que se tratava de uma inverdade a greve dos policiais no Comando Geral da PM. "É um movimento inexistente aqui na PM, mesmo porque é proibido por lei a sindicalização e a greve por parte dos militares', assegurou o comandante geral da PM mostrando o Artigo 34 da Constituição Estadual que em seu Artigo 5º deixa explícito: "é proibido aos militares a sindicalização e à greve".

O coronel Joseluce Prudente alertou ainda que não há qualquer movimento desta natureza mesmo porque os militares nunca podem tecer qualquer comentário sobre política partidária, política sindical, religião entre outros assunto da natureza. A respeito dos baixos salários da categoria, o comandante deixou claro que "não me pronuncio sobre assuntos salariais, os militares ganham aquilo que o Estado pode pagar".

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

Para Junior (1994) a crise econômica que atingiu o Brasil nas décadas de 1970 e 1980, caracterizada por alta inflação, desemprego e perda do poder aquisitivo, motivou os trabalhadores a se unirem para defender seus interesses.

Ou seja, a deterioração das condições de vida fez com que diversas categorias de trabalhadores percebessem a necessidade de ações coletivas e coordenadas para pressionar o governo e os empregadores.

Nesse sentido, as greves gerais ocorridas no estado de Sergipe, conforme apresenta a matéria acima, tornaram-se ferramentas importantes de mobilizações e reivindicações, demonstrando o poder da ação unificada.

Pode-se dizer que as ações sindicais unificadas no Estado de Sergipe foi um reflexo das condições adversas enfrentadas pelos trabalhadores sob o regime militar e em meio a uma crise econômica profunda. Então, diante da repressão, e da necessidade de enfrentar desafios comuns e a busca por democracia e melhores condições de vida podem ter contribuído para que os sindicatos se organizassem de maneira unificada, fortalecendo a luta trabalhista e contribuindo para as conquistas sociais e políticas do período.

Nesse sentido enxerga-se que o movimento sindical docente atua segundo o que se espera de um movimento de trabalhadores assalariados, sendo que as discussões e reivindicações apresentadas situam-se no âmbito pedagógico e econômico, neste último vê-se a defesa salarial e melhoria da carreira, conforme evidencia-se na fala a seguir:

> *"Em 1984, em abril ou maio, no governo de João Alves Filho, o CEPES faz sua primeira greve no estado, foram dois dias, sempre permeada com atividades culturais. Essa greve se deu porque o governador incorporou arbitrariamente a regência. Ele não podia fazer isso porque a maioria da categoria era celetista. Durante essa greve a professora Ana lúcia foi falar na televisão. A primeira do movimento a ser entrevistada. Foi no programa Bom dia Sergipe as 6h da manhã. (Professor/a A).*

Imagem 10: Possível paralização dos/as professores/as

Professores podem paralisar atividade

Concurso de Jornalismo em BTN's

Conforme proposta prevista em seu regulamento, o Concurso Nacional de Jornalismo "Instituto Liberal" - I Prêmio Fenícia de Imprensa está atualizando o valor de seus prêmios para NCz$ 76 milhões. Em março, quando foi lançado o valor total dos prêmios do concurso era de NCz$ 26 milhões.

Concorrem aos prêmios os trabalhos publicados em jornais ou revistas dirigidos ao público em geral, transmitidos por emissoras de rádio e televisão e veículos internos de empresa (house-organ). Esses trabalhos, para concorrer ao prêmio, devem ter sido publicados de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1989.

Os NCz$ 76 milhões do prê-

Mesmo com a paralisação, os previdenciários procuraram ajudar os segurados do Inamps.

Os professores da Rede Estadual de Ensino deverão entrar em greve hoje por tempo indeterminado. A decisão foi tomada desde a última Assembléia Geral da categoria por não concordar com a política salarial do Governo Estadual. Por outro lado, os professores da rede municipal completam hoje o décimo dia de paralisação.

Na próxima terça-feira, os professores da rede municipal realizarão uma Assembléia Geral que acontecerá a partir das 15 horas no Colégio Presidente Vargas, no Siqueira Campos. Na oportunidade a categoria avaliará o movimento grevista e tomará novas medidas como forma de pressionar o prefeito Wellington Paixão.

Segundo o vice-presidente da Associação Profissional dos Educadores do Município de Aracaju, (Apema), Diómedes Santos, o prefeito Wellington Paixão está desrespeitando o acordo firmado com a categoria além de desrespeitar a Constituição Federal, citando como exemplo ... mento de 1/3 das férias ... rado; que não é feito pela ... ção estadual.

DEFASAGEM

Diómedes Santos ... respeito do movimento dos ... res da rede estadual de ... gundo ressaltou, o poder ... categoria está reduzido em ... por estas razões a categoria ... tou a política salarial do Go... tadual. Na avaliação do ... proposta do Governo ... velar os salários de todos ... res neste mês de dezembro ... tanto levar em consideração ... trabalhadas nem também ... cada professor. "Em ... acordo com a política salarial ... vernador Antonio Carlos ... todo professor estariam ... um Piso Nacional de Salários ... zou Diómedes ao defender ... de cargos e salários.

Convênio assinado entre EBC...

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

GERAL

após greve

Econômica Federal. (Foto Luiz Car-

...tornaram ao trabalho no dia de ontem. No telex, Carlos Siqueira esclarece que todos os funcionários que comparecem ao trabalho receberão "voto de louvor" e que a direção da CEF está estudando meios de ...

Professores paralisam atividades

Amanhã, quinta-feira, os professores de todo o Estado estarão com suas atividades paralisadas. Trata-se da greve geral de advertência na luta pela reposição das perdas salariais que atingem hoje mais de 260 por cento. A greve poderá ter duração de apenas 24 horas ou até mesmo prosseguir por tempo indeterminado.

A decisão pelo rumo que tomará a greve de advertência será tomada na mesma quinta-feira durante assembléia geral que acontecerá a partir das 9 horas no auditório Lourival Batista. "Nesta assembléia - advertiu o presidente da Associação Profissional do Magistério do Estado de Sergipe, (APMESE), Hamilton Santana - analisaremos diversos itens relacionados ao professorado e ainda o indicativo de greve por tempo indeterminado", finalizou.

A quinta-feira como o dia da paralisação geral de advertência foi escolhida durante o II Congresso Estadual de Educação que se realizou no período de 14 a 17 deste mês no auditório da Escola Técnica Federal de Sergipe.

Se... Al... mo...

A greve contin... Hospital Govern... estão tentando m... secretário Franci... lho, para que os ... sejam reabertos, ... gundo informaçõe... ve, a categoria nã...

Os grevistas nã... sição salarial, ma... te as negociações ... aceitar propostas ... no sentido de que ... sagem seja feito ... avaliar o movime... tas que poderão s... funcionários estar... a partir das 18h... Hospital.

Dos 32 chefes e ... traram interess... um deles, o médic... re, chefe do setor ... candidato a vere... Frente Liberal, se ...

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

LOCAL

Professores param atividades, hoje

Hoje, quinta-feira, os professores da rede estadual da capital e do interior estarão com suas atividades paralisadas em protesto aos baixos salários da categoria. Eles reivindicam do Governo Estadual, a reposição das perdas cujos índices já atingem mais de 260 por cento.

A greve dos professores poderá ser por apenas 24 horas. Mas na assembléia geral a ser realizada hoje pela manhã a partir das 9h30m no auditório Lourival Batista, a categoria discutirá o indicativo de greve por tempo indeterminado como forma de pressionar o Governo o Antonio Carlos Valadares a se posicionar quanto às perdas salariais da categoria. "Somente a assembléia geral que é soberana poderá decidir por uma greve prolongada" argumentou Hamilton Santana, presidente da Associação Profissional do Magistério do Estado de Sergipe, (APMESE).

O dia de luta, estabelecido para hoje, foi escolhido durante o III Congresso Estadual de Educação realizado no período de 14 a 17 deste mês no auditório da Escola Técnica Federal de Sergipe. Na oportunidade, os cerca de mil professores presentes, inclusive os representantes de classe no interior do Estado, analisaram minuciosamente a situação econômica da categoria e decidiram traçar planos de luta para conquistar os seus direitos.

No Congresso, os professores decidiram realizar uma nova paralisação que acontecerá no dia 13 do próximo mês. Desta vez, o professorado protestará contra o critério utilizado pelo Governo Estadual nas indicações de diretores e vices de estabelecimentos de ensino tanto na capital como no interior. [illegible]

Presidente da Associação Profissional do Magistério do Estado de Sergipe, Hamilton Santana. (Foto de Arquivo).

TC aprecia recursos impetrados pelo ex-prefeito J. Barreto

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

Enxerga-se que o principal desafio dos professores seria articular demandas especificas com alternativas mais globais para a educação e para a sociedade. Pois segundo Leite (1997) durante esse período (60 a 80) o Brasil gastava 3,8% do seu PIB em educação, ao passo que a maioria dos países desenvolvidos gastava cerca de 6%. Nota-se portanto, pouco investimento no setor educacional.

Neste aspecto, Leite (1997) afirma que essa situação era recorrente nas pautas devido a redução de recursos nos estados da federação, situação que contribuiu para a queda na qualidade do ensino público, favorecendo a centralização das lutas sindicais em torno das reivindicações salariais.

> *"Inicialmente as lutas se davam através de paralizações, com o envolvimento da população, ou seja, de toda a sociedade, percorrendo comercio, feiras livres e os dos pais de alunos. Havia sempre repressão por parte do governo e resistência por parte dos docentes. Ressaltando que essas manifestações sempre abriam espaços para negociações". (Professor/a B).*

> *"Em 1988 eclode uma grande greve, a dos funcionários públicos, a frente do governo do Estado, estava Valadares. Nessa greve,*

resolveu-se fazer o dia do apitaço na porta do Palácio, na época funcionava na praça Olímpio Campos. Nessa greve a categoria sofre a primeira repressão: o Governador Valadares manda o guincho do DETRAN pegar o carro de som, e também mandou chamar o pelotão de choque da polícia e eles atearam gás lacrimogênio em todos ali presentes. Muita gente começou a passar mal e sendo conduzida para os hospitais. Ao final dessa grave a categoria conseguiu reajuste do salário e a reformulação do estatuto do magistério". (Professor/a D)

"Em 1989 vem outra grande greve unificada, essa se deu porque o governador Valadares suspende o salário dos professores durante 56 dias. (Professor/a L)

Sobre esse fato, o jornal Gazeta de Sergipe emite a matéria que segue abaixo:

Imagem 11: Atitude do governo do estado frente as manifestações

para que esta Secretaria realize, no nosso Governo, as obras de esgoto da cidade de Lagarto. Está é uma antiga aspiração do povo deste grande município. Município populoso, município de um povo trabalhador, dinâmico, de gente boa, de gente que acredita no governador, apesar dos dias difíceis que estamos atravessando.

O contrato se refere, em primeiro

metros de esgotos. Três bairros já estão prontos. O Siqueira Campos, o Industrial e o Coroa do Meio.

É a preocupação do Governo, a preocupação dominante com a saúde da população.

Temos certeza absoluta que obras como estas que estamos apontando, as de Lagarto e Aracaju, sendo realizadas pelo nosso Governo e pelos governos subsequentes cuidarão da

municípios. E outros municípios serão beneficiados, tudo dentro da filosofia do Projeto Campo Verde, que visa alterar a fisionomia sócio-econômica do interior do Estado.

Na próxima semana, nós estaremos com mais detalhes dessas obras do Projeto Campo Verde que estão sendo financiadas pelo Produrb.

Até a próxima quinta-feira, se Deus quiser, e muito obrigado!"

Governo diz que grevistas tentaram invadir Palácio e foram dispersados

Segundo a versão do Palácio Olímpio Campos, distribuída pela Secon, "a Praça Fausto Cardoso, em frente ao Palácio Olímpio Campos, foi palco de alguns minutos de corre-corre e agitação, culminando com a necessidade do Batalhão de Choque da Polícia Militar ter que disparar bombas de gás lacrimogêneo para dissolver grupos que ativaram pedras no Palácio e em passantes".

A matéria acrescenta que, "por volta de 9 horas, quando duas ou três dezenas de pessoas, comandadas por meia dúzia de ativistas da CUT, postaram-se em frente ao Palácio Olímpio Campos, estacionando um carro de alto-falantes em local proibido, e através dele insultando as autoridades e, em especial, o governador do Estado. A pretexto de defender um aumento salarial para os funcionários públicos, alguns dos manifestantes proferiram insultos e agressões verbais a autoridades".

"Considerando que o carro de alto-falante estava em local de estacionamento proibido, e atrapalhando

do um guincho para retirá-lo. Insuflado por alguns dos manifestantes, já al contando com o deputado estadual Marcelo Déda a comandá-los, alguns dos presentes retiraram o carro do ponto em que estava e colocaram-no sobre o piso de pedras portuguesas do calçadão da Praça Fausto Cardoso" diz a nota.

"Enquanto isto, - acrescenta - e sempre tendo à frente o deputado Déda, algumas pessoas aproximavam-se do portão principal do Palácio, gritando palavras de ordem. Com a ameaça de invasão do Palácio, foi aumentada a guarda e convocado o Batalhão de Choque. A tropa formou um cordão de isolamento à frente do Palácio, quando começaram a chover pedras, vindas do grupo de manifestantes. Para dispersá-lo, foram lançadas duas bombas de gás lacrimogêneo. O deputado Déda, após passar dentro de uma nuvem de gás, postou-se em frente ao Palácio, braços abertos e semi-ajoelhado, gritando "Governador Valadares, pelo amor de Deus não mate o povo!".

Segundo ainda a versão da Secre-

taria de Comunicação, "em entrevista à imprensa, Déda e alguns outros ativistas da CUT e do PT lamentaram "a repressão armada", que "impediu a manifestação democrática dos trabalhadores", que "lutam por seus legítimos direitos". Não se referiu aos insultos dirigidos ao governador, ao estacionamento de um carro de alto-falantes em local proibido, com o som voltado diretamente para o Palácio do Governo e pelo qual saíam palavras de ordem e mais insultos; não falou da ameaça de invasão do Palácio e nem das pedras que foram lançadas por manifestantes. Tampouco fez menção ao fato de que algumas pessoas de bom senso, entre elas o deputado estadual Rosendo Ribeiro, quando procuravam dialogar com os chefes da manifestação, foram ameaçadas de agressão física.

Por volta de doze horas estava totalmente normalizada, mas os manifestantes prometiam voltar à tarde, razão pela qual foi mantida de prontidão uma equipe do Batalhão de Choque da PM", finaliza.

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

Os professores da rede estadual, em greve desde a semana passada, foram ontem pedir o apoio dos deputados estaduais.

Paralisação dos professores continua mesmo com ameaças

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

Outro fato interessante ocorreu quando resolveram enterrar o Governador Valadares. Segundo o entrevistado/a:

> *"Resolvemos enterrar Valadares, caixão mesmo. Teve a viúva, foi a professora Ubaldina com um véu e lenço chorando. Teve o que ficava acalmando a viúva que era o professor Antonio do curso de matemática. Muito engraçado. [...] Teve uma grande confusão, e nessa confusão, Deda consegue jogar o caixão na ponte do imperador. (Professor/a F).*

Imagem 12: Enterro simbólico do Governador do Estado

GAZETA DE SERGIPE

FUNDADOR: OLIVANDO DANTAS

grevistas "enterram" Governador

Prisões de grevistas mostram a participação ativa da CUT

Crise na Petrobrás pode parar Porto

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

Diante do que foi aqui apresentado, enxerga-se que a história do sindicalismo no Estado de Sergipe, é uma história de lutas, resistências e conquistas. É a história de manifestações, greves e passeatas sempre em defesa, não apenas dos interesses específicos da categoria, mas principalmente, a defesa do ensino público de qualidade.

Evidentemente que os eventos, assembleias e reuniões também são muito importantes no encaminhamento das ações coletivas.

Nota-se que as mobilizações/greves almejaram trazer para o conjunto da luta dos professores, o debate sobre a valorização do magistério, da escola pública, gratuita, de qualidade pra todos. Para dar relevância a novos temas, procurou instituir espaços de discussão e deliberação de propostas.

O ano de 1988, em termos locais, encerrou-se com a transformação da APMESE em Sindicato dos Trabalhadores da Educação no ensino de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE, durante o Segundo Congresso Estadual (OLIVEIRA, 2002:100).

Em termos gerais, nota-se que os movimentos sociais embora perpassem algumas vezes pela busca por melhorias salariais, quase sempre agregam, no bojo de seu enfrentamento, a garantia ou a conquista de direitos básicos que possibilitem uma condição de vida e trabalho melhor e mais digna.

4.2.3. Pautas das reivindicações e suas respectivas conquistas

Indubitavelmente, nota-se que as greves dos/as professores/as em Sergipe refletem uma luta contínua por melhores condições de trabalho, salários justos, e uma educação pública de qualidade. A pauta dessas greves era abrangente, incluindo tanto questões imediatas, como pagamentos atrasados e infraestrutura escolar, quanto demandas mais amplas, como a valorização profissional e a participação na formulação de políticas educacionais. Não se pode negar que essas greves desempenharam um papel crucial na defesa dos direitos dos/as professores/as e na melhoria do sistema educacional em Sergipe.

A partir das matérias do jornal investigado, e hora exposto, nota-se que as greves dos/das professores/as no estado de Sergipe, especialmente a partir das décadas de 1960

a 1980, foram marcadas por uma série de reivindicações que refletiam as dificuldades enfrentadas pela categoria e a busca por melhores condições de trabalho e de ensino.

Com relação as pautas das reivindicações, é consensual as falas dos/as investigados/as. Sendo eles/as:

> *"As reivindicações giravam em torno dos baixos salários; das péssimas condições de trabalho; pagamento do 13º salário; e recolhimento do FGTS. Foi um movimento muito rápido, em torno de 2 ou 3 dias de protesto, mas que teve um efeito, conseguiram negociação. Esse movimento foi liderado pelas professoras: Didi Machedo e Sônia Vandick." (Professor/a A)*

> *"As pautas das suas reivindicações passavam sempre por reajustes de salário*; *reformulação do estatuto do magistério, visto que, tratava-se de um estatuto muito autoritário, pois foi elaborado pelo corpo técnico da secretaria de educação, vindo verticalmente; a implementação da gestão democrática, também está presente nestas reivindicações, além das precárias condições de trabalho docente*." *(Professor/a D).*

> *"Estrutura física de escola, projeto político pedagógico, formação continuada de professores, questões relativas à carreira, efetiva implementação da LDB 5692/71, dentre outros aspectos, sempre relacionados as questões administrativas, pedagógicas e financeiro" (Professor/a G).*

> *"A gente sempre fazia uma pauta de reivindicações, geralmente nessa pauta havia um estudo de perdas salarias e esse percentual de perdas era nossa reivindicação." (Professor/a C).*

> *"Nas pautas a gente discutia, estrutura física de escola, projeto político da escola, formação continuada de professor, gestão democrática. Era uma pauta que a gente exigia discutir e dialogávamos no rádio com a população em cima dessa pauta. A gente não deixava que a pauta econômica prevalecesse" (Professor/a L).*

> *"Salário é uma discussão que sempre tem. Porque o salário estava baixo demais."(Professor/a J).*

Imagem 12: Conquistas de algumas das pautas dos servidores Públicos estaduais

Reajuste salarial de servidores do estado sai até sexta-feira

O anúncio do índice de reajuste salarial do funcionalismo público estadual que deveria acontecer hoje, conforme informação da assessoria de imprensa do Palácio do Governo, foi cancelado em decorrência de problemas de saúde do Governador Valadares, mas deverá acontecer ainda esta semana e no máximo até sexta-feira.

Ontem o setor de Imprensa do Palácio do Governo convocou a imprensa para hoje, quando o Governador Valadares anunciaria o índice de reajuste. No entanto, no final da tarde, a convocação foi suspensa, porque o Governador do Estado foi acometido de conjuntivite, o que o obrigou inclusive a cancelar diversos compromissos em sua agenda. Apenas por uma vez, e assim mesmo rapidamente, o Governador esteve ontem no Palácio Olímpio Campos, pois passou todo dia no Palácio de Veraneio.

Segundo informações dos assessores palaciano, o anúncio do aumento hoje não está completamente descartado, se o Governador amanhecer melhor hoje, é possível que ainda aconteça, mas essa hipótese é bem remota. O mais certo é que o anuncio vai acontecer até esta sexta-feira.

Enquanto o Governo do Estado não anuncia o índice real do reajuste, o clima é propício as especulações. O comentário geral é que os salários dos servidores públicos serão reajustados em índices que deverão variar de 80 a 120 por cento. A outra especulação é sobre o pagamento desses índices, se de uma vez ou em duas nos meses de outubro e novembro.

Mas enquanto o reajuste não é anunciado, os servidores públicos se mobilizam para reivindicar a recuperação das perdas salariais, evidentes com a inflação desenfreada e o não pagamento da URP para os servidores da administração direta. Os policiais civis já estão em campanha salarial e o não atendimento as reivindicações da categoria foi respondida com a "operação tartaruga" iniciada ontem. (Página 04 e 05)

POLÍTICA

...adares pode anunciar sexta reajuste de 120% ...ra servidores públicos

...do nega que crime ...garto foi político

Até sexta-feira o governador Antônio Carlos Valadares deverá anunciar o percentual do reajuste dos servidores públicos lotados no Estado. Valadares não recebeu políticos ontem à tarde, no Palácio Olímpio Campos, pois se recolheu ao Palácio de Veraneio, na Atalaia Velha, devido seu estado de saúde. O governador está atacado de conjuntivite e poderá anunciar hoje ou não o novo reajuste. No entanto, fontes do Palácio garantem que o anúncio oficial será feito ainda esta semana.

O deputado Carlos Alberto Oliveira (PFL) conversou ontem com um secretário e este lhe revelou que o reajuste deverá ser bem elevado, pois já engolirá a URP de outubro e o governador espera superar o Plano Nacional de Salários, que irá vigorar naquele mês em torno de Cz$ 25 mil cruzados. Levando-se em consideração a URP de outubro e os atuais salários, o Estado poderá conceder de 80% a 120% de aumento, com isso diminuiria a defasagem hoje existente e que iria de acentuar mais com a reajuste salarial do próximo mês.

Além do reajuste de 125 por cento, o Governador Valadares garantiu que nunca mais o servidor público de Sergipe vai ganhar menos que o piso nacional de salários.

Servidores do estado têm reajuste de 125%

Ao anunciar ontem o reajuste salarial dos servidores públicos de 125 por cento, pagos em duas parcelas, 80 por cento em outubro e 25 por cento em novembro sobre o salário de outubro, o Governador Antônio Carlos Valadares reconheceu que os servidores estão sendo penalizados pela crise econômica, mas desafiou com números, que no seu governo o funcionalismo não sofreu perdas reais de salário e garantiu inclusive que está recuperando as perdas registradas nos governos anteriores.

Valadares começou a entrevista coletiva, ontem, pela manhã, em seu ganinete no Palácio Olympio Campos, anunciando que para conceder o reajuste ao funcionalismo, o Estado não iniciará obras novas, manterá apenas as realizações do Projeto Grande Aracaju e os projetos sociais, pois, "tivemos que cortar todas as aberturas de créditos para os órgãos públicos, pois a prioridade até o final do ano é conseguir pagar ao funcionalismo público".

Ele disse que ao iniciar seu governo em março de 87 os gastos com o funcionalismo público estavam orçados em torno de 18 milhões de cruzados e atualmente o custo é de 2 bilhões e com o reajuste de 125 por cento vai para 4 bilhões e 500 milhões de cruzados. "Isso representa um esforço muito grande do governo para compatibilizar o recrudescimento do processo inflacionário com a necessidade de aumentos salariais aos servidores" enfatizou.

REAJUSTE AUTOMÁTICO

Mas grande novidade do reajuste salarial anunciado ontem pelo Governador do Estado é a garantia de que a partir do mês de outubro, 50 por cento do funcionalismo público, cerca de 20 mil servidores, terão reajustes salariais automáticos, para que o menor salário pago pelo governo estadual seja equivalente ao piso nacional de salários, portanto, assegurou Valadares, "nenhum servidor do estado vai ganhar menos do que o piso nacional de salários". Atualmente o piso é de Cz$ 18.960,00 mas tem servidor que ganha até 11 mil cruzados. (Pág.05).

Arimateia assume Prefeitura de Capela

Fonte: http//:jornaisdesergipe.ufs.br

A partir das entrevistas percebe-se que as pautas geralmente incluíam, reajuste Salarial, valorização profissional. Nota-se que os aspectos administrativos, pedagógicos e financeiro permeavam sempre as pautas das reivindicações. Evidência-se que uma das

principais reivindicações era o aumento dos salários, que muitas vezes estavam defasados em relação à inflação. Os professores lutavam por reajustes que garantissem a manutenção do poder de compra e que fossem compatíveis com a importância da profissão.

Além dos reajustes, é notório também que havia a demanda por uma maior valorização da carreira docente, incluindo a criação de planos de cargos e salários que reconhecessem a experiência e a qualificação dos professores.

Um outro fator que também estava sempre presente nas pautas, tratava-se das melhorias nas condições de trabalho, em especial, a infraestrutura das Escolas, visto que, muitos professores enfrentavam condições inadequadas nas escolas, com falta de materiais didáticos, infraestrutura precária e ambientes de ensino que não favoreciam o aprendizado. Logo, as putas das manifestações e/ou das greves frequentemente incluíam demandas por melhorias nessas condições.

Pagamentos atrasados, também se fizeram presentes nas pautas, visto que, ficou evidenciado nas matérias dos jornais que por várias ocasiões, os professores enfrentaram problemas com o atraso no pagamento dos salários. Logo, a luta pela regularização desses pagamentos era uma pauta constante.

Os professores também lutavam pela garantia de direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro salário, e outros benefícios que muitas vezes eram ignorados ou negligenciados pelos governos estaduais.

Nas pautas também abordavam questões mais amplas como, qualidade da educação, exigindo maiores investimentos do governo na formação dos professores, na infraestrutura escolar e no material pedagógico. Nessa lógica, a categoria reivindicava a implementação de políticas educacionais que valorizassem o ensino público e que considerassem as necessidades dos professores e dos alunos.

Os professores exigiam maior participação na formulação das políticas públicas educacionais, argumentando que as decisões deveriam ser tomadas em conjunto com aqueles que estavam diretamente envolvidos no processo educacional.

Em períodos de maior repressão, como durante o regime militar, a pauta das greves incluía a defesa da liberdade sindical e a luta contra o autoritarismo, que frequentemente buscava reprimir ou controlar os movimentos grevistas.

A implementação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), como a LDB 5692/71, era uma questão central, com os professores reivindicando que essas leis fossem

cumpridas de maneira que beneficiasse efetivamente a educação pública e os trabalhadores do setor.

4.2.4. As lentes da imprensa local e o movimento/organização dos trabalhadores/as da Educação Básica, da rede pública, de Sergipe.

Cabe destacar que a mídia, exerce papel fundamental pois, através dela os acontecimentos tornam-se conhecidos por milhões ao adquirirem uma publicidade midiática. Nessa lógica, a mídia não apenas informa o público sobre os eventos, mas também define a importância desses eventos ao decidir quais tópicos serão destacados.

No caso específico das greves e/ou mobilizações, pode-se dizer que a visibilidade que a mídia dá pode influenciar diretamente a percepção da importância pelo público. Segundo Martins, Salema e Macedo (2016) nos períodos em que as greves recebem ampla cobertura, há um aumento na pressão pública sobre o governo para negociar e atender às demandas dos grevistas

Além disso, acredita-se que a pressão midiática tem o poder de influenciar diretamente as decisões políticas. Governantes costumam ser sensíveis à opinião pública, e uma cobertura midiática favorável às demandas dos grevistas pode resultar em negociações e concessões.

Outro ponto importante é que as greves competem com outros eventos na agenda midiática. Em momentos de crises econômicas ou políticas, a cobertura da mídia pode se deslocar, reduzindo a visibilidade das greves, diluindo a atenção que poderia ter sido dada às reivindicações dos grevistas. (MARTINS, SALEMA E MACEDO, 2016).

Temer, (2011) acredita que as relações de interesse entre jornalismo e o Estado, ou entre a televisão e o Estado é marcado tanto por convivências como por contradições. Enfim as mídias são, ao mesmo tempo, elementos fundamentais para as operações políticas e entidades complementares no exercício do poder, realizada por meio de transmissão contínua de bens simbólicos e mercadológicos e atores que interagem de forma a obter benefícios específicos dessas relações.

Quando se fala em jornais/ imprensa, (mídia) não se pode esquecer que o fim da década de 1960 e a década de 1970 foram marcadas por maior censura nos meios de

comunicação e também, em contrapartida, pelo começo das guerrilhas rurais e urbanas, por exemplo, em 1969, tivemos o sequestro do embaixador norte - americano para a "troca" por presos políticos, mas também tivemos a repressão com maior autonomia, prisões mais arbitrárias e tortura sistemática, os órgãos estudantis e sindicais eram os principais alvos da tortura (CARVALHO, 2012).

Vê-se, dessa forma que a mídia exerce importante papel junto à sociedade, principalmente quando há crises de relações de trabalho. Ela, ao utilizar seus mecanismos de informação, ganhou grande espaço, principalmente, no que se refere às greves.

Na percepção dos autores, Martins, Salema e Macedo (2016), diante da força que a mídia exerce por isso denominada "quarto poder", em quaisquer circunstâncias, ela atua e influencia também os processos de negociação coletiva, nas greves.

Quando questionados sobre o papel da imprensa local, os entrevistados/as trazem unanimidade em suas falas, conforme veremos a seguir:

> *"O discurso da mídia era um discurso do governo. Só quer reajuste, só quer dinheiro."* (Professor/a F).

> *"A imprensa tendia a adotar uma postura mais alinhada ao governo."* (Professor/a K).

> *"Alguns veículos preferiam não antagonizar, ou seja, preferiam não se opor as autoridades, apresentando as greves de maneira negativa." (Professor/a B)*

> *"Veja, as greves dos funcionários públicos assim como dos professores, eram retratadas pela imprensa como desordem social ou como ações ilegais, a gente não via por parte da imprensa local retratar as greves como reivindicações legítimas de trabalhadores que estariam buscando ou lutando por melhores condições de trabalho e salários. Isso a gente não via."(Professor/a E).*

> *"A imprensa governista procurava sempre destacar os atos, ou as mobilizações de forma negativa, sem abordar quais eram as nossas reivindicações."* (Professor/a I).

> *"Havia também veículos de comunicação, esse geralmente eram ligados a grupos de oposição ao governo, que procuravam expor as dificuldades enfrentadas pela categoria docente e ai*

> *apresentavam as razões pelas quais as mobilizações e/ou as greves ocorriam." (Professor/a C).*

A partir das falas dos entrevistados, e levando em consideração também as matérias aqui expostas, sobre as mobilizações e/ou greves, ocorridas no período de 1960 a 1980, pode-se perceber que a imprensa local se preocupava apenas em transmitir a notícia, nota-se que a imprensa tendia a minimizar a importância das greves, deslegitimar suas reivindicações.

Sabe-se que durante o governo militar, a imprensa sofria forte pressão para não divulgar informações que pudessem ser vistas como incitação ou desordem ou crítica ao governo. Essa situação pode ter contribuído para uma cobertura mais restrita das greves, ou a uma omissão dos eventos. A partir do final da década de 70 e da década de 80, parte da imprensa começou a adotar uma postura mais crítica em relação ao governo e mais aberta ao diálogo com movimentos sindicais e sociais.

Porém cabe frisar que, a forma de tratamento que era dada, as manifestações, dependia muito da linha editorial do veículo e de sua relação com o governo estadual.

Com relação ao jornal Gazeta de Sergipe, tendo como referência as matérias que foram expostas nessa pesquisa, nota-se que traz divulgações dos movimentos grevistas e assim contribui para expor as dificuldades enfrentadas pelos professores/as.

Na visão de Tito e Antonio (p. 21):

> [...] o periódico Gazeta de Sergipe não só deu destaque aos trabalhadores da capital, do estado e do Brasil, mas também, deu destaque aos trabalhadores de outros países. A exemplo ele traz na manchete do dia 27 de junho de 1961 tem como destaque os trabalhadores da marinha dos Estados Unidos da América em greve por melhoria de salário.

Nesse sentido, pode-se dizer que esse jornal teve papel importante para a divulgação das manifestações e das greves da categoria dos trabalhadores, sem contar que é percebível o cunho ideológico ligado ou tido como esquerdista. Este jornal não somente retratava as questões regionais de Sergipe, mas também do Brasil e do mundo.

Evidencia-se, portanto, que, a depender do contexto histórico ou da relação que a imprensa local tinha com o governo a greve podia ser tratada de maneira negativa, minimizada ou até apoiada.

Nessa lógica entende-se que a cobertura da imprensa, para com as mobilizações dos professores/as, aqui no Estado de Sergipe, foi marcada por censura, alinhamento governista, e eventualmente uma maior abertura a partir da redemocratização.

5. CONCLUSÕES:

> "Mas quem é o Sindicato? Ele fica sentado em sua casa com telefone? Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas? Quem é ele? Você, eu, vocês, nós todos. Eleveste a sua roupa, companheiro, e pensa com sua cabeça. Onde moro é a casa dele e quando você é atacado, ele luta. Mostre-nos que caminho devemos seguir e, nós seguiremos com você. Mas não siga sem nós o caminho correto. Ele é sem nós o mais errado. Não se afaste de nós. Podemos errar e você ter razão, portanto não se afaste de nós! Que o caminho curto é melhor queo longo, ninguém nega, mas quando alguém o conhece e não é capaz de mostrá-lo a nós, de que nos serve sua sabedoria? Seja sábio conosco, não se afaste de nós!"
>
> Bertold Brecht

Essa tese foi escrita a luz do enfoque metodológico do materialismo histórico – dialético, porque entende-se que a corrente marxista, neste particular, colabora, com a classe trabalhadora. Pois, no interior dos sindicatos, tencionam as direções para não se renderem à burguesia; na educação vão além dos debates estritamente acadêmicos, participam dos movimentos sociais, organizando os trabalhadores para os embates do presente e do futuro. Fazem isso porque aprenderam que não basta só interpretar o mundo, é preciso combater as classes dominantes, ou como bem coloca Marx (2011), "Os filósofos têm interpretado o mundo de maneiras diferentes, a questão é transformá-lo." Esse processo de transformação só ocorre com a atuação das forças sociais em todos os lugares onde a luta for possível.

Por intermédio da pesquisa, podemos perceber que a organização dos trabalhadores/as em educação ocorreu em um processo conectado às precárias condições de trabalho e vida aos quais estes estavam submetidos, o fator salário foi um dos pontos conflitivos que desencadeou a luta organizada dos trabalhadores/as.

Os sindicatos, durante o processo histórico aqui estudado (1960 a 1980), se constituíram em um meio real de transformação da realidade da classe trabalhadora. Nesse sentido cabe dizer que sem esse instrumento organizador da classe, a dispersão poderia aumentar a divisão dos trabalhadores.

Desse modo enxerga-se que uma das maiores virtudes das entidades sindicais é sua capacidade de favorecer a união dos trabalhadores, unificando-os em torno de interesses convergentes. Nesse sentido, tanto a participação, quanto a construção de organizações que aglutinem o maior número possível de trabalhadores, é tarefa crucial.

Durante o marco temporal estudado, pode-se perceber que os professores/as brasileiros e em especial do estado de Sergipe, viveram uma difícil realidade o grau de degradação e penúria econômica a que foram submetidos se insere no bojo das relações de classe no Brasil, que se caracterizam por uma violenta exclusão da classe trabalhadora a condições mínimas de sobrevivência. Cabe destacar que se trata de uma das facetas desse estado de barbárie, infelizmente.

Os últimos 20 anos do século passado foram marcados por transformações políticas e econômicas, que influenciaram as organizações sindicais dos trabalhadores no país. A emergência da classe trabalhadora no cenário político ao final dos anos 1970 contribuiu de modo significativo para o processo de redemocratização. Ao mesmo tempo, efetivou mudanças em suas entidades representativas, com a construção de novas experiências de lutas.

No que se refere ao objetivo central deste trabalho qual seja, pesquisar como historicamente se deu a formação do sindicalismo docente em Educação Básica da rede pública do Estado de Sergipe no período de 1960 – 1980.

Partimos da lógica de que as relações sócias de produção existentes na sociedade capitalista não irão se restringir apenas ao ambiente fabril, mas em todas as esferas socioeconômicas e, portanto, o professor, ou trabalhador docente, irá se inserir neste contexto, como mais um elemento na reprodução do capital, compreendendo que o setor da educação, qual seja, a escola e instituições não escolares são partes importantes da superestrutura que, a partir do século XIX ocupa relevância na produção e reprodução material da existência das sociedades contemporâneas. A este profissional foi permitido a existência de elementos que possibilitou sua identificação enquanto membro da classe trabalhadora, adotando os instrumentos de luta dos mesmos.

Dentro desse contento, o fenômeno do sindicalismo docente é internacional, ainda que com particularidades conforme o país e também, o continente. No Brasil, assim como também, na América Latina, o surgimento do sindicalismo docente assemelha-se. Inicialmente o sindicalismo docente radicaliza-se nas primeiras décadas do século XX. Durante esse período a luta era por melhores salários, reconhecimento da profissão,

estabilidade, melhores condições físicas e pedagógicas das escolas, defesa da educação Pública. Eles surgem de associações de professores que se transformaram em sindicatos à medida que a busca pelos direitos trabalhistas se intensificava.

Muitos países da América Latina passaram também por períodos de ditaduras militares, enfrentando grandes repressões, sindicatos perseguidos, líderes sindicais forma presos ou exilados e muitas organizações foram dissolvidas. Com a redemocratização dos países da américa latina, incluindo o Brasil, final da década e 70 e início dos anos 80, os sindicatos ganham força e esses passam a ter um papel crucial na reconstrução das instituições democráticas e na formulação de políticas educacionais.

No caso especifico do Brasil, essa radicalização ocorre durante a transição democrática, principalmente porque, sendo a maioria do professorado composta pelo funcionalismo público, este esteve impedido de criar sindicatos até o término da ditadura e a promulgação da nova Constituição em 1988. O que na verdade existia eram associações (não sindicais) de docentes, que surgiram junto com a organização das redes de ensino público.

Contudo, muitas dessas associações, durante as lutas por liberdades democráticas, embora não pudessem se instituir oficialmente como sindicatos, atuavam como tal, tanto no âmbito da redemocratização da sociedade quanto no das reivindicações corporativas. Características, então, do sindicalismo docente brasileiro, em especial do professorado público, mesmo antes de adquirir direito à greve, são as mobilizações massivas, típicas do sindicalismo combativo; a organização pela base, isto é, por local de trabalho (escola).

Dentro dessa lógica evidencia-se que, durante o marco temporal estudado, (de 1960 a 1980) o movimento sindical docente vai sofrendo transformações importantes em decorrência das mudanças que acontecem na sociedade, com diferentes concepções ideológicas, as quais impactaram positivamente o movimento sindical, culminando com as mudanças de atitudes necessárias as organizações de trabalhadores.

Parafraseando Antunes (1988) pode-se dizer que os sindicatos representam, nos primeiros tempos, do capitalismo, um progresso gigantesco da classe operária, pois propiciaram a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união da classe.

Ou seja, os trabalhadores, aqui em especial, o professorado, começam a perceber que a união de classe, permite lutar por questões e/ou reivindicações como: direito a

saúde, jornada de trabalho com descanso remunerado, jornada de trabalho diária de oito horas e salário digno para categoria, dentre outras reivindicações.

Dessa maneira, os trabalhadores docentes por meio da organização sindical passaram a sentir-se representados congregando forças em suas organizações, para garantir através da luta de classe o reconhecimento de seus direitos.

Por meio desse trabalho, chega-se ao entendimento de que os sindicatos e em particular os sindicatos docentes, são espaços importantes para a formação do trabalhador, nesse sentido, suas ações devem suscitar discussões que defendam a vida e a dignidade humana dos trabalhadores e trabalhadoras, portanto o sindicato configura-se como um espaço de poder onde se potencializa histórias e processos educativos relevantes para a educação dos trabalhadores na convivência e luta coletiva.

Em Sergipe, os resultados obtidos a partir das análises, confirma a hipótese levantada, indicam que sinais das origens do sindicalismo docente em Sergipe está intimamente ligado ás condições objetivas e subjetivas que se encontravam os professores/as no período de 60 a 80 quais sejam, lutas por melhores condições de trabalho, salários dignos e pela valorização da profissão de professor.

Visto que, durante as décadas de 1960 e 1970, o Brasil vivia sob uma ditadura militar, período em que os direitos trabalhistas e as liberdades civis foram duramente restringidos. Foi nesse contexto que movimentos sindicais, incluindo os de docentes, começaram a se organizar aqui em Sergipe para defender os interesses da categoria.

A partir das categorias de análise que foram selecionadas obtêm algumas conclusões: na década de 60 os docentes e demais trabalhadores públicos estaduais, começaram a se mobilizar através de associações para defender os interesses da categoria, a exemplo da Associação dos Servidores Públicos do Estado de Sergipe – ASPES. Enxerga-se logo que essa associação congregava várias categorias de trabalhadores públicos do setor público do estado, ou seja, não era uma associação especifica de trabalhadores/as em educação.

A pesquisa revela que a primeira organização específica para a categoria docente surge na década de 70, denominada de Associação dos Profissionais do Magistério Estadual - APMESE. Porém, segundo as entrevistas realizadas fica evidente que ela foi criada por agentes do governo, estando alinhada as diretrizes governamentais.

No final da década de 70 e início dos anos 80, surge um agrupamento de professores e criam o Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe - CESPES, essa organização faz oposição a APMESE.

A pesquisa revela também que a APMESE, por estar sempre vinculada aos desígnios do poder executivo, então se manteve, oficialmente na garantia de um lugar sempre privilegiado no comando dos professores. Já o CEPES, desde sua origem esteve disposto a desafiar o regime e a defender os interesses da categoria, assumindo assim um perfil mais combativo e de oposição a ordem estabelecida.

Porém, com a constituição de 05/10/1988, o Artigo 8º determina o princípio da unicidade sindical, ou seja, só pode ter um sindicato para cada base de cada categoria. Nesse sentido, no dia 06 de outubro de 1988 a direção da APMESE registra em cartório, a transformação da APMESE no Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe – SINTESE.

Nessa lógica, a direção do CEPES entendeu não ter sentido manter o Centro considerando que não poderia mais transformá-lo em sindicato. Cabe destacar que essa transformação não ocorreu de forma pacífica, visto que, não contou com a deliberação da categoria, como também, não houve assembleia, e não houve congresso. Porem, pode-se dizer que essa transição, marcou uma mudança de enfoque, sendo que, o SINTESE passou a atuar diretamente como sindicato, com o objetivo de efetivamente representar os trabalhadores de Sergipe na luta por melhores condições de trabalho e salários, além de ter uma presença mais ativa em negociações com o governo.

Pose-se dizer que a transformação do CEPES em SINTESE exemplifica a transição de um movimento educacional com foco nos estudos pedagógicos para um sindicato engajado na defesa dos direitos dos profissionais da educação e na luta por uma educação pública de qualidade.

Esse processo também reflete o contexto de crescente politização e mobilização dos trabalhadores no Brasil em uma época de busca por democracia e justiça social.

No que se refere ao SINTESE, nota-se que este se consolidou como uma das principais vozes dos educadores no estado de Sergipe. Enxerga-se que a entidade teve papel fundamental nas greves e nas negociações por direitos trabalhistas, além de lutar por políticas educacionais que melhorassem o ensino público. Sua presença marcante no cenário sindical e político sergipano, representa os interesses dos profissionais da educação Básica em Sergipe.

Com base na pesquisa, fica evidente que em Sergipe, o sindicato dos docentes surge como uma resposta às condições precárias de trabalho enfrentadas pelos professores, como baixos salários, falta de infraestrutura adequada nas escolas, e a necessidade de uma maior participação na formulação de políticas educacionais. Esses profissionais sentiram a necessidade de se unirem para ter uma voz mais forte e representativa diante das autoridades estaduais e municipais. Nesse sentido, o sindicato docente em Sergipe surge como uma forma de organização coletiva para enfrentar as dificuldades impostas pelas condições de trabalho, lutar por melhores condições e influenciar as políticas educacionais no estado.

A criação do sindicato também foi influenciada por um contexto nacional de fortalecimento do movimento sindical, principalmente a partir da década de 1980, com o fim da ditadura e a redemocratização do país. Ou seja, após um período de repressão e posteriormente de abertura política, percebe-se um momento de consolidação das entidades representativas da categoria docente. Nota-se a passagem para uma fase mais pautada em manifestações públicas. Nesse momento, ocorre a transformação da entidade sindical e essa passa a se caracterizar ao enfrentamento de governos autoritários e repressores dos movimentos sociais.

Percebe-se que o sindicato de professores em Sergipe passa a lutar não apenas por melhorias salariais, mas também por uma educação pública de qualidade, pela defesa dos direitos dos trabalhadores da educação e pela valorização social da profissão docente.

No que se refere as pautas das reivindicações, evidencia-se que os interesses econômicos da categoria e a defesa de uma escola pública e de qualidade sempre estiveram presentes nas pautas das reivindicações. A categoria docente passou a desenvolver o aprendizado de que a luta salarial é constante e de que é preciso articular mobilização com negociação em uma conjuntura política que não lhe facilitou a aprendizagem. Essa longa jornada de lutas alterando perdas e conquistas tanto no campo econômico quanto no campo pedagógico é uma luta incessante. Nesse sentido, não se pode estabelecer que uma determinada greve é a última.

Foi assim, convivendo com lutas, resistências e conquistas que o movimento organizativo dos trabalhadores/as em educação do estado de Sergipe, teve a difícil jornada durante esses anos, acompanhar as mudanças a cada contexto histórico e lutar não apenas pela garantia dos seus direitos, mas também por uma educação pública de qualidade. Ou seja, os movimentos sociais embora perpassem algumas vezes pela busca por melhorias

salarias, quase sempre agregam, no bojo de seu enfrentamento, a garantia ou a conquista de direitos básicos que possibilitem uma condição de vida e trabalho melhor e mais digna.

Quando se trata do movimento dos educadores frente a imprensa local. É importante entender que, na imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, mas ao contrário, denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação. Todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro. (ZICMAN, p.90).

Nessa lógica, a partir das entrevistas, enxerga-se que o movimento dos professores de 1960 a 1980 no estado de Sergipe assume visão variada pela imprensa local, essa situação vai depender de acordo com o contexto político. Durante a ditadura militar, tendia a retratar as mobilizações de forma negativa, frequentemente vistas como atos de desordem, buscava deslegitimar qualquer movimento ou protesto que questionasse o governo. A medida que a ditadura começava a perder força, a imprensa passou a ter mais liberdade. E nesse período, as manifestações dos professores/as passa a ser reconhecido como luta por direitos e pela melhoria da educação pública.

Diante do que foi posto aqui, espera-se que a realização dessa pesquisa possa suscitar novas reflexões acerca da atuação do movimento sindical, no sentido de que possamos fortalecer a luta da classe trabalhadora no enfrentamento das precárias condições estruturais de trabalho a que são submetidas historicamente a classe trabalhadora. No sentido de que se possa buscar forças para a construção de uma sociedade mais equitativa e humanizada.

> [...] A liberdade dos trabalhadores pode vir apenas pelos próprios trabalhadores. Portanto, não há crime maior do que enganar as massas, mostrar as derrotas como vitórias, amigos como inimigos, subornar seus líderes, fabricar lendas, montar processos falsos; numa palavra fazer o que os stalinistas fazem. Tais meios só servem a um fim: prolongar o domínio da camarilha já condenada pela história; mas não servem para libertar as massas (TROTSKY 2009, p. 91)

6. REFERÊNCIAS

FONTES:

Gazeta de Sergipe – de Janeiro a Dezembro de 1960. Disponível em: http://jornaisdesergipe.ufs.br

Gazeta de Sergipe – de Janeiro a Dezembro de 1970. Disponível em: http://jornaisdesergipe.ufs.br

Gazeta de Sergipe – de Janeiro a Dezembro de 1980. Disponível em: http://jornaisdesergipe.ufs.br

BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. **Reestruturação Produtiva e Sindicalismo no Brasil** 01/04/1998 417 f. Tese Doutorado em Ciências Sociais Instituição de Ensino: Universidade Estadual De Campinas – SP, 1998. 417 f.

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende. **Remuneração e características do trabalho docente no brasil:** um aporte. Cadernos de Pesquisa, Campinas, Unicamp, v. 41, n. 143, p. 606-639, maio/ago. 2011.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Obra Completa, Rio de Janeiro. GB, Companhia José Aguiar, 1967.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. Coleção Primeiros Passos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Braziliense, 1979.

BATISTA, James da Costa. **A Associação dos Professores do Amazonas (APPAM) como instrumento de luta no movimento de professores do Amazonas na década de 1980**. Revista Eletrônica Discente do Curso de História – UFMA, volume 5, ano 1, 2021.

BAUER, Carlos e OLIVEIRA, Maria Crisneilândia Bandeira. **Apontamentos sobre as Origens Históricas do Sindicato dos Professores de Osasco, Cotia, Carapicuíba e Barueri (Sinprosasco) em Tempos de Transição Democrática (1985)**. Revista Educação & Formação, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 88-111, set./dez. 2016.

BEHAR, Regina. Revolta da Chibata – 22 de novembro de 1910. In BITTENCOURT, Circe (org). **Dicionário de datas históricas do Brasil**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2020.

BODART, Cristiano das Neves. **Infraestrutura e superestrutura em Marx.** Blog Café com Sociologia. com. Disponível em: linkdapostagemaqui. Acesso em: 10 de julho de 2024.

BOITO Jr, Armando. **Sindicalismo de Estado no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

BORGES, A.; LEMOS, D. C. de A**. Os legítimos representantes da classe**: os jornais e a organização dos professores públicos primários no século XIX. In: Seminário Associativismo e Sindicalismo Docente, 2009. Rio de Janeiro: Iuperj, 2009.

CAMARGO, Amanda de Souza e BERSANI, Humberto. **Atuação das Centrais sindicais no contexto da Covid-19**: aproximações e distanciamentos. Revista direitos e Práxis, Rio de Janeiro, vol.14 nº 01, 2023, p. 01 – 27.

CAMPOS, Anderson de S. **Sindicalismo no contexto da pandemia no Brasil:** primeiras aproximações. GT – Mundo do Trabalho, Cesit – IE/ UNICAMP, 2020.

CARVALHO, Edmilson. **A produção dialética do conhecimento.** São Paulo: Xamã, 2008.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1, 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CATANI, Denice Bárbara. **Educadores à meia-luz.** (Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo: 1902-1918). São Paulo: FEUSP, Tese de Doutoramento, 1989.

CHAGAS, E. F. O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. **Síntese – Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 38, n. 120, p. 55-70, 2011. Disponível em: http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1036. Acesso em: 11 julho. 2024.

CHENAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CIAVATTA, M. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento**: a historicidade da Educação Profissional. Rio de Janeiro: Lamparina, 124p. 2015.

COLBARI, Antônia. **A CUT-ES e o Movimento Sindical na Década de 80.** In: SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, Dezembro. 2010. pp. 167-275

COSTA, Célio Juvenal. **Fontes Jesuíticas e a educação brasileira**. In: COSTA, C. J.; PEREIRA MELO, J. J; FABIANO, L. H. (Orgs.) Fontes e métodos em história da educação. Dourados: UFGD, 2010. p. 193-214).

CORREA. João Jorge. **O Sindicalismo Docente e As Políticas Educacionais**: A experiência do CPERS/SINDICATO. Seminário Nacional – Cascavel, Paraná, 2011.

CRUZ, Hélvia Leite. **Condições de construção histórica do sindicalismo docente na educação básica**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2008.

CUEVAS, A. **Sindicato y poder en América Latina**. Madrid: Alianza: 1990.

DANTAS, Adenilde de Souza. **Lentes de Gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da rede oficial do Estado de Sergipe**. Dissertação de Mestrado: Universidade federal de Sergipe/UFS, 2017.

DE JESUS, Ronaldo Pereira. **Associativismo no Brasil do século XIX:** repertório crítico dos registros de Sociedades no Conselho de estado 91860 – 1889). Revista de história. Vol. 13, nº I, p. 144 – 170. Juiz de Fora/ MG, 2007.

ENGELS, Friedrich. (1876). **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** Publicado pela primeira vez em 1896 em Neue Zelt. Acessado em 10/06/2022.http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/otrabalhonatransformacaodomacacoemhome.htm

FERNANDES, F. Introdução. *In:* MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P. 19-44.

FOGAÇA, Azuete. **Modernidade Industrial**: um desafio ao sistema educacional brasileiro. In: A educação e os trabalhadores. São Paulo: Scritta, co-edição Desep/ DNTE/CUT, 1992.

FORTES, Alexandre. **O Estado Novo e os trabalhadores:** a construção de um corporativismo latino-americano. Locus (Juiz de Fora), v. 13, p. 61-86, 2007.

FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil:** histórico de uma desconstrução. São Paulo: Cortez, 2013.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. **Dez teses acerca dos movimentos sociais**. Lua Nova, São Paulo, nº 17, junho 1989. Acesso em 01/04/2022

FREITAS, Francisco Máuri de Carvalho. **Esporte em democracia: gênese do Político.** Vitória (ES): EDUFES, 2011.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In:* FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12º ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 75-100.

GADOTTI, Moacir. **Estado e Sindicalismo docente**: 20 anos de conflito. Revista ADUSP, dezembro, 1996.

GAMBOA, S. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. *In:* FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12º ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 101-130.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. 2º ed. Chapecó: Argos, 2012.

GARZA TOLEDO, E. (Comp.). **Reestructuración productiva, mercado de trabajo ysindicatos en América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2000.

GENTILI, Pablo e SÚAREZ, Daniel. **Reforma Educacional e Luta Democrática**: um debate sobre a ação sindical docente na América Latina. São Paulo: Cortez, 2004.

GIANNOTTI, Vito. **O que é estrutura sindical**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GODOY, Rosa. Balaiada - 14 de dezembro de 1838. In BITTENCOURT, Circe (org). **Dicionário de datas históricas do Brasil**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

____. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais, v.16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011. Acesso em 01/04/2022.

GODIO, J. **Historia del movimiento obrero latino americano**. 2. ed. Caracas: Nueva Sociedad, 1983.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. (Coord.). **Historia del movimiento obrero en AméricaLatina.** México:Siglo XXI, 1985.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Imprensa, civilização e educação**: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: Novos temas em história da educação no Brasil. Instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.

GOUVEIA, Andrea Barbosa e FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos**. Sindicalismo Docente e Política Educacional**: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. Educar em Reista, nº 48, p. 111 – 129, Curitiba, 2013.

GORENDER, J. Apresentação. *In:* MARX, K. **O capital**: Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. eBook Kindle. São Paulo: Boitempo, 2013. P. 20-55.

GUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. En: LANDER, Edgardo (comp.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. et al**. História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. v. 11.

_____. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JUNIOR, Armando Borro. **De volta para o Novo Corporativismo**: a trajetória politica do sindicalismo brasileiro. São Paulo em Perspectiva, 1994.

JAKOBY, Marcos André**. A Campanha da Legalidade de 1961 e o Papel da Resistência Democrática.** XXVII Simpósio Nacional de História – Natal/RN, 2013.

LARANJEIRA, Sônia (org.). **Classes e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990

LEITE, Marcia de Paula. O Trabalho em Movimento: reestruturação \produtiva e Sindicatos no Brasil - São Paulo, 1997.

LIMA, Antonio José Araújo e JÚNIOR, Ronaldo Silva**. Panorama da Educação Brasileira na década de 60**. Anais III CONEDU – Congresso Nacional de Educação Ceará, 2023.

LOPES, Eliane Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira**. História da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Coleção O que você precisa saber sobre).

LUKÁCS, Georg**. Ontologia do Ser Social**: os princípios ontológicos fundamentais em Marx. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1981

LUCIEN Jaume. **"Le citoyen sans les corps intermédiaires**: discours de Le Chapelier", in *Cahiers du Cevipof*, Nr. 39, April 2005, pp. 30–40

LUGLI, Rosario S. Genta. **O Trabalho Docente no Brasil:** o Discurso dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional e das Entidades Representativas do Magistério. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo/FEUSP, 2002.

INÁCIO, J.R. (Org.). **Sindicalismo no Brasil**: os primeiros 100 anos?. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEITE, Marcia de Paula. **O Trabalho em Movimento:** Reestruturação Produtiva e Sindicatos no Brasil. Campinas, SP: Papirus, 1997.

LINHARES, Maria Conceição da Silva. **A Comunicação Sindical**: as redes sociais como espaço para a formação politica dos professores em Sergipe. Tese de Doutorado. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/UFS, 2019.

LOMBARDI, José Claudinei. **História e historiografia da educação**: atentando para as Fontes. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M (Orgs.) Fontes, historia e historiografía da educação. Campinas/SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba/PR: Pontificia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas/PR: Centro Universitario Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa/PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004. p. 141-176

LUGLI, Rosário S. Genta. **O trabalho Docente no Brasil**: o discurso dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional e das Entidades Representativas do Magistério. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo/FEUSP, 2002.

LUZ, Silvia Leticia de Oliveira da. **Sindicalismo e Educação no Estado do Pará**: **as repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente.** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará**.** 2017.

MARCELINO, Paula. **Trabalhadores terceirizados e Luta Sindical.** 1ª ed. – Appris, Curitiba, 2013.

MATOS, Alessandro Rubens de. **Trajetória do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (SINPEEM): 1986-2004.** Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Nove de Julho. São Paulo, 2010 f. 113.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

MARTINS, Anne Shirley de Oliveira Rezende; SALEMA, Gabriel de Souza e MACÊDO, Marina Aparecida Querino Ianhez. **O impacto do "quarto poder" sobre a greve e sua influência no movimento paredista dos rodoviários de Belo Horizonte.** VirtuaJus **–** Belo Horizonte, v.12 - n.28, p.46-57– 2º sem. 2016.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004

_____. **Miséria da filosofia**. Resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach. B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MINORU, Uchigasaki. **Metodologia da História Oral e sua utilidade no estudo da imigração Japonesa.** HON NO MUSHI – Estudos Multidisciplinares Japoneses, 2019.

MOLINA, Helder. **Sindicato: movimento com sinais trocados : entre a sua subversão e a adaptação ao novo sócio - metabolismo do modo de produção capitalista.** Tese

(Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 2012. 342 f

MISAILIDIS, Mirta Lerena de. **Os desafios do sindicalismo brasileiro diante das atuais tendências.** São Paulo: Ltr Editora, 2001.

MOURÃO, L. **O trabalho e as organizações.** Porto Alegre: Artmed, 2013.

MUNAKATA, Kasumi. Greves de 1978 – 12 de maio de 1865. In BITTENCOURT, Circe (org). **Dicionário de datas históricas do Brasil**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2020.

MURILLO, M. V. **Labor unions, partisan coalitions and market reforms in Latin America.**Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

OLIVEIRA, Natalia Dorini de. **História e Memória da Práxis Sindicalista da ADUNESP Política, Ideologia e Sociedade (1976-1985)**. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília/SP, 2018. 95 f.

PEREIRA. Antony. **O declínio das ligas camponesas e a ascensão dos sindicatos**: as organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na segunda República (1999 – 1963). Revista de pesquisa Histórica nº 26, 2008.

PEREIRA, Célia Mª da C. **O Planejamento Educacional Participativo e o Movimento Docente.** Recife: Centro de Educação/Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 1991. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, Josecleto Costa de Almeida. **Globalização do trabalho:** desafios e perspectivas. Curitiba: Juruá, 2004

PESSANHA, Eliane e MEDEIROS, Leonilde Servolho de. **Resistência dos trabalhadores na cidade e no campo.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos trabalhadores, 2015

PETTA, Nicolina Luiza. Greve Geral no País – 12 de julho de 1917. In BITTENCOURT, Circe (org). **Dicionário de datas históricas do Brasil**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2020.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social.** Tese de Doutorado, Porto Alegre, PUCRS, 2003.

_____ . **O método marxiano de investigação e o enfoque misto da pesquisa social:** uma relação necessária. Revista Textos e Contextos, Vol. 11; Nº 01, p. 116 – 128. Porto Alegre, 2012.

QUEIROZ, Antônio Augusto. **Movimento Sindical:** Passado, Presente e Futuro. In: INÁCIO, J.R. (Org.). **Sindicalismo no Brasil**: os primeiros 100 anos?. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

REIS, João José. Levantedos Malês em Salvador – 25 de janeiro de 1835. In BITTENCOURT, Circe (org). **Dicionário de datas históricas do Brasil**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2020.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão**: sindicalismo docente da educação básica no Brasil. Brasilia: Ed. Paralelo, 2015.

RICCI, Magda. Cabanagem – 7 de janeiro de 1835. In BITTENCOURT, Circe (org). **Dicionário de datas históricas do Brasil**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil, 3ª ed., São Paulo: Global, 2015.

RODRIGUES, Iram Jacome**. Sindicalismo e Política**: a trajetória da CUT. São Paulo, Scritta/FAPESP, 1997.

RODRIGUES, José. **Educação e Identidade dos Trabalhadores**: As concepções do capital e doTrabalho, Xamã/Intertexto, São Paulo/Niterói, 2001

ROSSI, Waldemar; GERAB, Willian Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular: 2009.

ROSSO, Sadi Dal; CRUZ, Hélvia Leite e RÊSES, Erlando da Silva. **Condições de emergência do sindicalismo docente**. Revista Pró – posições, campinas, Vol. 22, nº 2, p. 111 – 131, maio/agosto, 2011.

SANTOS, Wilson da Silva. Um olhar sobre a reforma do Estado Brasileiro. Cadernos de Ciências Sociais Aplicada. Vitória da Conquista - BA n. 5/6 p. 79-96 2009.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4º ed. Campinas, SP: Autores Associados 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. História: Debates e Tendências, vol. 7, nº 1, p. 9-21, jan./jun. 2008. Acesso em 15/04/2022

SILVA, Antônio Ozaí da**. História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas).** São Paulo: Proposta Editorial, 1997.

SILVA, Hedgard Rodrigues e HERMIDA, Jorge Fernando. **Os métodos de investigação e exposição em Marx e a pesquisa no campo educacional**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 13, n. 3, p. 177-195, dez. 2021.

SILVA, Ilíada Pires da. **Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo**: a constituição de um perfil sócio-cultural docente - 1901-1910. Tese de Doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

SOUZA, Joao Felipe de. **Estratégia democrática e popular e luta sindical docente no Distrito Federal**. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, 2017. 101 f.

SOUZA, Saulóber Tarcio de. RIBEIRO, Betância de Oliveira Laterza. **Educação Escolar e modernização no interior Paulista - década de 60**. Cadernos de História da Educação nº -07, Jan/Dez 2008.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa (Org). Mídia, Cidadania e Poder. Goiânia: FACOMB/FUNAPE, 2011.

TITO, João Paulo Carneiro e ANTONIO, Edna Maria Matos. **Trabalhadores e Sindicatos**: representação e luta no jornal Gazeta de Sergipe, 1961.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TURMENA, Leandro. **Materialismo histórico dialético e pesquisa em fontes**: contribuição para a história da educação. Revista Histdbr on – line Campinas, nº 59, p.24-36, out 2014 – ISSN: 1676-2584.

GIOMAR Viana, e LIMA, Jandir Ferrera de. **Capital humano e crescimento econômico**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 11, n. 2 p. 137-148, jul./dez. 2010.

VICENTINI, P. P; LUGLI, R. **História da profissão docente no Brasil.** São Paulo: Cortês, 2009.

ZICMAN, Renée Barata**. História através da Imprensa**: algumas considerações. Projeto História, nº 04, p. 90.

ZUBILLAGA, C. **Trabajadores y sindicatos en América Latina:** reflexiones sobre su histria. Montevideo: CLAEH, 1989.

ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED/UFS
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

NOME COMPLETO:_____
FORMAÇÃO: _____
TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO:_____
TEMPO DE ATUAÇÃO NO MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE:_____
FUNÇÃO DENTRO DO SINDICATO: _____
TEMPO QUE FICOU NA FUNÇÃO DENTRO DO SINDICATO: _____

1 – POR QUE E COMO SURGIU O MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO DOS PROFESSORES/AS NO ESTADO DE SERGIPE DURANTE O PERIODO DE 1960 A 1980?

2 – QUAIS FORAM OS PROFESSORES QUE INICIARAM O NÚCLEO ORGANIZATIVO DA CATEGORIA?

3 – QUAIS ERAM AS CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS QUE SE ENCONTRAVAM OS PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE SERGIPE DURANTE AS DECADA DE 60, 70 E 80?

4 – COMO OCORRIA AS LUTAS, AS RESISTÊNCIA, E/OU ENTREVES E AS QUAIS FORAM CONQUISTAS DOS PROFESSORES E DAS PROFESSORES DURANTE ESSES PERÍODOS?

5 – QUAIS ERAM OS PONTOS DA PAUTAS QUE ESTAVAM PRESENTES NAS REININDICAÇÕES DOS PROFESSORES/AS NESTE PERÍODO?

6 – COMO A IMPRENSA LOCAL TRATAVA AS MOBILIZAÇÕES DOS PROFESSORES/AS DURANTE ESSES PERÍODOS?

7 – COMO SE MATERIALIZOU O SINDICALISMO DOCENTE NO ESTADO DE SERGIPE?